

**RUI DA CONCEIÇÃO FERNANDES**

**REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DE  
ARQUITETURA VERNÁCULA  
AGROTURISMO EM VEIGUINHAS, SAIM**

Orientador: Arq. António Santa-Rita

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**ECATI - Departamento de Arquitetura e Urbanismo**

**Lisboa**

**2015**

**RUI DA CONCEIÇÃO FERNANDES**

**REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DE  
ARQUITETURA VERNÁCULA**

**AGROTURISMO EM VEIGUINHAS, SAIM**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 9/03/2016, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 455/2015 de 2 de dezembro, com a seguinte composição:

Presidente: Professor(a) Doutor(a) Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia [ULHT].

Arguente: Professor(a) Doutor(a) Maria Rita Pais Ramos de Abreu de Almeida [ULHT].

Orientador(a): Professor(a) Doutor(a) António José Marques Vieira de Santa Rita [ULHT].

Vogal: Professor(a) Doutor(a) José António Jacinto Vieira [ULHT].

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**ECATI - Departamento de Arquitetura e Urbanismo**

**Lisboa**

**2015**

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador pela disponibilidade e paciência em todo o processo.

À Câmara Municipal de Terras de Bouro pela prontidão e disponibilidade.

Aos meus... por todo o apoio.

À Cristina, por tudo.

## Resumo

Este trabalho de investigação aborda a problemática da recuperação e reconversão do património vernacular no norte do país, de um modo sustentável na sua remodelação e no período da sua vida útil. A Reabilitação Sustentável de Arquitetura Vernácula como um instrumento responsável e consciente na sustentabilidade e na caracterização de uma região, pode e deve ser um impulsionador no desenvolvimento socioeconómico, aproveitando um conjunto de atores locais indispensáveis. A proteção do meio ambiente é uma preocupação que deve ser encarada de um modo sério e urgente, ainda mais quando se trata de zonas com programas bem definidos na florestação e vida animal. É o caso da Serra do Gerês, e não faz sentido que os espaços envolventes não sigam um caminho idêntico e *quiçá*, ir mais longe na preservação da natureza. O estudo aqui abordado pretende ser um agente ativo deste processo. Está localizado em plena serra, na União de freguesias de Choreense e Monte no concelho de Terras de Bouro e inserido em ambiente rural agroflorestal no lugar de Veiguiñas. Coloca o desafio dos métodos e processos a desenvolver em prol de um equilíbrio sustentável, através de técnicas de condicionamento e ventilação ambiental no interior da habitação, do aproveitamento e reciclagem de materiais, elementos naturais e recursos sociais da região, com o objetivo de acolhimento turístico. Região com um património cultural histórico, edificado e natural inegável, mas com problemas graves de carência social, económica e turística, desperta a necessidade de perceber de que modo a reabilitação vernacular e o agroturismo poderão ser um motor de unificação e desenvolvimento de modo a inverter o processo de desertificação acentuado que se observa. A escolha do tema é o resultado da vivência e os estreitos laços desenvolvidos com a população, a sua cultura e património. Aguçado pelo conhecimento adquirido e desenvolvido ao longo do percurso profissional e académico, amadurecendo uma sensibilização motivada pela necessidade de incrementar políticas, onde a arquitetura tem responsabilidades no desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Reabilitação, Sustentabilidade, Arquitetura Vernácula, Agroturismo

## **Abstract**

This investigation work tackles the refurbishment and reconversion of the vernacular heritage of the North of Portugal, in a sustainable way, and in its refurbishment within its lifespan. The Sustainable Refurbishment of the Vernacular Architecture as a responsible and conscious instrument in the sustainability and featuring of a region, should and must be, a boost in the socioeconomic development, making the most of a group of indispensable local actors. The protection of the environment is a concern that must be faced in a serious and urgent way, furthermore when dealing with areas with well-defined programs in forestation and animal life. Such is the case of the Mountains of Gerês, and it doesn't make sense that its surrounding areas don't follow a similar procedure, and, perhaps, go further in nature's preservation. This study intends to be an active agent of that process. It's located in the heart of the mountainous region, in the merge of the parishes of Choreense and Monte in the municipality of Terras de Bouro and in the rural and agroforestry environment in Veiguiñas. It outlines the challenge for the methods and procedures to be developed for a sustainable balance through techniques of environmental conditioning and ventilation inside the household, taking full advantage and recycling the materials, natural elements and social resources of the region, with the goal of touristic hosting. This is a region with an undeniable cultural historical heritage edified as well as natural patrimony, but with serious problems of social, economic and touristic deprivation, which makes aware for the need of understanding in what way can vernacular refurbishment and agro-tourism be a unifying and developing engine through which the process of intense desertification that now takes place can be inverted. The choice for the subject of this investigation work is the result of the experiencing and the creation of close bonds with the population, their culture and patrimony. Sharpened by the knowledge that was taken on and developed through the professional and academic life, maturing the awareness motivated by the need of the promotion of policies in which architecture has responsibilities in a sustainable development.

**Key-words:** Refurbishment, Sustainability, Vernacular Architecture, Agro-tourism

## **Abreviaturas e Símbolos**

*CO<sub>2</sub> - Dióxido de Carbono*

*CMTB - Câmara Municipal de Terras de Bouro*

*GEE - Gases de Efeito de Estufa*

*MDL - Mercado de Desenvolvimento Limpo*

*PNPG - Parque Nacional Peneda Gerês*

*RCM - Resolução do Conselho de Ministros*

*SIC - Sítio de Interesse Comunitário*

*ZEC - Zona Especial de Conservação*

*ZPE - Zona de Proteção Especial*

# Índice

Índice de Tabelas .....	7
Índice de Figuras .....	8
Introdução .....	11
Capítulo 1 - História Secular .....	15
1.1.    O Norte e a cultura Castreja .....	15
1.2.    Centro e Sul .....	18
1.3.    Terras de Bouro - Caracterização .....	20
1.4.    O Gerês e o Parque Nacional .....	22
1.5.    Turismo de Natureza .....	24
1.6.    Veiguiñas o Povoado .....	26
Capítulo 2 - Entre aldeias, o lugar .....	33
2.1.    Morfologia .....	33
2.2.    Veiguiñas - O Local .....	46
2.3.    Sustentabilidade .....	48
2.3.1.  Sustentável? .....	50
Capítulo 3 - A Reabilitação .....	55
Conclusão .....	82
Bibliografia .....	84

## **Índice de Tabelas**

<i>Tabela 1 - Amplitude Térmica média anual - 1971/2000</i> .....	80
---	----

## Índice de Figuras

<i>Figura 1: Casa dos Bernardos (Câmara Municipal de Terras de Bouro [CMTB], 2015b)</i> .....	11
<i>Figura 2: Quinta do Bárrio (Hotel Quinta do Bárrio 2014)</i> .....	12
<i>Figura 3: Casa da Veiga - Cabana (Hotel Quinta do Bárrio 2014)</i> .....	12
<i>Figura 4: Casa da Veiga - Casa do Alpendre (Hotel Quinta do Bárrio 2014)</i> .....	12
<i>Figura 5: Localização dos principais Castros no Entre-Douro e Minho (seg. Sande Lemos/UAUM) (Pereira, 2011, p. 96)</i> .....	15
<i>Figura 6: Distribuição das culturas na Península Ibérica (Silva, A. C. F. &amp; Gomes, 1998, p. 210)</i> .....	16
<i>Figura 7: Planta-tipo de casa Castreja (seg. Mário Cardoso) (Pereira, 2011, p. 97)</i> .....	16
<i>Figura 8: Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (Silva, A. C. F. &amp; Gomes, 1998, p. 222)</i> .....	17
<i>Figura 9: Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (Silva, A. C. F. &amp; Gomes, 1998, p. 213)</i> .....	17
<i>Figura 10: Reconstituição do início das escavações da Citânia de Briteiros, Guimarães (séc. XIX, princípio do séc. XX) (Pereira, 2014, p. 173)</i> .....	18
<i>Figura 11: Abrigo na Serra Peneda-Gerês (Pereira, 2004, p. 63)</i> .....	19
<i>Figura 12: Fojo de paredes convergentes. (Alvares, Alonso, Sierra, &amp; Petrucci-Fonseca, 2000, p. 62)</i> .....	22
<i>Figura 13: Lobo (Canis lupus) (Alves et al., 2011)</i> .....	24
<i>Figura 14: Cabra-montês (Capra pyrenaica) (Alves et al., 2011)</i> .....	24
<i>Figura 15: Veiguinhas</i> .....	26
<i>Figura 16: Extrato da Planta de Condicionantes do P.D.M. de Terras de Bouro. Esc.: 10.000 (CMTB, 2015a)</i>	27
<i>Figura 17: Legenda da Planta de Condicionantes do P.D.M. de Terras de Bouro (CMTB, 2015a)</i> .....	28
<i>Figura 18: Aldeia de Saim</i> .....	29
<i>Figura 19: Canastro ou Espigueiro (Dias, 1948/1983)</i> .....	33
<i>Figura 20: Alçado Norte</i> .....	34
<i>Figura 21: Piso 1 - Fases de ampliação. Levantamento</i> .....	35
<i>Figura 22: Piso 2 - Fases de ampliação. Levantamento</i> .....	35
<i>Figura 23: Alçado Oeste - Fases de ampliação. Levantamento</i> .....	35
<i>Figura 24: Alçado Oeste, cortes</i> .....	36
<i>Figura 25: Alçado Oeste, Sequeira</i> .....	36
<i>Figura 26: Espigueiro ou Canastro</i> .....	37
<i>Figura 27: Alçado Este e Norte</i> .....	37

<i>Figura 28: Levantamento Topográfico. Esc.: 1:500.....</i>	<i>38</i>
<i>Figura 29: Levantamento. Planta do Piso 0. Esc. 1:200 .....</i>	<i>39</i>
<i>Figura 30: Levantamento. Planta do Piso 1. Esc. 1:200 .....</i>	<i>40</i>
<i>Figura 31: Levantamento. Planta de Cobertura. Esc. 1:200 .....</i>	<i>41</i>
<i>Figura 32: Levantamento. Corte A-A. Corte B-B. Esc. 1:200.....</i>	<i>42</i>
<i>Figura 33: Levantamento. Corte C-C. Corte D-D. Corte E-E. Esc. 1:200 .....</i>	<i>43</i>
<i>Figura 34: Levantamento. Alçado Norte. Alçado Sul. Esc. 1:200 .....</i>	<i>44</i>
<i>Figura 35: Levantamento. Alçado Este. Alçado Oeste. Esc. 1:200.....</i>	<i>45</i>
<i>Figura 36: Casa de Estudo, fotografia do Alçado Oeste .....</i>	<i>46</i>
<i>Figura 37: Área do PNPG (Direção Geral do Território [DGT], 2015) e (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], 2015).....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 38: Área do SIC (DGT, 2015) e (ICNF, 2015).....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 39: Proposta. Implantação. Esc. 1:500.....</i>	<i>58</i>
<i>Figura 40: Proposta. Planta do Piso 0. Esc. 1:200 .....</i>	<i>59</i>
<i>Figura 41: Proposta. Planta do Piso 1. Esc. 1:200 .....</i>	<i>60</i>
<i>Figura 42: Proposta. Planta de Cobertura. Esc. 1:200.....</i>	<i>61</i>
<i>Figura 43: Proposta. Corte 1-1. Corte 2-2.. Esc. 1:200 .....</i>	<i>62</i>
<i>Figura 44: Proposta. Alçado Norte. Alçado Sul. Esc. 1:200 .....</i>	<i>63</i>
<i>Figura 45: Proposta. Alçado Este (E.M. 535). Alçado Oeste. Esc. 1:200 .....</i>	<i>64</i>
<i>Figura 46: Proposta. Planta de Alterações, Piso 0. Esc.: 1:200 .....</i>	<i>65</i>
<i>Figura 47: Proposta. Planta de Alterações, Piso 1. Esc.: 1:200 .....</i>	<i>66</i>
<i>Figura 48: Proposta. Planta de Alterações, Cobertura. Esc.: 1:200.....</i>	<i>67</i>
<i>Figura 49: Proposta. Corte 1-1, Alterações. Corte Alçado 3-3, Alterações. Esc.: 1:200.....</i>	<i>68</i>
<i>Figura 50: Proposta. Alçado Norte, Alterações. Alçado Sul, Alterações. Esc.: 1:200.....</i>	<i>69</i>
<i>Figura 51: Proposta. Alçado Este, Alterações. Alçado Oeste, Alterações. Esc.: 1:200 .....</i>	<i>70</i>
<i>Figura 52: Proposta. Pormenores, Paredes. Esc.: 1:10, 1:50.....</i>	<i>71</i>
<i>Figura 53: Proposta. Pormenores, Pavimentos. Esc.: 1:10.....</i>	<i>72</i>
<i>Figura 54: Proposta. Pormenores, Coberturas. 1:10 .....</i>	<i>73</i>
<i>Figura 55: Proposta. Caixilharia, Vão Tipo. Cortes. Esc.: 1:10, 1:20.....</i>	<i>74</i>
<i>Figura 56: Proposta. Caixilharia, Vão Tipo. Alçado. Esc.: 1:10 .....</i>	<i>75</i>

*Figura 57: Proposta. Pormenores. Caixilharia, Ventilação. Controlo Climatérico..... 76*

*Figura 57: Proposta. Pormenores. Caixilharia, fotografias da maquete tipo do sistema proposto..... 77*

*Figura 58: Proposta da estrutura do piso térreo, mantendo as características tradicionais. (Pimenta et al., 1999, p. 95)78*

*Figura 59: Processo tradicional de suporte das vigas de pavimento. (Pimenta et al., 1999, p. 93)..... 79*

*Figura 60: Técnicas construtivas em madeira tradicionais. (Pimenta, Pimentel, Rey, Oliveira, & Viana, 1999, p. 36) 79*

## Introdução

Região marcada pela história do desenvolvimento do homem, são notáveis as relações dos Celtas com o meio através dos castros ou da cultura Castreja e as suas citânias, ocupadas pelos Romanos, a aplicação de técnicas construtivas e o aproveitamento dos recursos naturais, permitiram aos povos a construção das habitações, dos sistemas de defesa ou vias de comunicação como a Geira, ligando a atual cidade de Braga a Astorga na Galiza, esta com uma relação muito forte durante séculos, no desenvolvimento e manutenção da identidade do povo aqui enraizado, rodeado por paisagens de serras irrigadas por rios e nascentes, colmatando numa densa florestação e luxuriantes paisagens onde a humanização conseguiu coabitar com o meio selvagem, permitindo a proteção dos valores da natureza, extraindo dela o necessário para a sobrevivência, permitindo a regeneração dos ecossistemas e impedindo um desenvolvimento socioeconómico satisfatório, resultando no empobrecimento e consequente abandono da região em prol da proteção ambiental, não sendo apresentadas respostas coerentes no sentido de inverter emigração em massa das populações, com uma expressão preocupante nos últimos setenta anos. O turismo surge como âncora na preservação socioeconómica e cultural na região, permitindo a divulgação de um ecossistema protegido através do turismo rural e de natureza, divulgando uma cultura secular através dos seus hábitos e tradições.

Não sendo um caso isolado de recuperação da arquitetura vernácula para fins turísticos, pretende-se marcar a diferença através da minimização do impacto negativo na natureza, utilizando técnicas construtivas de controlo ambiental e materiais reutilizáveis. Inserido em plena encosta da Serra do Gerês, no concelho de Terras de Bouro, o caso de estudo localiza-se entre a aldeia de Saim e a de Travassos, no lugar da Veiguiñas, marcada tradicionalmente por uma economia agroflorestal e pastorícia atravessa um período de desenvolvimento negativo da atividade. Servida pela Estrada Municipal 535 com características de interesse paisagístico como mencionado no Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro, surge como uma mais valia perante algumas das suas congéneres, maioritariamente de reconversão e recuperação de património edificado, conseguindo nalguns casos preservar a história cultural do edifício, como a *Casa dos Bernardos* em Campos Abades, inicialmente pertença dos frades da Ordem de Cister e atualmente propriedade da câmara municipal, ou a *Quinta do Bárrio*, de propriedade privada,



*Figura 1: Casa dos Bernardos (Câmara Municipal de Terras de Bouro [CMTB], 2015b)*



Figura 2: Quinta do Bárrio (Hotel Quinta do Bárrio 2014)

onde também se notam as características construtivas tradicionais da região, como a utilização da pedra e da madeira pintada de “bordô” com os pequenos vãos embutidos, as escadas a nascerem na via ou a telha de canudo, em contra regra, surgem também edificações totalmente construídas em madeira prefabricada e à cor natural, fugindo às características tradicionalmente utilizadas na região, como é o caso da *Casa da Veiga*, composta por dois edifícios em pedra e outro em

madeira, designada cabanas, não respeitando em ambas as situações as características construtivas e cores utilizadas tradicionalmente na região. Fatores que devem ser preservados para bem da manutenção das características construtivas e paisagísticas da região.

A proteção do meio ambiente é uma atitude que se impõe pela sua urgência, numa zona protegida com severas regras protecionistas da vida animal e florestal, ao nível nacional e internacional como é a cordilheira das Serras da Peneda e do Gerês, não será despropositada a aplicação dos valores de defesa ambiental nos espaços limítrofes, minimizando os impactos negativos com a instalação de materiais e infraestruturas poluentes.



Figura 3: Casa da Veiga - Cabana (Hotel Quinta do Bárrio 2014)



Figura 4: Casa da Veiga - Casa do Alpendre (Hotel Quinta do Bárrio 2014)

O caso de estudo aqui abordado pretende ser um agente ativo deste processo. Inserido numa região cultural convicta dos seus direitos e obrigações, na sua relação com a terra, mas reticente com a adaptação e evolução dos tempos, das novas necessidades e exigências sociais na preservação do meio ambiente em que estão inseridos, influenciados por uma vivência multicultural, devido à relação com outros países imposta pela falta de qualidade económica da região, transportando pensamentos que não se adunam com a paisagem e regras de proteção da serra do Gerês.

A arquitetura pode dar resposta à reabilitação do edificado popular deixado ao abandono pela falta de atrativos locais, criando as condições necessárias de atração e apoio à área protegida da

cordilheira, proporcionando condições atrativas para o desenvolvimento local, através do apoio e proteção do meio ambiente da região em que está inserida. O paralelismo da ruína, da remodelação, adaptação e evolução pode dar frutos socioeconómicos interessantes, se se conseguir encontrar o equilíbrio entre a preservação histórica, cultural e ambiental com o desenvolvimento social das populações.

Pretendeu-se com esta investigação perceber a cultura do povo da região, dos seus hábitos e costumes, das suas convicções e vivências no contacto com o meio ambiente em que estão inseridos, no intuito de encontrar respostas às necessidades sem colidir com a necessidade da manutenção dos ecossistemas locais. O processo de pesquisa levou a investigação ao encontro de uma cultura com séculos de história e uma relação territorial interdependente, na sobrevivência e proteção do meio envolvente, na apropriação e gestão local, mas simultaneamente pouco atreitos à mudança.

Devido às características ambientais e paisagísticas da região, foi necessário tentar perceber os meios de proteção impostos nas serranias, os ecossistemas e objetivos, os processos e as falhas consequentes da manutenção da sustentabilidade, e a sua aplicabilidade local no que concerne ao desenvolvimento social.

Estas questões, encaminharam a investigação na tentativa de dar respostas plausíveis ao sustento cultural e sua projeção, adunado à sustentabilidade e desenvolvimento, acreditando-se no turismo rural e no agroturismo como forma de manutenção dos hábitos e costumes regionais, alicerçados na remodelação, e quando necessária reconversão do património edificado maioritariamente de índole vernacular, sem marginalizar a relação paisagística e funcional com o território, e as condições adversas do local.

A preocupação com a defesa e preservação ambiental, orientou a intensão de se propor a aplicação de materiais e técnicas construtivas que minimizem os impactos negativos na região, através da utilização de elementos construtivos que possibilitem no futuro a sua reutilização ou separação para reciclagem, participando deste modo na minimização dos impactos negativos da construção no meio ambiente. Simultaneamente, através da aplicação de técnicas de qualificação, condicionamento e ventilação do ar no interior da habitação, pretende-se reduzir a quantidade de energia normalmente dispensada para esse efeito, através de um sistema construtivo que se considera rentável para a função. Quando aplicável, e sempre que as condições climáticas locais o permitirem, pode ser utilizado como mais um produtor de

energia sustentável, contribuindo deste modo, para a independência energética das edificações. Considerando-se possível, embora remota, a possibilidade de remover as infraestruturas de distribuição energética presentes na luxuriante paisagem protegida.



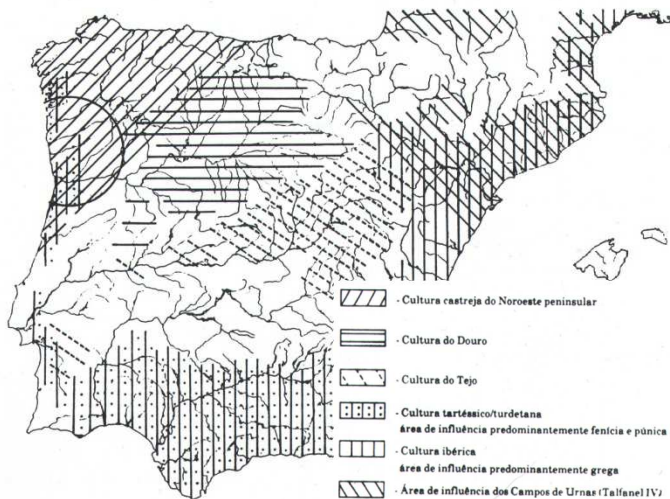


Figura 6: Distribuição das culturas na Península Ibérica (Silva, A. C. F. & Gomes, 1998, p. 210)

dimensão e relevância pela informação que disponibilizam, como a Citânia de Briteiros e a Citânia de Sanfins (Guimarães), o Castro das Eiras (Vila Nova de Famalicão), o Castro de Alvarelos (Santo Tirso), o Castro Santa Maria de Galegos e Castro Monte da Saia (Barcelos), Castro de Braga (estação C.F.), o Castro de São Julião (Vila Verde), Vilas Boas (Bragança), entre outros, marcas da presença e densidade demográfica e organização

proto urbana (Silva, A. C. F. & Gomes, 1998). Analisando alguns destes aglomerados e a relação entre os mesmos, diferenciados pelas suas dimensões, é perceptível uma organização hierarquizada no território. É de assinalar a existência de sistemas defensivos nos conjuntos habitacionais, utilizando várias técnicas de persuasão, como muralhas, fossos e pedras fincadas, dispostas estrategicamente no espaço envolvente. As formas curvilíneas dos povoados, datadas do século VII e VI a.C., tem origem na tradição indígena, característica do Noroeste peninsular (Silva, A. C. F. & Gomes, 1998). Os módulos habitacionais de planta circular com cinco metros de diâmetro, contêm um vestíbulo ou átrio, entrada que se crê ser uma inovação do século I a.C., com o objetivo de guardar animais. Eram construídas em pedra de granito aparelhada tipo reticulado ou helicoidal com um metro e meio de altura, fechadas com colmo suportado por estacas e travessas de madeira, ao centro da cobertura uma abertura para a extração do fumo, formando uma estrutura cónica. O pavimento em terra compactada, com uma abertura central para a colocação de um prumo de madeira que suportava a cobertura, e junto a este, normalmente era colocada a fogueira. A alvenaria de pedra que delimitava o espaço habitacional, não continha qualquer vão de acesso ao seu interior, supondo-se a utilização de escadas para o fazer, medida que pretendia reter o calor dentro do habitáculo, sendo a entrada efetuada pela cobertura. Na

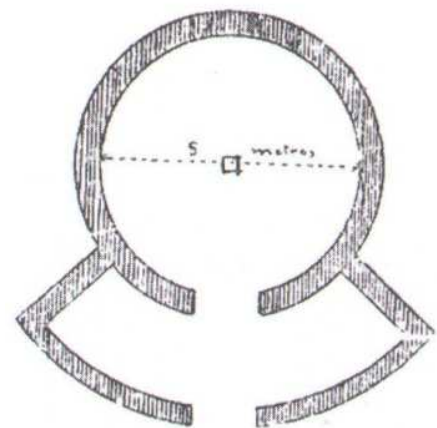


Figura 7: Planta-tipo de casa Castreja (seg. Mário Cardoso) (Pereira, 2011, p. 97)



Figura 8: Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (Silva, A. C. F. & Gomes, 1998, p. 222)

citânia de Briteiros, aparece com frequência o vão de entrada composto por soleira, ombreira e padieira, decorada com motivos castrejos. Esta citânia apresenta uma forte influência romana, calculando-se a sua utilização até ao século IV-V d.C., coincidente com a chegada dos Suevos (Pereira, 2014). Esta cultura com ascendência na proto-história, terá atingido o seu apogeu civilizacional no confronto territorial no processo de pacificação e

romanização da península Ibérica, com a campanha de Décimo Júnio Bruto pelo ano de 138-136 a.C., altura em que se constata a existência de um crescimento acentuado, sugerido pelo número de povoações datadas dessa época. Calcula-se que no século I d.C. a maior parte dos castros estariam construídos. A organização familiar da comunidade castreja não deveria sofrer grandes alterações com a romanização, organizados nestas células habitacionais de constituição unifamiliar, que no seu conjunto teriam um elemento gestor do povoado, e conjuntamente com os restantes representantes dos aglomerados vizinhos geriam a comunidade. O processo político levado a cabo pelos romanos, viria a enfraquecer esta representação organizacional do território, com a destruição de alguns polos e edificação por cima de outros, desenvolvendo rapidamente uma nova forma de urbanização na região. A substituição de pequenos aglomerados por novas construções mais expressivas, de desenho mais ortogonal onde estavam inseridos módulos habitacionais, como se testemunha em Conímbriga, dando assim resposta ao aumento demográfico. Alguns edifícios sugerem uma utilização pública do espaço, como os destinados aos banhos, como encontrado em Briteiros. Sobressai a alteração da organização da *civitas* orientada por um poder central com serviços públicos, o aproveitamento das nascentes de água e o surgimento dos moinhos giratórios, com um desenvolvimento metalúrgico acentuado no fabrico de armas como prática comum.

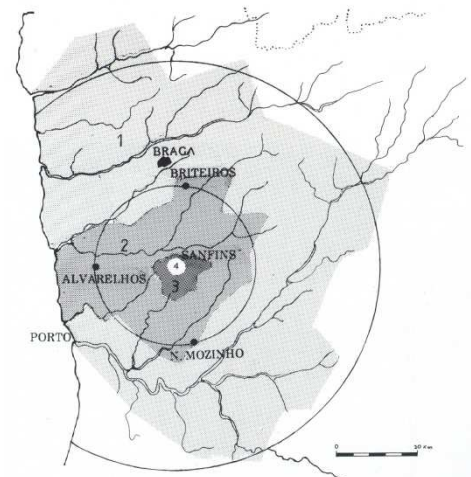


Figura 9: Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (Silva, A. C. F. & Gomes, 1998, p. 213)

O sistema económico da comunidade castreja, apoia-se numa estratégia primitiva de recolha de frutos naturais e do aproveitamento de recursos agrícolas. Desde a idade do Bronze Final que se observa a capacidade de produzir trigo, milho, painço, e centeio e a sua transformação em moinhos manuais, fazendo também parte da alimentação a fava e a ervilha.



Figura 10: Reconstituição do início das escavações da Citânia de Briteiros, Guimarães (séc. XIX, princípio do séc. XX) (Pereira, 2014, p. 173)

Os instrumentos conhecidos são poucos, o machado e a foicinha de bronze eram utilizados e é credível que o arado fizesse parte da atividade agrícola. A cultura do linho era uma prática implantada no território, utilizado para a confeção de vestuário, efetuando-se a sua exportação para Itália onde era utilizado para a confeção de redes de caça. A vinicultura não fazia parte da economia recolectora local, o vinho era importado em ânforas e cingia-se a eventos de importância relevante, a bebida

produzida na região era o *zythos*, provavelmente produzida através da cevada. A exploração pecuária do gado, e seus derivados como a carne, o leite, e gorduras, constituía a base da alimentação, utilizando as suas peles como moedas de troca para obter cerâmicas. A abundância de bolotas proporcionou a criação de porcos por toda esta região, chegando até aos nossos dias elementos de estatuária alusiva a este animal, enquanto que o gado caprino teve uma relevante importância na economia local, a destreza com que se adaptava ao relevo proporcionava uma exploração produtiva, havendo referências à sua utilização em sacrifícios. A organização do aglomerado castrejo sugere a utilização de espaços fechados não habitacionais para a recolha dos animais, onde os alinhamentos expostos nas escavações indicam a presença do gado bovino, embora não haja registo literário desse facto, a presença de marcas em cerâmica, apontam para a sua existência e intervenção na agricultura como animais de tração. A existência de cavalos era relevante e famosa, pela sua pequenez, eram cómodos e rápidos, utilizados para a caça e a guerra.

## 1.2. Centro e Sul

As diferenças geográficas, climáticas e culturais, como já exposto, obrigaram a uma distribuição irregular no território continental, com uma densificação mais acentuada no litoral

entre o Minho e o Tejo, e a costa do Algarve, com um crescimento tendencial, consequência da desigualdade no acesso a recursos e serviços. Após as reconquistas ao povo árabe, a preferência pelos pontos altos não foi abalada, embora se tenham aproximado as habitações dos centros fortificados por uma questão de segurança. No decorrer do desenvolvimento do país, a zona do noroeste de Portugal não se alterou muito quanto ao modo de habitar o território, confrontados com as guerras, as pestes e as invasões, o relacionamento foi decorrendo sob ideais enraizados na cultura desta comunidade. Os descobrimentos e as migrações para o Brasil não tiveram efeitos significativos, mais recentemente o deslocamento para a América Latina e para a Europa tem contribuído para a alteração da densidade da população produtiva, criando problemas profundos de subdesenvolvimento na sociedade e na economia rural. Nos últimos anos a relação com o espaço tem vindo a alterar-se significativamente, a descaracterização da paisagem que anteriormente era relativamente pouco humanizada, transformou-se num avanço desordenado de infraestruturas que criam barreiras físicas e sociais, onde sobrevivem os mais idosos enraizados à terra por questões culturais, consumindo as poupanças de décadas, de pensões e reformas, subsistindo do financiamento de terceiros, como se tem notado com o aumento das remeças dos emigrantes. O norte do país mantém tradicionalmente a exploração florestal, como fonte de rendimento e como energia para aquecer as habitações, evitando o consumo de outras energias mais poluentes. As atividades agrícolas cada vez mais viradas para o mercado e menos para o consumo doméstico, necessitam de terrenos, de máquinas e de força operativa. À relação com os férteis campos antes produtivos, onde se praticava uma agricultura diversificada, surge a industrialização sem diferenciar limites urbanos, industriais ou rurais, criando uma homogeneização sem lugar para a paisagem tradicionalmente rural e natural. Esta diversificação de indústrias, gerou uma polarização de tecnologia, aglomerando-se junto das infraestruturas, por uma questão de escoamento de produtos destinados a um mercado muito específico, sem



*Figura 11: Abrigo na Serra Peneda-Gerês (Pereira, 2004, p. 63)*

ter em conta a capacidade de serem absorvidos numa perspetiva regional. É a globalização económica, criando uma concentração de operários e técnicos, onde antes se produziam cereais e outros bens alimentares que a todos chegava. O Noroeste e o litoral do Algarve transformaram-se de maneira que a identidade urbana e a rural se intersesta em ramificações de conurbações, de maneira a não se perceber

onde acaba uma e começa outra (Domingues, 2011). O autor refere-se ainda, ao problema tecnológico que no norte do país, e não só, foi responsável pelo abandono das unidades operativas, presentemente, devido ao mundo global em que vivemos, estão num processo de desindustrialização e deslocação regional por necessidade espacial de laboração. Os campos transformam-se em unidades de cariz familiar, ou são ocupadas por fábricas de tecnologia robotizada, ou ainda, por uma questão de escoamento da produção, ficam na paisagem, edificações abandonadas à espera que algo aconteça na definição do seu futuro. A espera é uma condição que não se conjuga com o processo evolutivo deste século, a pressão sobre as ações são de tal modo elevadas que na sua ausência, se transformam em ruínas.

### 1.3. Terras de Bouro - Caracterização

*“A realidade psíquica, ao contrário doutras realidades naturais, é um sistema de relação em busca de significado e em perene facúndia de relações fenomenológicas. (Fernandes, 1975, p. 13)*

O litoral a norte do rio Douro, caracteriza-se por um abundante manto florestal que cobre os vales e as serras talhadas por uma vasta rede de nascentes e rios descendo as colinas até desaguar no mar (Loução, 2011), possíveis fatores que privilegiaram a presença humana a sua relação com a terra e criação de animais. Devido à fartura de água os povoados adquiriram características dispersas, acentuando-se nas encostas da serra onde a área cultivada é diminuta devido à geografia, aproveitando ao máximo o espaço arável e os restantes campos destinados à pastorícia (Dias, 1948/1983). Os registos da presença humana nesta serra, extravasa o povo lusitano e seus descendentes, com vestígios anteriores à Idade do Bronze com as Antas e as Mamoas a marcarem presença, localmente designadas como “*covas da Moura*”, ou o povo Celta e a sua vivência no “*Monte Castro*”, como refere documento do primeiro decénio do século XII, “*Castrum Malum*”, perto do lugar da Seara (Cunha, 2000, p. 61 e 62).

A região conhece o seu nome desde a memória dos tempos do início do condado Portucalense, referida no condado de D. Afonso II na sua afirmação régia e organização de fontes de rendimento, no início do século XIII através de forais de várias povoações e organização das ordens militares e religiosas como o mosteiro de Bouro, inserido no julgado de Terra do Juiz de Bouro confinado pelo rio Homem e o rio Cávado (Vilar, 2005, p. 184 e 268), de interesse estratégico na formação do condado. Desde cedo houve a necessidade de criar meios de defesa às invasões dos povos vizinhos, o que se verifica pela construção dos castros de Covide, Valdosende e do Rio Caldo utilizados pelos romanos como linhas de defesa na sua

ocupação (Oliveira, 1971, p. 134). Relata o autor a existência da Calcedónia, lugar onde em tempos foi erguido o castelo do Bouro verificando-se ainda as suas ameias marcadas nas ruínas no cimo do monte perto de Carvalheira. Desde cedo, à população do Bouro fora dada a responsabilidade da manutenção das estruturas de defesa (Barroca, 2003a, p. 86) executando as obras necessárias em madeira na edificação da fortificação, inserida na rede de castelos do condado em funcionamento nos finais do século XII (Barroca, 2003b, p. 107), a região provida de vinte freguesias com obrigações na manutenção e proteção do território embrionário de Portugal, todos os habitantes do “*Boyro*” zelavam como já referido pelo castelo, os de Carvalheira protegiam a Portela do Homem, os de Chamoim e Valdosende limpam os caminhos mais importantes, e nas restantes freguesias estariam os habitantes disponíveis sempre que fossem chamados por investida inimiga para proteger a Portela e o castelo, aos de Covide, considerados os mais distantes, era dada a obrigação de fornecer madeira e efetuar as reparações do castelo (Oliveira, 1971, p. 135), por vezes simples postos de vigia erguidos em madeira (Barroca, 2003b, p. 106). As obrigações de proteção e conservação prosseguiram durante várias décadas até ao reinado de D. Manuel, o monarca viria a desmobilizar parcialmente a população através da “*Carta de Évora*” em finais do século XV, atribuindo dispensa de servirem em outro lugar do território nacional, a única exigência imposta seria a manutenção das fronteiras (Oliveira, 1971, p. 135).

Região reconhecida pela coragem e valentia de grandes fidalgos e homens de armas, ao longo dos tempos foram os guardas fronteiriços contra as investidas dos galegos, que inconformados com a independência do condado, efetuaram vários ataques prontamente sustidos pelo povo serrano de Terras de Bouro e do vizinho Soajo, tomando atitudes extremas de defesa como foi a adotada em meados do século XVII com a destruição das pontes romanas, como medida de reter o avanço das invasões para o interior através da Geira, relatando o autor, as adversidades existentes com o povo espanhol, provavelmente por serem bem conhecidos nestas cordilheiras (Oliveira, 1971, p. 136). Os Terra-Bourenses ficaram desobrigados de cumprir o serviço militar devido ao patriotismo e empenho na proteção das fronteiras, sendo a dispensa efetiva atribuída através da entrega de um lobo vivo por homem a apresentar-se, surgindo assim os “*fojos-dos-lobos*” espalhados pelo concelho, sendo primitivamente em vegetação e paliçada de madeira ou aproveitando os declives naturais do terreno, mais tarde as construções eram efetuadas em pedra seca emparelhada sem argamassas, e uma das morfologias encontradas consiste em duas paredes convergentes a culminar num fosso (Alvares *et al.*, 2000, p. 61). No primeiro ano do século XIX seria pela primeira vez deslocado um contingente militar

com o objetivo de defender a fronteira de Portela d'Homem, na sequência do acordo assinado entre a vizinha Espanha e França, e omitido a Portugal e à sua aliada Inglaterra (Silva, D. M., 1984, p. 69)

A *terra de Boyro*, situada entre o rio Cávado e o Homem, é terra sem vila nem castelo, ladeado pelo povo galego, *Terras de Regalado* e o concelho de *Antre Homem e Cávado* constituído no início do século XIII por setenta freguesias que funcionavam como regiões independentes, e em meados do mesmo século entregues ao Mosteiro de Bouro (Oliveira, 1971, p. 19). O Julgado do Boyro, tem como sede a vila do nome do concelho e é resultado de um processo administrativo do início deste século, alterando a

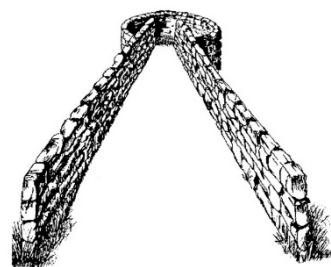


Figura 12: Fojo de paredes convergentes. (Alvares, Alonso, Sierra, & Petrucci-Fonseca, 2000, p. 62)

até então designada Vila de Covas para Vila de Terras de Bouro mantendo-se como sede concelhia (L 31/2005 Artigo único), embora as características de vila tenham sido atribuídas no último trimestre do século XVI por D. Manuel I inserido na sua organização régia do território, a vinte de outubro de 1514 o foral de Bouro é composto por “*Balansa, Baldoseude, Chamoym, Gubide, Freita, Infesta, Pregoym, Rio Caldo, S. João do Campo, S. Mattheus, Serzedo e Villar*”, diferenciando-se do “*Couto do Mosteiro*”, foral designado com o mesmo nome na mesma data (Franklin, 1825, p. 102), a sede concelhia nem sempre foi o lugar de Covas, no início do condado o lugar de Chamoim obtinha o estatuto mais importante, havendo referências populares da ligação dos vários lugares a esta, Covas de Chamoim ou como previamente referido Vilar de Chamoim. As várias freguesias foram integradas na Comarca de Viana do Castelo, transitaram para o Pico dos Regalados ou distribuídas pelos concelhos limítrofes de Amares e Vila Verde, quando da sua extinção em 1895, unificando-se de novo em 1898 (Oliveira, 1971). Em 1971 era constituída pelas freguesias de Balança, Brufe, Campo, Carvalheira, Chamoim, Choreense, Cibões, Covide, Gondoriz, Moimenta, Monte, Ribeira, Rio Caldo, Souto, Valdosende, Vilar de Chamoim e Vilar da Veiga (Oliveira, 1971, p. 21), e mais recentemente reorganizado a nível local através da unificação de freguesias, ficando constituído o concelho por União das freguesias de Cibões e Brufe, União das freguesias de Chamoim e Vilar, União das freguesias de Choreense e Monte, Balança, Campo do Gerês, Carvalheira, Covide, Gondoriz, Moimenta, Ribeira, Rio Caldo, Souto, Valdosende e Vilar da Veiga (L 11-A/2013 Artigo 3º).

#### 1.4. O Gerês e o Parque Nacional

A serra geresiana como hoje a conhecemos faz parte de um processo de florestação dos finais do século XIX, com a participação de um povo de fortes relações com a terra insurgindo-se com a perda da liberdade se o seu meio de subsistência é colocado em causa (Capela, 2000). O Parque Nacional da Peneda-Gerês foi inaugurado durante o Estado Novo em 11 de Outubro de 1971 (Oliveira, 1971, p. 54), embora oficialmente tenha sido constituído por documento administrativo em maio do mesmo ano (D 187/1971).

A política de florestação iniciada nos finais do século XIX com a delimitação do perímetro florestal do Gerês em 1888, posterior à visita da família real realizada no ano anterior, evento de relevo para a região marcado pela ausência ou representação da autarquia de Terras de Bouro, por ser constituída por “*rústicos*” que se consideraram não estar à altura de comparecer perante tão ilustres figuras. O documento lavrado pelos serviços florestais permitiria ao povo terra-bourense a continuação da utilização das pastagens, lenha, cepas, e outros produtos vindos do perímetro florestal agora criado por delimitação ao abrigo de um programa de arborização (Capela, 2000). A defesa dos bens culturais faz parte das tarefas do estado, como preservar a qualidade ambiental assim como o património natural e ecológico (Jorge, 2005, p. 39), atos praticados pelos Serviços Florestais na serra geresiana através do reflorestamento e proteção de várias espécies, tratando as árvores mais antigas e a criação em viveiros de espécies a introduzir, atingindo as duzentas e oitenta mil unidades na plantação, em simultâneo com a operação do povoamento arbóreo, foram construídas infraestruturas rodoviárias na serra de modo a facilitar a mobilidade (Moura, 2001, p. 26). O referido processo de florestação com usufruto dos povos serranos não seria entendido por estes, receando a perda dos campos de pastagem dos seus animais, dos terrenos agrícolas sustento da sua sobrevivências, da lenha e seus fornos de carvão utilizados para o conforto dos seus lares, adotaram medidas de negação às intenções reais de florestação, impedindo os serviços de desenvolverem os seu trabalhos, arrancando os rebentos plantados de carvalhos, pinheiros e abetos, ou ateando os montes e florestas arborizados, ações praticadas durante vários anos, numa primeira fase por iniciativa popular e posteriormente com o apoio da câmara municipal de Terras de Bouro. O conflito extravasou os limites concelhios estendendo-se até ao concelho de Vieira do Minho, obrigando o governo a deslocar forças militares estacionadas em Guimarães para a serra do Gerês de modo a conter a revolta através da ocupação dos povoados geresianos. A câmara, reflexo constante dos povos do município, é abordada no intuito de resolver a quezília, mesmo sofrendo alterações de cariz partidária, o descontentamento não é apaziguado mediante a proposta de um acordo garantindo a utilização dos recursos serranos,

negociações interrompidas com o regicídio e a implantação da república, sendo anos mais tarde apresentada a proposta de alteração dos limites da mata, garantia real das suas fronteiras, a manutenção das necessidades das povoações através dos pastos, campos agrícolas e fornos de carvão, ficando o governo autorizado a vender a madeira retirada das florestas mas a população teria acesso à mesma e a outros recursos sem encargos, resultando no conformismo dos povoados mais cétricos, mas não deixando de ajudar nos trabalhos de manutenção das matas (Capela, 2000), continuando a usufruir de regalias de acesso ao atual Parque Nacional (DL 142/2008 Artigo 38º; P 122/2014).

### 1.5. Turismo de Natureza

Como anteriormente referido, o interesse pela Serra do Gerês remonta aos tempos da romanização (Capela, 2000), suspeitando-se da existência de luxuriantes florestas (Cunha, 2000, p. 62), nos finais do século XIX a comunidade científica inicia o estudo da fauna, flora e da qualidade mineral das águas da vila com o nome da serra com fins medicinais e de lazer (Capela, 2000), abrindo o governo concurso de concessão de exploração, com a obrigatoriedade de construção do equipamento necessário à exploração por parte da entidade vencedora, sendo publicadas no ano de 1899 as cláusulas contratuais com as Águas do Gerês, entidade com capacidade de construir e explorar as águas minerais da serra (Moura, 2001, p. 29), atraindo gentes de todo o mundo pelas qualidades medicinais no tratamento do fígado (Oliveira, 1971, p. 54). A vila e as suas águas serviram de chamariz a uma comunidade cada vez mais interessada nestas serras e no seu meio (Moura, 2001, p. 27), banhado pelas águas cristalinas a descer as encostas verdes (Cunha, 2000, p. 60). Procedeu-se ao estudo das várias espécies no seu ambiente natural desde longa data, com referência à existência de ursos na serra e à captura em 1650 do último exemplar, a Cabra do Gerês cujo último espécime foi oficialmente avistado e capturado em 1890 pelos Serviços Florestais, existindo ainda vários estudos sobre o caprino no seio da comunidade científica, como o elaborado pelo Barbosa du Bocage expondo-o na Academia Real das Ciências em Lisboa (Moura, 2001, p. 27). Outros mamíferos de médio porte ocuparam estas serras como a Cabra-montês (*Capra pyrenaica*) em estado crítico de extinção e o Lobo (*Canis lupus*), mas este último mantém a sua presença na região (Alves *et al.*, 2011) e (CMTB, 2015a).

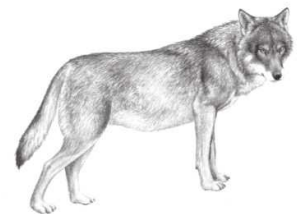


Figura 13: Lobo (*Canis lupus*) (Alves *et al.*, 2011)

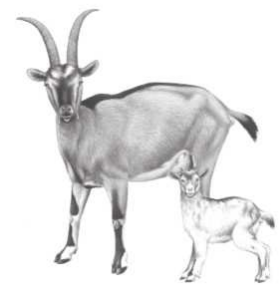


Figura 14: Cabra-montês (*Capra pyrenaica*) (Alves *et al.*, 2011)

As características enaltecidas, profundamente vincadas pelas forças da natureza, de que se apresenta o relato do Dr. Paulo Filho para um jornal em 1940, cujas palavras se consideram merecedoras e apropriadas de referência: “*A paisagem dessa província portuguesa é das mais belas que tenho visto. Guardo-a nos olhos e no coração. Cativou-me inteiramente pela sua graça e beleza. Diante do drama europeu, afirma-se hoje por toda a parte que Portugal é o refúgio abençoado para todos os que procuram e querem viver em paz. É verdade. Mas de todo o Portugal, para gozar existência pacífica, parece-me que ainda será o Minho a região mais acolhedora, calma e hospitaleira.*” (Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas [DGLAB], 1940), fazendo à posteriori referência ao seu anfitrião termina: “*Dessa visita ao Minho de que mil recordações deliciosas conservo, uma trarei sempre comigo, indelével (...) afabilíssimas virtudes da gente portuguesa e da sua tão falada, e agora por mim saboreada e apreciada... hospitalidade.*” Estas gentes, faziam parte de um jardim que era Portugal, nas vozes bem posicionadas da sociedade como defende Álvaro Domingues (Domingues, 2011), afirmando ainda que este povo que sempre trabalhou a terra, respeita e sustenta-se das relações familiares e sociais, e considera a terra não como uma propriedade, mas um sustento, o meio de sobrevivência, sendo explícita a denotação às crenças celestiais, pilar da sua existência com origens pré romanas nas terras da Galécia, onde os *semoteus*, druidas da região, ensinavam sobre a terra e sua formação, o Universo e os corpos celestes, indo mais além, a imortalidade da alma (Loução, 2011).

A terra onde outrora se praticava uma economia de pastorícia, consequência da infertilidade dos campos e do clima, a produção de castanhas e centeio, com o passar dos séculos foi perdendo o seu interesse económico, a introdução da batata após as descobertas, o cultivo do milho e a plantação de pinheiros bravos e eucaliptos, em substituição das espécies autóctones como o castanheiro, embora se tenha mantido a criação de rebanhos pela sua produção de leite (Domingues, 2007), não criando uma economia satisfatória das necessidades da população, e seguindo o exemplo da vila do Gerês, o turismo é um caminho possível para desenvolver a economia local, servindo o mesmo de financiamento e promotor da preservação das características ambientais e culturais, revertendo as mais valias para a população como modo de incentivo (International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], 1999b). O agroturismo surge inserido no turismo rural, este por definição, é constituído por atividades e serviços de alojamento de natureza familiar (DL 54/2002 Artigo 1º), desmultiplicando-se em várias tipologias, com o agroturismo incluído (DL 54/2002 alínea c) do nº 3 do Artigo 2º). Este tipo de turismo prevê a exploração agrícola de cariz familiar, permitindo aos hóspedes a

participação nas técnicas e características da produção, com o acompanhamento e regras previamente estabelecidas (DL 54/2002 Artigo 6º), aplicando-se em Veiguinhas no terreno sobrando da edificação proposta, e outras parcelas circundantes de cultivo, pastorícia e floresta da propriedade da casa de turismo, contribuindo deste modo para a preservação e divulgação dos usos e costumes da comunidade local (ICOMOS, 1999b).

### 1.6. Veiguinhas o Povoado

Lugar com características urbanas de povoamento disseminado, adaptando as habitações à morfologia geográfica do terreno agrícola que serve de sustento à comunidade que o trabalha (Távora, Pimentel, & Menéres, 2004), o termo “Veiguinhas” é uma palavra que vem de “veiga”, com origem no século XIII supondo-se que mais antigo, da época pré-romano, que designa campo fértil e cultivado; várzea, vargem, abarga; terra de cultura de centeio ou de milho serôdio (Villar, 2011), o diminutivo “*inhas*” indica a existência plural de pequenas (Bergstrom & Neves, 1996, p. 2361) veigas no local aproveitando a encosta da serra. Predomina o cultivo do milho como é comum no território nacional, embora o centeio tenha uma presença nestas encostas serranas por recriação popular, fracionadas com hortas e culturas arvenses, coabitando com a produção de gado de grande porte constituindo a base económica dos arvícolas (Távora *et al.*, 2004).

Veiguinhas, localizado junto da Estrada Municipal 535 entre duas aldeias, a sul e à distância de mil metros, localiza-se a aldeia de Saim, esta outrora pertença da freguesia de Chorense (L 11-A/2013 Artigo 3º), nome derivado da palavra Florentii de origem latina, de largas vistas sobre o rio Homem que irriga as terras povoadas de ciprestes (Oliveira, 1971, p. 31), atualmente integrada na União das Freguesias de Chorense e Monte após o reordenamento administrativo de 2013 (L 11-A/2013 Artigo 3º). Lugar caracterizado como espaço Agroflorestal como expresso no Diário da República (RCM 24/1996 Artigo 33º) e respetivos anexos, situa-se na encosta oeste da Serra do Gerês no vale do Rio Homem, o conjunto identifica-se por três habitações dispersas, apresentando características de um aglomerado de montanha (Távora *et al.*, 2004, p. 29), com as suas construções de apoio à atividade económica tradicional, a agricultura e a criação de gado. A aldeia de Saim, onde em tempos os romanos usufruíram do lugar sob o nome de Saliniana, desenvolve-se através das cordilheiras

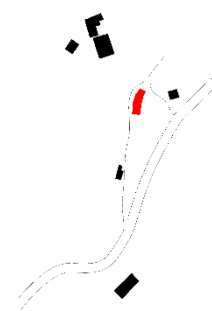
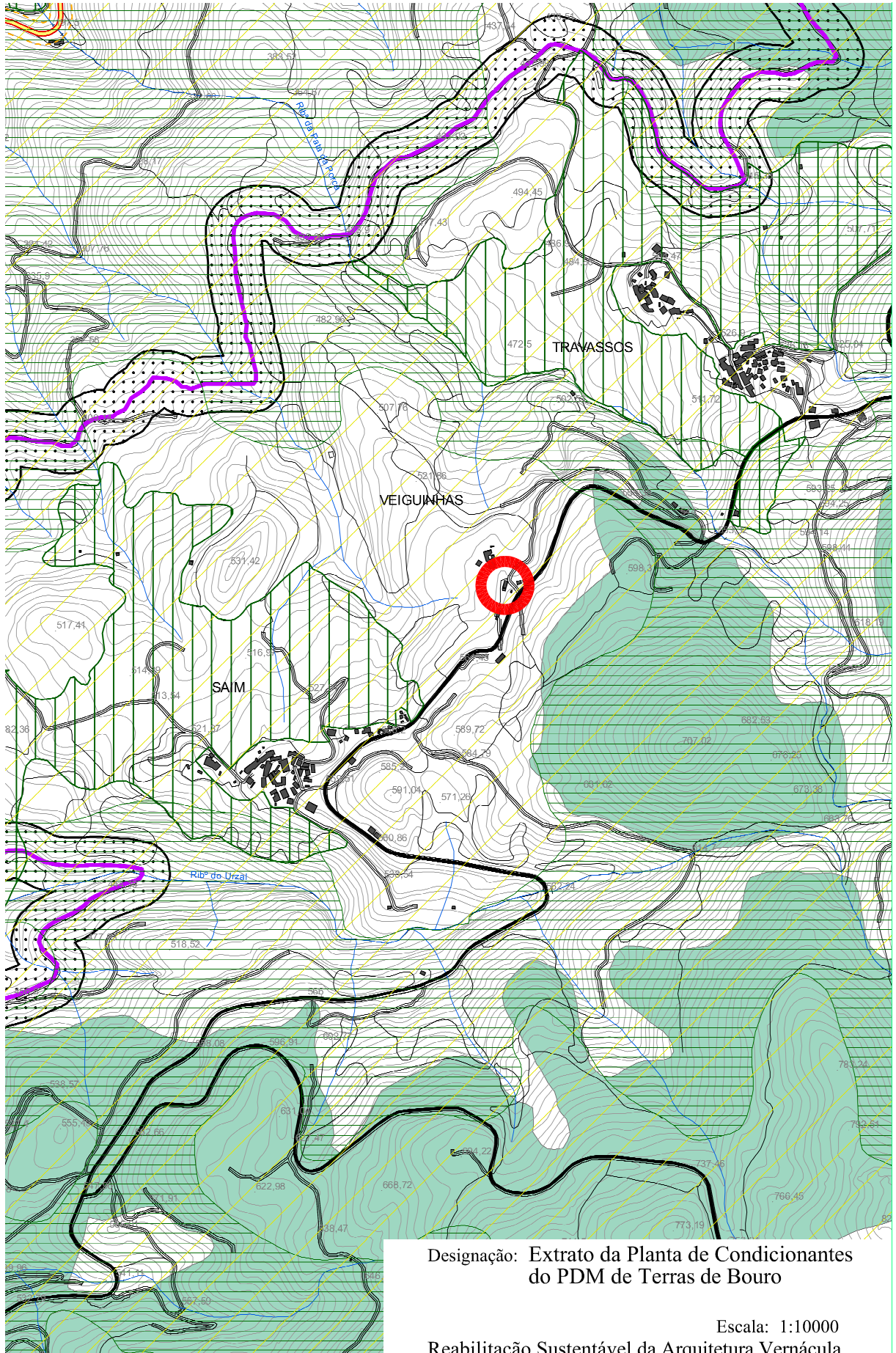


Figura 15: Veiguinhas



Designação: Extrato da Planta de Condicionantes  
do PDM de Terras de Bouro

Escala: 1:10000

Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

## LEGENDA



Limite do Concelho (CAOP 2010)

### RECURSOS HÍDRICOS

Leitos e Margens de Cursos de Água

Zonas Inundáveis

Limite POAC

Albufeiras

Zona Reservada

Zona Terrestre de Proteção

Zona de Proteção da Barragem e dos Orgãos de Segurança

Zona de Respeito da Barragem e dos Orgãos de Segurança

### RECURSOS ECOLÓGICOS

Leitos e Margens de Cursos de Água Integrados na REN

Reserva Ecológica Nacional

Reserva Ecológica Nacional - Propostas de Exclusão

Limite do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Rede Natura 2000:

SIC - PTCON0001 Peneda-Gerês

ZPE - PTZPE0002 Serra do Gerês

### INFRAESTRUTURAS

Rede de Saneamento

Aqueduto Público Subterrâneo, de acordo com o Despacho n.º 4711/2012, de 3 de abril, publicado em D.R., 2ª Série, N.º 67.

### Linhas Elétricas

Muito Alta Tensão

Alta Tensão

### RECURSOS FLORESTAIS

#### Regime Florestal

Mata Nacional do Gerês (PNPG)

PNPg - Baldios cogeridos

Perímetro Florestal da Senhora da Abadia

Perímetro Florestal da Serra Amarela

Posto de Vigia da Rede Nacional de Postos de Vigia

### RECURSOS GEOLÓGICOS

Concessão de Água Mineral:  
HM0310000 - Caldas do Gerês  
HM0560000 - Água do Fastio  
HM0640000 - Termas de Moimenta

Zona de Proteção Imediata

Zona de Proteção Intermédia

Zona de Proteção Alargada

Concessões Minerais em Recuperação

### RECURSOS AGRÍCOLAS

Reserva Agrícola Nacional

### Rede Geodésica

Vértice Geodésico

### Rede Viária

Estradas Nacionais

Estradas Regionais

Estradas Nacionais sob jurisdição municipal

Estradas Municipais

Zona de Servidão "non aedificandi"

### PATRIMÓNIO CULTURAL

Classificado (MN/IIP/IIM)

Em vias de Classificação (VC)

Zona de Proteção

Designação: Extrato da Planta de Condicionantes do PDM de Terras de Bouro  
Legenda

Escala: s/Escala

Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

ao longo de 215 milhas até *Asturica* (Astorga), das mais importantes do noroeste da península, foi aberta na última metade do século I d.C. na dinastia dos Flávios (D 5/2013 Artigo único), havendo referência ao Imperador César Marco Aurélio, a Caio Calpetano e Valério Festo (Oliveira, 1971, p. 31), a Via Nova marcou a economia da época através da circulação de produtos e apoio à expansão da romanização, o seu traçado é conhecido na região pelo nome de “Geira” (D 5/2013 Artigo único), devendo o nome ser “Jeira” segundo a referência do Padre Arlindo Ribeiro da Cunha (Cunha, 2000), obtendo o estatuto de monumento nacional em 1910, esta proteção de sítio de interesse é posteriormente revisto e ampliado ao seu conjunto de marcos miliários e às infraestruturas, pontes e ruínas adjacentes à via (D 5/2013 Artigo único). A freguesia do Monte, frequentemente conhecida pelo Monte de Santa Isabel, é considerada uma das freguesias mais interessantes do concelho de Terras de Bouro e de todo o Minho, segundo as palavras do Cónego local transcritas por Oliveira, assente na cratera de um vulcão extinto, sendo pertença dos frades cistercienses do Mosteiro de São Miguel do Bouro até à sua extinção na primeira metade do século XIX, passando após essa data para a gestão administrativa de Terras de Bouro (Oliveira, 1971, p. 39), acessível pelo convento da Abadia, por Covide ou Chorence, o percurso por estas últimas aldeias é de uma hedionda penedia ladeada por habitações humildes, enegrecidas pelo tempo e rodeadas por fragas agrestes (Cunha, 2000, p. 61). A aldeia de Travassos a norte de Veiguinhas de administração da freguesia de Vilar, também conhecida por Vilar de Chamoim (Oliveira, 1971, p. 48), sendo de fácil compreensão a união das freguesias efetuada na reorganização territorial de 2013 (L 11-A/2013 Artigo 3º), em tempos pertença do couto dos monges de Rendufe. Na encosta, desenvolve-se a aldeia de Travassos, residência de fidalgos segundo as informações do século XIII, onde anteriormente teria existido uma “*civitas*” devido à proximidade da Geira e o seu marco miliário identificador (Oliveira, 1971, p. 48).

Veiguinhas está afeta a uma economia agrícola e pastorícia na base da vida do povoado, com uma organização de aglomerado de montanha como descrito no levantamento da Arquitectura Popular em Portugal (Távora *et al.*, 2004, p. 29), constituída na sua maioria por pequenas construções em pedra granítica como é costume e observável nesta região minhota, cuja vivência é essencialmente a labuta dos campos. Com uma organização tortuosa ao sabor das necessidades e possibilidades de construir em terreno tão acidentado, aproveitando as melhores porções de terra para cultivar, o povoado desenvolve-se



Figura 18: Aldeia de Saim

na inclinação da encosta encastrado no relevo da serra, onde as ruas estreitas surgem entre os panos das fachadas de granito pontuados por pequenos vãos das casas agarradas à serra como se desta tivessem sido expelidas.

O trabalho comunitário das povoações, imposto ou pela partilha das necessidades de defesa, como é sabido, através da defesa das fronteiras (Barroca, 2003a; Silva, D. M., 1984) ou na proteção do seu património natural e económico (Capela, 2000; Moura, 2001), deu origem ao desenvolvimento de atividades sociais coletivas, entre outras, a de expressão coral polifónica pouco comum no sul da Europa, pelo facto de a voz baixa ser a melódica (Caufriez, 2000, p. 55), não sendo a única do género em Portugal, existindo o Cante Alentejano eleito a Património Imaterial da Humanidade recentemente (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO], 2014), com características idênticas ao cante alentejano, outrora praticado maioritariamente por homens, hoje é composto normalmente por grupos de seis a dez mulheres, no caso do coro de S. João do Campo, compondo-se em três ou quatro partes polifónicas com várias mulheres em monofonia, tradicionalmente praticado em várias situações sociais, como as caminhadas para a jorna ou durante os trabalhos de recolha de mato pelos elementos femininos, transportando-o à posteriori em cestas em cima da cabeça (Caufriez, 2000, p. 53 a 56). A agricultura como fonte de rendimento dominante é algo pertencente ao passado (Domingues, 2011, p. 146), mas perante a fertilidade dos campos das encostas destas serras as práticas agrícolas permanecem (Oliveira, 1971, p. 50), o centeio e do milho continuam a ser os cereais de tradição (Caufriez, 2000, p. 55), com o objetivo de sustentar a economia familiar (Domingues, 2011, p. 147), onde cada casa produz o suficiente para as suas necessidades (Távora *et al.*, 2004, p. 37), as práticas sociocomunitárias, hoje num meio rural diferente (Domingues, 2011, p. 142), passavam pela ceifa, a debulha e o ato de malhar os cereais ao som dos cantares polifónico, ofícios inspiradores do canto, em volta dos malhadores, cantava-se a “*Malhada*” para ajudar na concentração e apurar o ritual, outras musicas como a “*Segadinha*”, de caris mais jovem e alusiva ao linho, eram proferidas durante a colheita deste (Caufriez, 2000), continuando o seu tratamento em casa na “varanda do tear” onde as mulheres o teciam, espaço tradicionalmente reservado para o efeito no aconchego da habitação. Os restantes cereais resultantes da cultura, e depois de serem tratados, são recolhidos nos espigueiros, construções elevadas do solo com o formato paralelepípedo junto da eira com a entrada numa das extremidades longitudinais, e assentes numa plataforma apoiada em pilares, de modo a impossibilitar o acesso dos roedores e outros animais ao fruto do trabalho no campo (Távora *et al.*, 2004, p. 48).

Inserido num clima mediterrâneo, Portugal goza de uma temperatura média entre os 18° e os 26° graus centígrados com amplitudes térmicas elevadas, desconfortáveis para o ser humano e agressivas para os materiais utilizados na construção (Tirone & Nunes, 2008). No Minho, a humidade é regular nas montanhas, a pluviosidade é elevada reduzindo a variação relativa das temperaturas ao longo do ano e durante o dia, associando-se a frequência e intensidade dos ventos dominantes, proporcionam um enquadramento climático favorável comparado com a Península e com o país, incitando a fixação de flora rica em carvalho, castanheiro e pinheiro bravo (Távora *et al.*, 2004). Nas suas descrições sobre o Santa Isabel do Monte, Arlindo Ribeiro da Cunha refere-se à serra do Gerês como uma região de “*invernias pegada*”, onde as neblinas são arrastadas pelos ventos oriundos do sul (Cunha, 2000, p. 60).

Região privilegiada de um clima temperado, usufruindo no verão de um clima seco e temperado, ocorrendo no interior uma variação de seco e quente entre o Minho e Trás-os-Montes devido à morfologia do terreno (Barceló & Nunes, 2011). Embora se trate de uma região com um microclima característico, considerou-se os valores normais climáticos analisados num período de trinta anos entre 1971 e 2000, período de referência disponível e utilizado para este estudo, considerando-se o observatório de Braga (Posto Agrário) do Instituto de Meteorologia, fiável por se encontrar mais próximo do local do presente estudo, embora se considere como razoável mencionar, e sempre que se justifique, as estações meteorológicas de Viana do Castelo a Oeste no litoral e a de Vila Real a Este no interior, por se posicionarem em latitudes semelhantes.

Os valores das normais climatológicas da temperatura na estação de Braga, apresentam uma variação entre a menor mínima e a maior máxima de 45,6° centígrado (Barceló & Nunes, 2011), corroborando o exposto por Livia Tirone e Ken Nunes, afirmando a existência de uma austera amplitude térmica prejudicial às pessoas e materiais (Tirone & Nunes, 2008), registado em janeiro o valor de -6,3° centígrado e em agosto o valor de 39,3° centígrado, sendo a variação em Viana do Castelo de 42,6° centígrado e em Vila Real de 46,3° centígrado no período homólogo, sendo a média da máxima da temperatura no litoral variável entre os 14,3° centígrado em janeiro e os 26° centígrado em julho e agosto, devido à sua localização mais amena que a estação de Braga que atinge valores de 13,4° centígrados em janeiro e de 27,5° centígrados em julho e agosto, confrontando a variação de Vila Real em janeiro com a média máxima de 9,5° centígrado e julho e agosto com 28,7° centígrado (Barceló & Nunes, 2011), demonstrando a variação da amplitude térmica consoante a longitude e a interiorização,

umentando a diferença conforme se vai afastando do Atlântico. Fenómeno que também se identifica com a média mínima, em Vila Real está entre os valores de 2,1° centigrado em janeiro e 14,4° centigrado em julho, enquanto junto ao Oceano a média dos valores registados então entre 4,7° centigrado em janeiro e 15,1° centigrado em julho, enquanto na estação meteorológica de Braga são registados os valores de 4,1° centigrado em janeiro e 14,3° centigrado em julho (Barceló & Nunes, 2011).

A transposição das massas húmidas Atlânticas em direção ao interior por serras e vales, concedem ao noroeste português uma tonalidade verde aprazada e abundante em água, numa transição entre o ambiente atlântico e o mediterrânico (Domingues, 2007), confirmando a abundante pluviosidade que confere a Serra do Gerês, como sendo das zonas da Península Ibérica com maior precipitação (Domingues, 2007). Seguindo o princípio utilizado para as normais climatológicas da temperatura, as normais da pluviosidade registam comportamentos algo semelhantes. A estação de Braga regista o valor médio anual mais alto nos meses de outono e inverno, com o valor mais alto em dezembro com uma precipitação de 231,4mm e o valor mais baixo nos meses de verão com uma média de 24,1mm no mês de julho, situação que se apresenta idêntica na estação de Viana do Castelo com 228,3 mm em dezembro e em julho com 28,4mm, seguindo a estação de Vila Real idênticos meses de pluviosidade máxima e mínima com valores apresentados de 174,6mm e 17,1mm respetivamente, notando-se que este último se repete no mês de agosto com idêntico valor. A pluviosidade máxima diária apresentada nas normais diferem um pouco desta realidade exposta, notando-se o dia com maior precipitação média no mês de outubro com valores de 162,5mm e nos meses de julho e agosto uma precipitação média diária de 51,8mm na estação de Braga. Na estação de Viana do Castelo os valores médios máximos diários registam-se em setembro com 176,7mm e o valor médio mais baixo em julho com 35,7mm, diferenciando-se da estação de Vila Real que apresenta o valor médio inferior em julho com 46,0mm de pluviosidade em conformidade com as restantes estações apresentadas, mas o valor mais elevado da média diária é registado no mês de junho com 94,4mm de precipitação (Barceló & Nunes, 2011). Importa referir que os maiores valores de precipitação diária registados na região do Gerês atingiram valores 210,9mm em São Bento da Porta Aberta a 13 de Maio de 1982 e no Outeiro uma precipitação de 242,0mm a 8 de dezembro de 1978, este último idêntico ao valor do extremo, fenómeno que se repete em Ermida a 31 de março de 1962 com o valor de 255,0mm e Penedo a 28 de janeiro de 1951 com o registo de 281,6mm de precipitação (Barceló & Nunes, 2011).

## Capítulo 2 - Entre aldeias, o lugar

### 2.1. Morfologia

O casa objeto deste estudo, está implantado na encosta da Serra do Gerês exposto ao vale do Rio Homem com a orientação este/oeste, mantendo o alinhamento altimétrico não apresentando significativas alterações de cota, adaptada ao caminho público que vai descendo a serra, e apresenta-se com uma forma onde predomina a geometria retangular com a orientação norte/sul marcando o entroncamento a noroeste formado pelos caminhos, o de maior expressão vindo da E.M. 535 a sul, identificada como estrada de interesse paisagístico (RCM 24/1996), e confrontando a edificação a oeste com o piso de terra batida circulável por veículos motorizados, interceta o caminho a norte, descendente da mesma estrada municipal que se apresenta a este e encerra os limites do caso em estudo, caminho de circulação pedonal onde a terra e os blocos de granito saídos do interior da crosta terrestre se misturam. O vértice noroeste da construção assinala o ponto mais baixo de toda a área em estudo, sendo o entroncamento da estrada municipal com o caminho pedonal a nordeste, o ponto mais elevado, ultrapassando a cota da cumeeira da cobertura da edificação. Descendente para oeste, iniciando com um talude para a estrada, o terreno termina a este com um muro de suporte das terras para o caminho, conseguindo área de cultivo de nível, que se estende para norte com características idênticas, em que a oeste da edificação o muro de suporte permite um espaço de entrada para o fogo e acesso à leira a este, pontuada pelo canastro ou espigueiro, local de armazenamento das colheitas de regadio, elevado do terreno e apoiado em pilares suportando uma estrutura tradicionalmente de pedra e madeira com características construtivas que impedem os pequenos roedores e aves de aceder ao produto retirado da terra. Com a forma de um paralelepípedo, a entrada efetua-se numa das faces mais estreita através de uma escada amovível, as restantes são revestidas de madeira de modo a permitir a ventilação do interior. A face superior é quebrada por duas águas com revestimento cerâmico, enquanto a base é constituída por uma laje de pedra apoiada em capiteis (Távora *et al.*, 2004), como é comum nas casas onde a atividade económica é a agricultura, devido à sua construção tardia e eventualmente à escassez económica, este símbolo de produtividade agrícola é construído em betão armado e alvenaria de tijolo, mantendo as formas geométricas características deste tipo de celeiros.

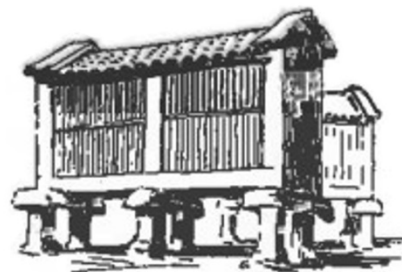


Figura 19: Canastro ou Espigueiro (Dias, 1948/1983)



Figura 20: Alçado Norte.

As alterações de que há memória e perante a análise do levantamento da construção, denota-se três principais fases de alterações à construção inicial, descaracterizando ao longo das décadas a sua traça original. Num primeiro paço pretende-se descrever o que se supõe ser a edificação inicial, seguindo-se um processo de análise às várias modificações que se considera terem sido realizadas seguindo o que se entende ser a cronologia das intervenções.

A edificação objeto do estudo não foge à tradicional construção minhota, encastrada no terreno e acompanhando o seu declive, de pendente reduzida dissimulando-se na vegetação (Távora *et al.*, 2004, p. 38). A distribuição por dois pisos confere uma organização funcional na sua essência, com a habitação no piso superior acessível a leste junto à leira, e o piso inferior virado a oeste. O espaço de vivência é composto por uma pequena cozinha de 12 m<sup>2</sup>, espaço principal da casa, servindo de núcleo distribuidor para a sala de 13,7 m<sup>2</sup> também com acesso do exterior, e para a área privativa composta por dois quartos e uma instalação sanitária. O quarto principal com 12,5 m<sup>2</sup> acessível pelo exterior ocupa a ala sul da habitação, e o segundo quarto com 5,9 m<sup>2</sup> exposto a oeste, a instalação sanitária com 2,4 m<sup>2</sup> centra-se a este do fogo. Os espaços não habitacionais tem serventia independente, e constituem-se em dois grupos, o primeiro de produção, localizado no piso inferior, onde todos os espaços são servidos diretamente pela via pública, constituído pela corte com 23,5 m<sup>2</sup> para a recolha de animais e protegido a norte pelo lagar de vinho com 11,9 m<sup>2</sup>, o segundo grupo, de armazenamento, é mais disperso, a sul da corte, encontra-se a adega a ocupar 10,8 m<sup>2</sup>, terminando com o espaço de recolha de alfaias agrícolas e ferramentaria de 13,9 m<sup>2</sup>, este com um segundo acesso para a leira no piso superior, e por cima deste armazém, situa-se a sequeira, elevada do terreno e servida diretamente do campo de cultivo através de alguns degraus, por último e ainda pertencendo a este segundo grupo, o espigueiro ou canastro exposto a meio do terreno a este da edificação.

Constata-se a preocupação na organização dos vários espaços, sejam habitacionais ou não, com algum sentido funcional, a recolha dos produtos extraídos da terra é armazenado na sequeira e no espigueiro ou canastro como é tradição (Távora *et al.*, 2004), e estes encontram-se estrategicamente edificados junto da leira, a corte protegida a norte pelo lagar protege os animais aí recolhidos, a casa das alfaias e ferramentas oferece comunicação para a leira e para a via pública para melhorar a serventia a outros terrenos limítrofes do mesmo proprietário, e

observa-se a preocupação de um povo, se se considerar o caso de estudo como um exemplo dos hábitos locais, a preocupação em otimizar os espaços de produção em detrimento da zona habitacional, ficando a área construída ligada à economia e sustento com perto de dois terços do conjunto edificado.

A composição aqui identificada como inicial apresenta algumas intervenções, com uma geometria retangular harmónica de maior eixo norte/sul. É constituída por dois pisos, como

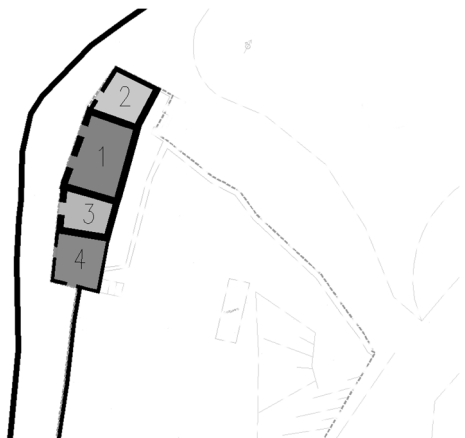


Figura 21: Piso 1 - Fases de ampliação. Levantamento.

é de tradição na casa minhota (Távora *et al.*, 2004), de construção singela em alvenaria de blocos de granito.

A empena principal delimita o caminho público com os seus pequenos vãos embutidos.

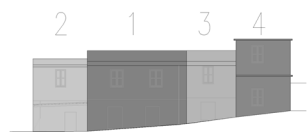


Figura 23: Alçado Oeste - Fases de ampliação. Levantamento.

Encastrada no terreno, aproveita o declive serrano formando duas serventias funcionais distintas. O piso superior, assente em laje de abobadilha apoiada em vigotas pré-esforçadas revestida a tijoleira cerâmica

substituiu em meados do século passado o tradicional piso de vigas de madeira assoalhado.

Desenvolve-se a habitação com acesso por uma porta de madeira, composta com os mínimos da habitabilidade, o espaço social com a pequena janela de estrutura em ferro sobre o caminho a oeste, tem na vivência funcional um papel fulcral, expondo-se à entrada promovendo a área nobre da residência. A lareira, centro social e simultaneamente fonte de calor do ambiente e das refeições familiares, centra-se na parede cega a norte com extração erguida em pedra granítica adicionada aquando do pavimento, junto a esta, encastrada no canto nordeste ao lado da entrada sobressai o forno de forma semiesférica sem extração para a

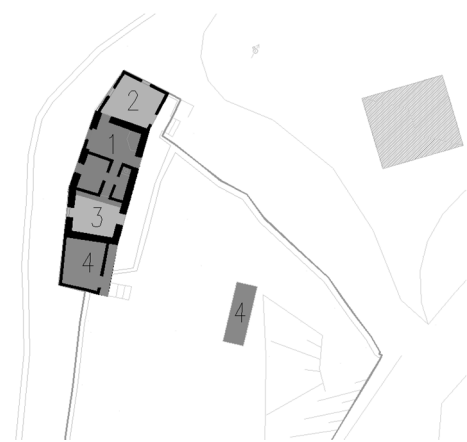


Figura 22: Piso 2 - Fases de ampliação. Levantamento.

cobertura apoiada numa estrutura de vigas de madeira forrada com telha lançando um pequeno beiral apoiado na cornija simples, sugerindo este elemento um acrescento ao pano de alvenaria de granito original. O centro possibilita a distribuição para os espaços funcionais da habitação. A sudoeste delimitado por uma estrutura de painéis de madeira, o único quarto da casa com a sua janela de caixilharia de ferro para o caminho, a sudeste, a instalação sanitária protegida pelo

pano de madeira e paredes meias com a leira talhada na encosta, no estrado de madeira um orifício ao centro permite a evacuação direta para a corte que ocupa todo o espaço inferior da habitação, com a empena este a suportar a leira e a oeste o caminho inclinado desenvolve-se um pouco a cima da cota do piso, acessível por dois pequenos vãos encerrados por duas portas de madeira tosca. Na empena cega a norte, pelo exterior um pequeno coberto de estrutura de madeira forrada com colmo, protege a lenha necessária para as atividades domésticas.

O anexo realizado no sentido norte foi a primeira ampliação efetuada na construção, suprimindo o telheiro coberto no exterior utilizado para armazenamento da lenha, o espaço foi encerrado recorrendo à construção de um pilar de betão armado, visível no extremo sudoeste, suportando a laje de piso, rematada contra a parede de alvenaria de granito a oeste e a empena norte da edificação original, que por alguma razão construtiva, não foi executada de nível com a cota existente, apresentando-se a um nível inferior da consolidada. Na parte inferior da laje



Figura 24: Alçado Oeste, cortes.

ergueu-se um pano de alvenaria de granito e rematando contra esta no lado oeste e lado norte, foi executado um vão para o caminho público ligeiramente acima do nível do piso em terra compactada à semelhança do existente na construção inicial, enquanto na parte superior adotou-se a alvenaria de tijolo estocada nas três faces. Do lado este foi aberto o vão da porta, esta em madeira, nas outras duas empenas foram colocados vão de janelas com caixilharia em cantoneira de ferro idênticas às consolidadas. No interior foi rasgado um vão na empena comum na estrema oeste, possibilitando a ligação ao espaço social, com o pé direito inferior à restante edificação, apresenta-se em telha assente em vigas de madeira com beiral e cornija, seguindo a traça existente.

ergueu-se um pano de alvenaria de granito e rematando contra esta no lado oeste e lado norte, foi executado um vão para o caminho público ligeiramente acima do nível do piso em terra compactada à semelhança do existente na construção inicial, enquanto na parte superior adotou-se a alvenaria de tijolo estocada



Figura 25: Alçado Oeste, Sequeira.

Quanto ao segundo momento da alteração do edifício, estendeu-se em direção a sul, no intuito de ampliar o espaço interior. Agarrada à empena cega foi levantada uma parede de alvenaria de granito por forma a delimitar a ampliação necessária em direção oposta ao consolidado, na divisão dos pisos foi aplicada uma laje em abobadilha assente em vigas pré-esforçadas revestida com tijoleira cerâmica. Na parede a oeste virada para a leira foi aberto um vão com porta de madeira, no lado oposto uma janela com caixilhos idênticos aos demais da residência enquanto a norte na parede de granito é introduzido um vão de modo a aceder à restante habitação, surgindo um corredor a dividir o quarto existente da instalação sanitária delimitado por painéis de madeira. Em situação idêntica à ampliação efetuada a norte atrás descrita, foi deixado um desnível entre o piso inicial e a nova ampliação feita acima da cota consolidada ao contrário da sua oposta. A cobertura de telha cerâmica efetuada seguiu os alinhamentos da existente, não apresentando quebra nos panos construídos em relação ao consolidado. No piso inferior, a nova área tem características idênticas à sua homóloga do lado sul, em que a parede a oeste é utilizada como contenção das terras e virado para o caminho um vão de acesso fechado com porta de madeira tosca ligeiramente a cima do piso interior em terra batida e sem ligação com o volume inicial da edificação.



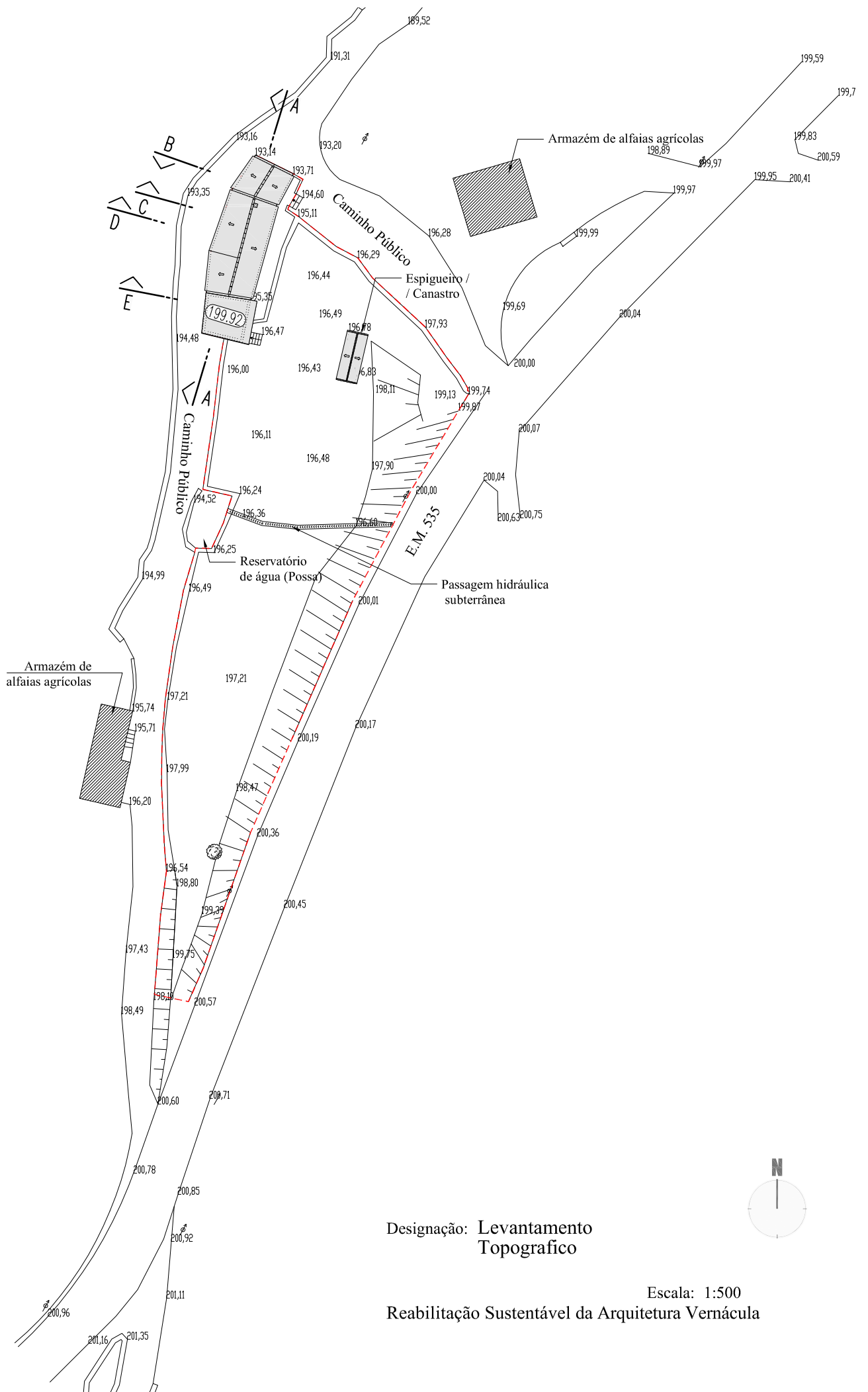
Figura 26: Espigueiro ou Canastro.

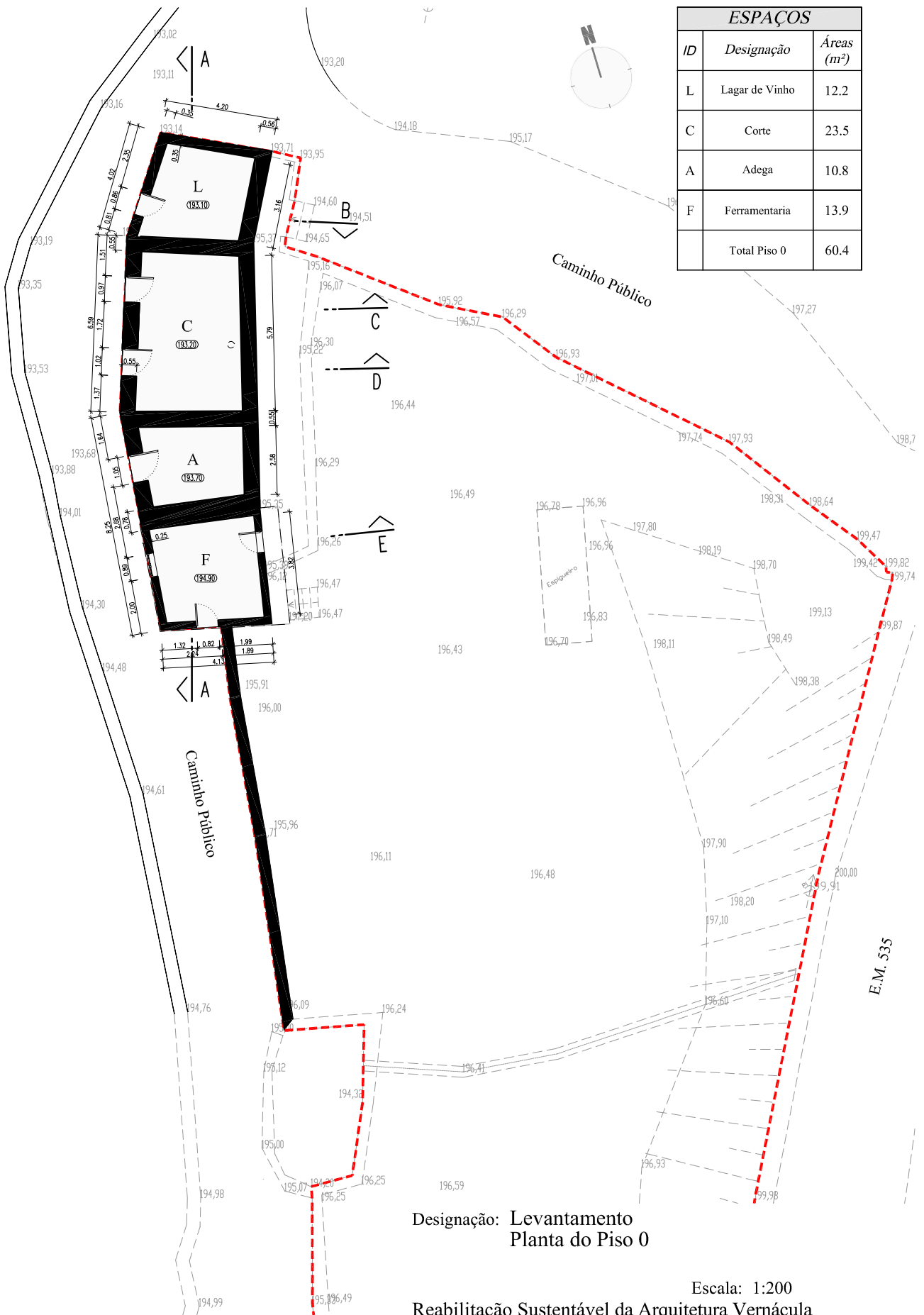
A última fase identificada da ampliação do conjunto, separa-se do restante na sua funcionalidade, embora em termos físicos estabeleça uma continuidade no corpo do conjunto, a sul da edificação é construído um sequeiro com características bastante dispares do restante, pela sua



Figura 27: Alçado Este e Norte

cércea, forma e materiais. Aproveitando a empena cega a sul do edificado, são levantados panos de alvenaria de tijolo com início no caminho público, à semelhança da anterior ampliação, criando uma área com o piso mais elevado em relação às demais devido à inclinação da via pública descendente para norte, rematado por uma laje de betão armado que excede a projeção dos panos erguidos a sul e a oeste, que funcionalmente se crê intencional, à semelhança dos canastros muito utilizados no Minho, no intuito de impedir a intrusão de animais que possam

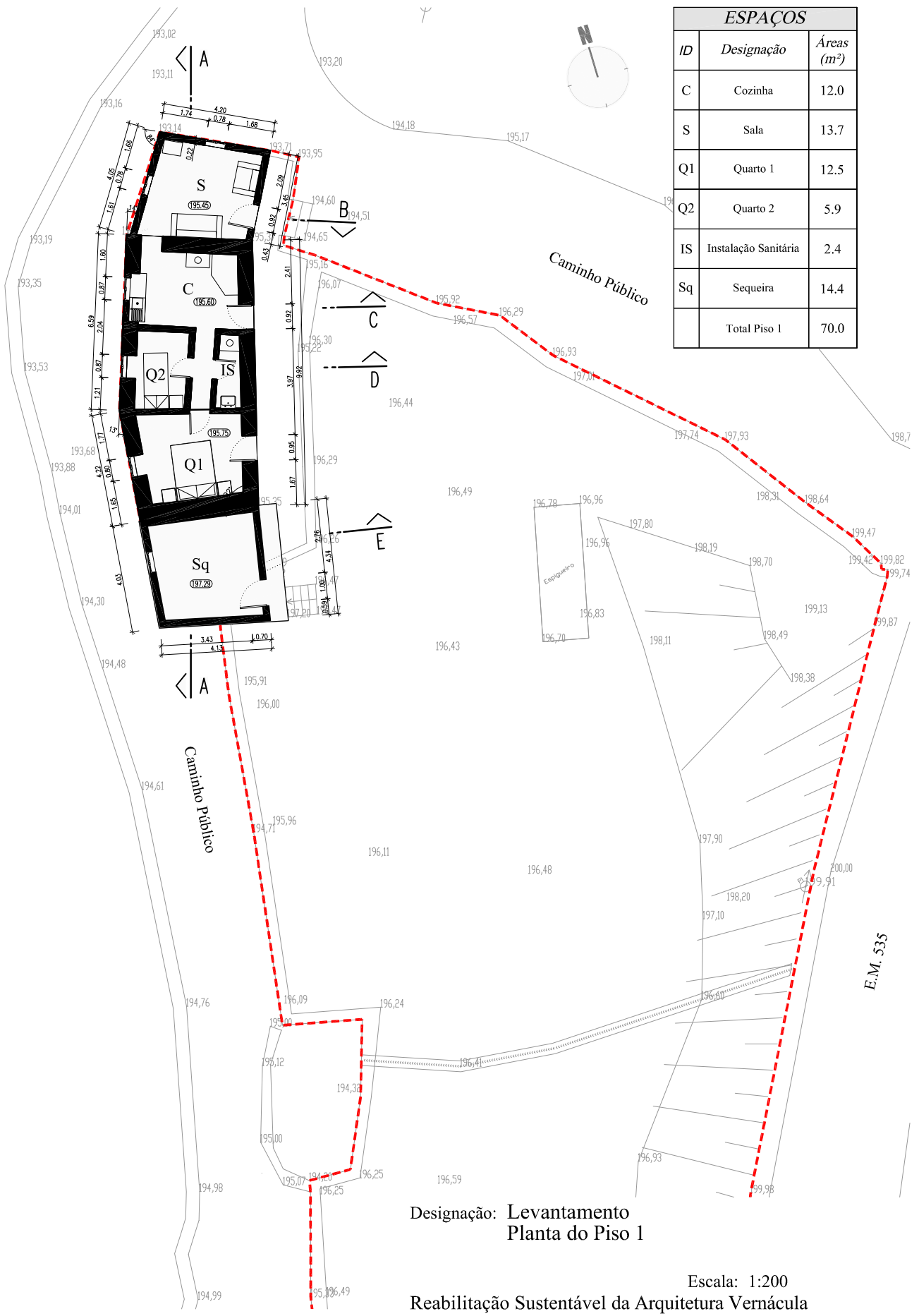




ESPAÇOS		
ID	Designação	Áreas (m <sup>2</sup> )
L	Lagar de Vinho	12.2
C	Corte	23.5
A	Adega	10.8
F	Ferramentaria	13.9
Total Piso 0		60.4

Designação: Levantamento  
Planta do Piso 0

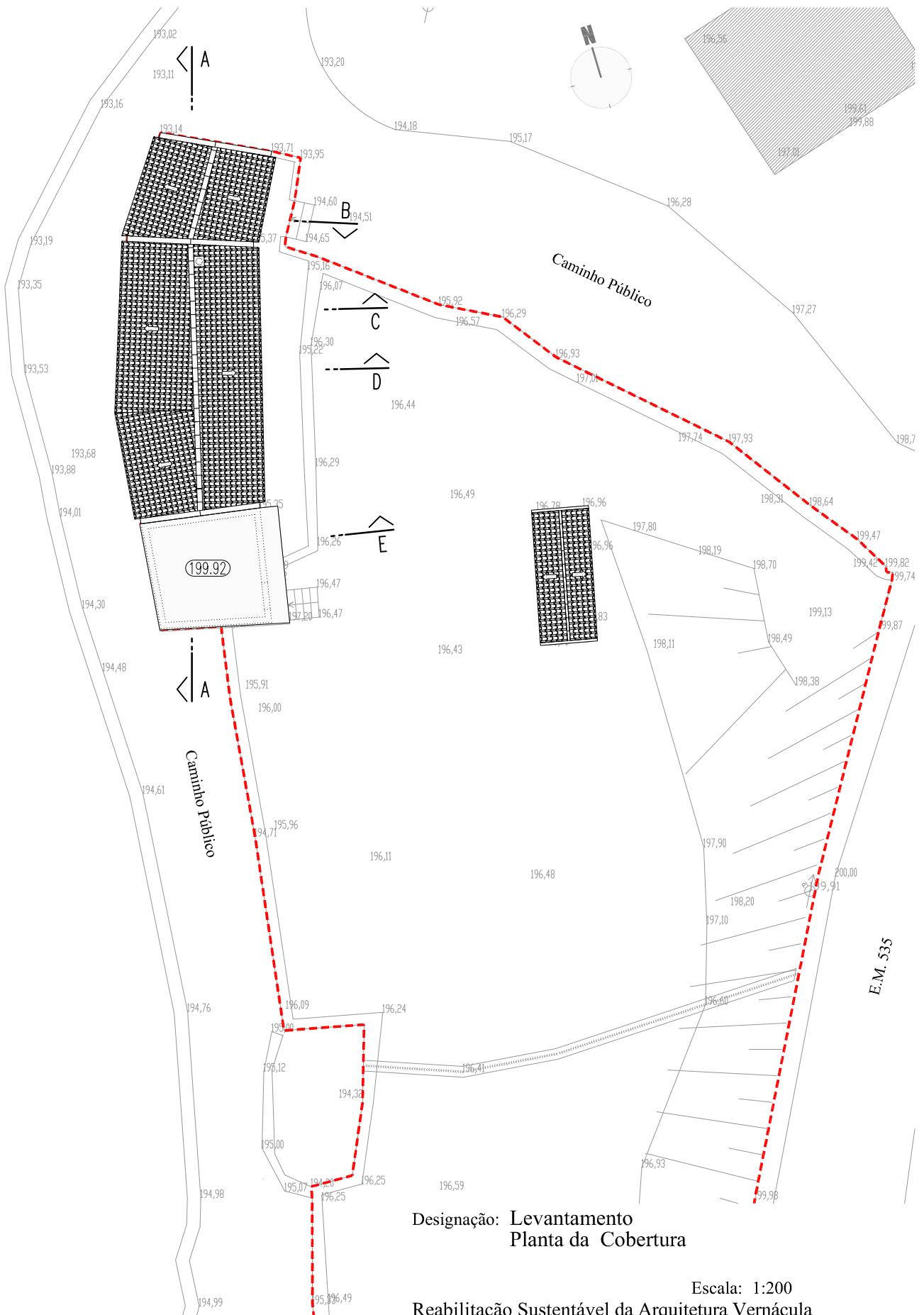
Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



ESPAÇOS		
ID	Designação	Áreas (m <sup>2</sup> )
C	Cozinha	12.0
S	Sala	13.7
Q1	Quarto 1	12.5
Q2	Quarto 2	5.9
IS	Instalação Sanitária	2.4
Sq	Sequeira	14.4
Total Piso 1		70.0

Designação: Levantamento  
Planta do Piso 1

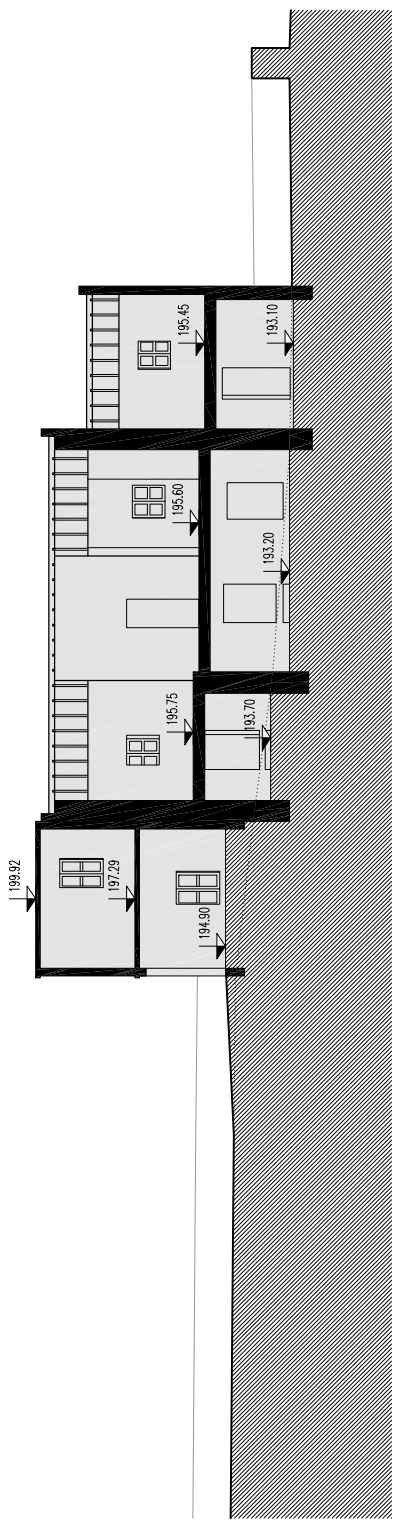
Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



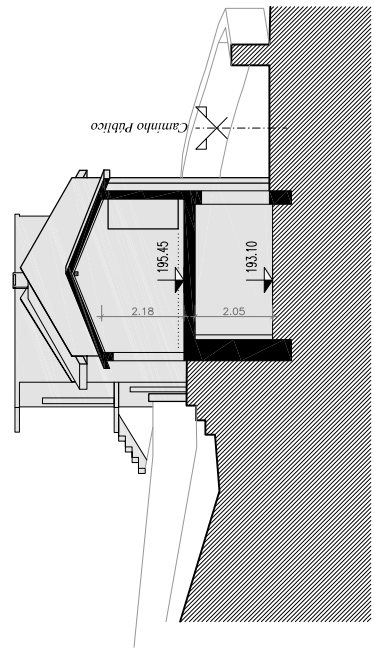
Designação: Levantamento  
Planta da Cobertura

Escala: 1:200

Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



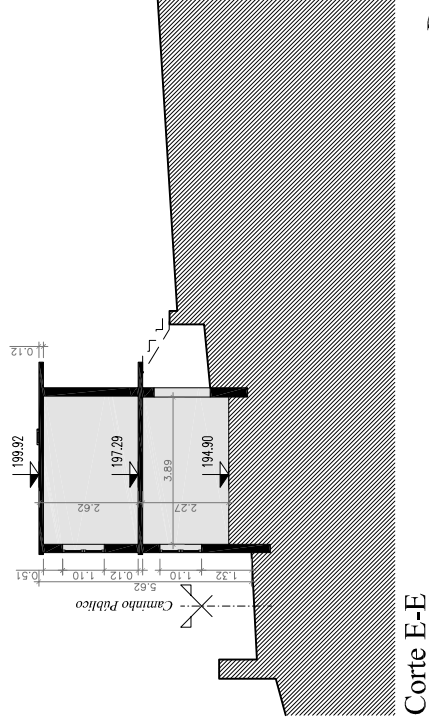
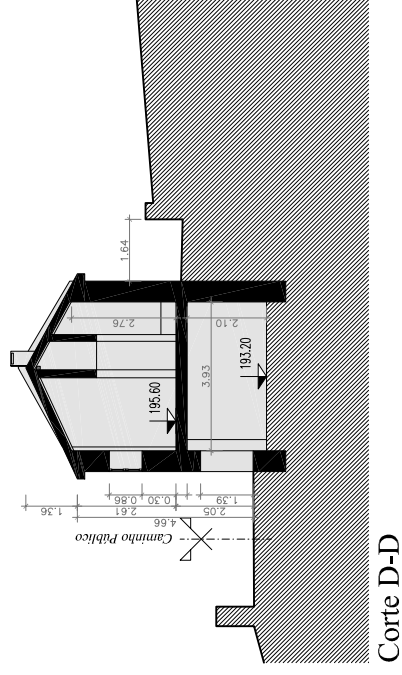
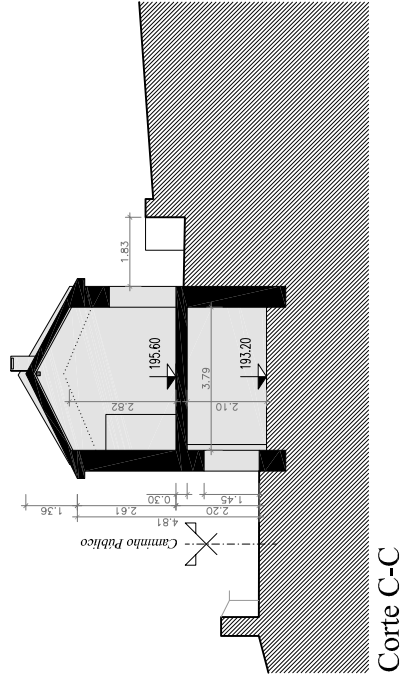
Corte A-A



Corte B-B

Designação: Levantamento  
 Corte A-A  
 Corte B-B

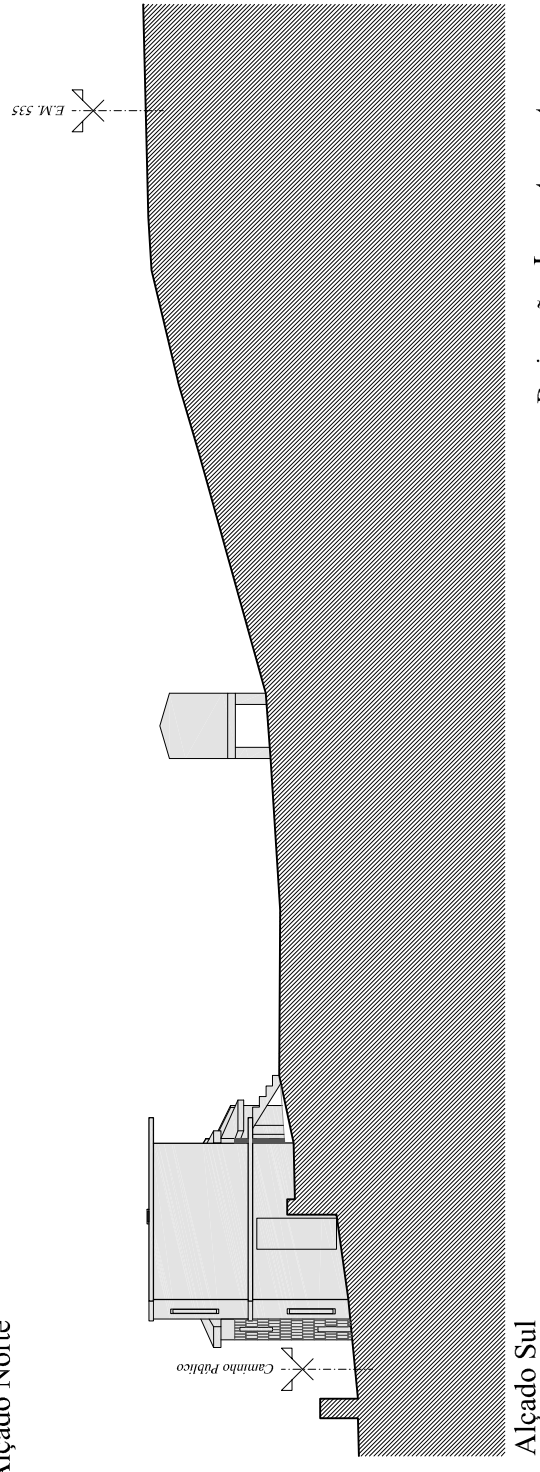
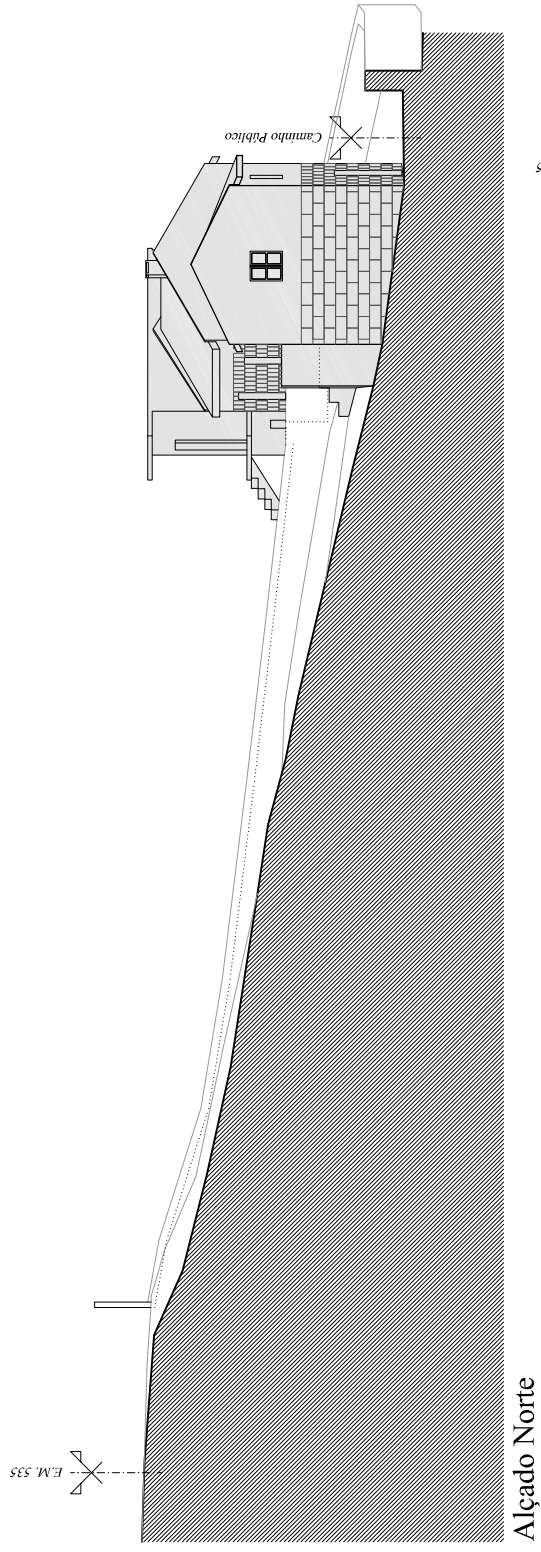
Escala: 1:200  
 Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



Designação: Levantamento  
 Corte C-C  
 Corte E-E  
 Corte D-D

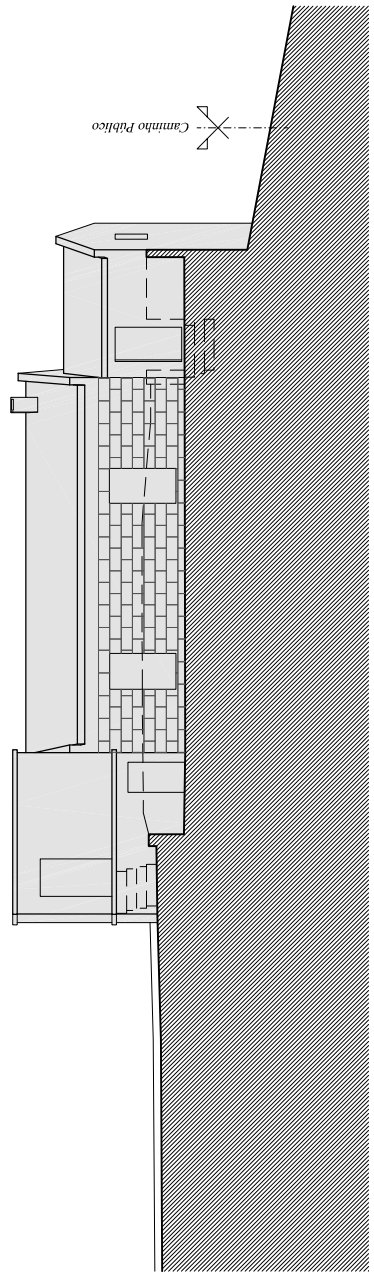
Escala: 1:200

Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

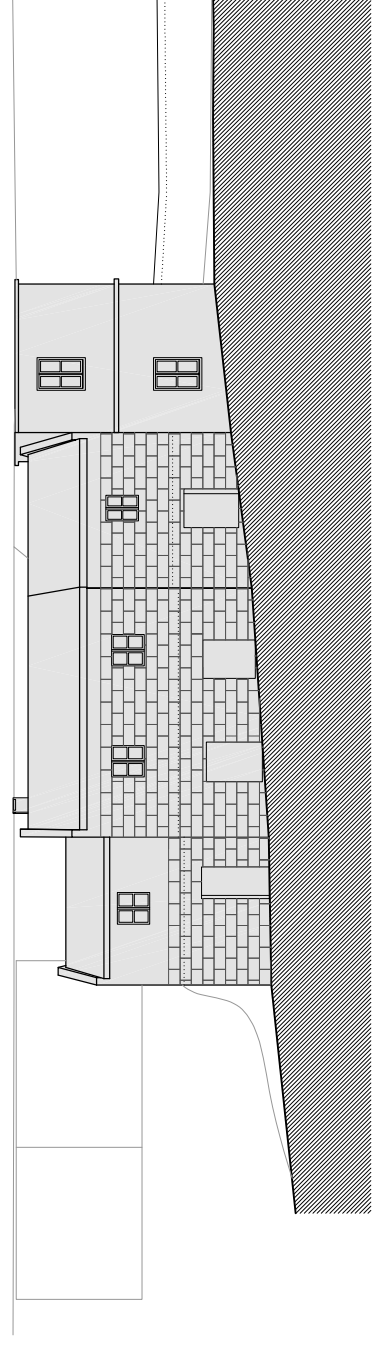


Designação: Levantamento  
Alçado Norte  
Alçado Sul

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



Alçado Este



Alçado Oeste

Designação: Levantamento  
Alçado Este  
Alçado Oeste

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

comprometer o armazenamento das culturas. O vão de acesso ao piso de terra compactada pelo tempo e uso, é feito pelo vão aberto a sul, encostado ao muro de suporte do terreno diferenciando-se dos restantes da edificação, complementado com uma porta de madeira. A localização desta é entendida pelo espaço existente até ao muro de pedra solta e limite da



*Figura 36: Casa de Estudo, fotografia do Alçado Oeste*

propriedade anexa pertencente à casa. A referida laje estende-se para lá dos limites da propriedade e mesmo da projeção das paredes, formando uma varanda levemente alteada e vencida através de quatro degraus assentes na leira, como referência ao nível desta estrutura encontra-se a dois terços da soleira da restante construção. Arrancando da estrutura são erguidas paredes de alvenaria de tijolo colocados na perpendicular nas faces norte e este, permitindo deste modo a ventilação do espaço interior através das empenas livres, colocando os volumes cerâmicos no sentido longitudinal fechando as faces viradas para o caminho público, com os materiais de construção à vista sem qualquer acabamento com o vão de acesso ao seu interior condicionado pela porta de madeira. O conjunto é finalizado por uma laje de betão armado horizontal, à semelhança da anterior, colocando ao seu topo acima da cumeeira de cobertura do restante conjunto e estende-se ligeiramente para lá das projeções da alvenaria, efetuando por cima da varanda uma pequena cobertura sem a dimensão do balanço desta.

## 2.2. Veiguinhas - O Local

Veiguinhas é composto pelo conjunto de três habitações, generosamente afastadas entre si e algumas construções de apoio às atividades económicas. A edificação do caso de estudo posiciona-se em espaço agrícola com características agroflorestais, definidas como áreas de uso agrícola e florestal com funções agrícolas complementares, com o vínculo de preservar o manto florestal e a paisagem rural que lhe é característica (RCM 24/1996), as restantes implantadas em espaços naturais culturais no subgrupo de áreas agroflorestais de interesse cénico e paisagístico, de condições idênticas ao subgrupo agroflorestal dependendo de um estudo e avaliação prévia de enquadramento conforme o Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro de 1995 ratificado (RCM 24/1996).

As alterações introduzidas pelo novo plano de 2015, cuja fase de discussão pública decorreu em março e abril do corrente (A 2744/2015), consideram não haver lugar a alterações

significativas para o lugar do caso de estudo, nomeadamente na carta de ordenamento onde os espaços de uso múltiplo agrícola e florestal inclui Veiguiñas no subgrupo designado de produção, em sobreposição à área protegida de maior relevância de proteção do *habitat* da subespécie do lobo (*Canis lupus*) (*Câmara Municipal de Terras de Bouro [CMTB], 2015a*), a área identificada como Sítio de Interesse Comunitário (SIC) no seguimento da diretiva do Conselho comunitário tendo como objetivo proteger, preservar e melhorar o ambiente, incluindo a fauna e a flora no seu meio natural (D 92/43/CEE) e (D 97/62/CE) estabelece a classificação de zonas especiais de conservação (ZEC) indo adunar as zonas de proteção especiais (ZPE) na rede ecológica europeia, a Rede Natura 2000 (P 829/2007). Transposta para a legislação nacional através do articulado criando a primeira fase da lista nacional de sítios, onde se designa como área protegida das Serras da Peneda e Gerês (RCM 142/1997), é instituído o código identificador no âmbito europeu de modo a identificar e diferenciar as várias áreas ao nível comunitário, codificação de nove caracteres com a designação ISO do estado membro a ocupar os dois primeiros dígitos sendo atribuída ao sítio das serras Peneda e Gerês a codificação: PTCON0001 (P 829/2007); o referido sítio enquadra-se na região biogeográfica atlântica aprovada pela Comissão Europeia (D 2004/813/CE).

A utilização dos materiais existentes na zona é uma constante desde a memória dos tempos, onde o granito marca forte presença através da sua utilização na maioria das construções salteadas com reboco caído, paredes possantes capazes enfrentar e resistir às intempéries agrestes da região, que conferem a pitoresca paisagem da serra minhota extraíndo o material da serra (Távora *et al.*, 2004). A alvenaria de pedra é assente a seco obrigando a paredes espessas e simultaneamente contribuindo para o equilíbrio do ambiente interior, permitindo a permeabilidade da humidade durante o inverno contando com o verão para secar e assim moderar a temperatura, com o inconveniente dos pontoais invernos perlongados não permitindo a eficiente evaporação sazonal, nas edificações onde os proprietários se permitem a argamassar a alvenaria, é tradicionalmente utilizada cal e a areia em camadas variáveis, permitindo às paredes espessuras menos rígida (Appleton, 2011), no encerramento dos vãos as caixilharias de madeira impõem-se através da legislação em vigor à data através de articulado definindo o regulamento do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro (RCM 24/1996).

Tradicionalmente a casa minhota é implantada junto ao caminho, lembrando a organização dos burgos medievais, pequenos vãos expostos ao sol iluminam os quartos do piso da residência por cima das lojas viradas para a rua, o fogo preenche o piso sobranceiro

acolhendo a sala enaltecida com o altar presente, quando o espaço e o poder económico o permitem. Os pequenos quartos aconchegam-se ao centro de descontração familiar após a labuta, a sala não contém o centro da residência, esse pertence à cozinha, vulgarmente presente no mesmo piso e é o local mais importante da habitação. Quando o produto das culturas e do pastoreio o permite, existe a sala do forno, e sendo a casa modesta, é na cozinha onde se confeciona o pão e partilha o espaço com as refeições cotidianas da família (Távora *et al.*, 2004). Servido pela varanda do tear, ou varanda do linho, quando não exista lugar para este no espaço interior, é o acesso à residência primada pela cozinha, quando esta não é impositiva como opção de inclusão. O conjunto privilegia uma organização retangular orientada de modo a resistir às intempéries do lugar expondo as pequenas janelas ao sol ladeado pelo sequeiro, reflexo da condição tradicionalmente agrícola das gentes minhotas, orientado de modo a receber o calor solar e o fresco das brisas que percorrem as serranias, na necessidade de armazenar e secar o produto do labor da terra. O declivado terreno aproveitado na criação de leiras no intuito de sustentar ou valorizar o rendimento familiar, oferece à edificação características dispares no confronto com a envolvente, faculta o acesso à parte mais elevada da construção e protege os espaços reservados do foro caseiro, em contrapartida o terreno enseja no piso inferior o surgimento das lojas, das cortes para os animais protegidas e ladeadas pela adega, colocada no local fresco, a tulha e o lagar (Távora *et al.*, 2004).

A dimensão da habitação depende das posses do proprietário, no que concerne à organização do espaço é funcionalmente semelhante, nos edifícios das gentes de atividade agrícola e quando o terreno o permite, existe o eido murado servido por um generoso portão, conjunto restritivo da utilização por pessoas alheias mas com altura suficiente para ver e ser visto pelos transeuntes, centro distributivo da edificação, deixa a descoberto a delimitação dos vãos que acedem aos espaços compositivos da habitação (Távora *et al.*, 2004) atrás descritos, espaço haja para instalar um coberto que sirva de oficina ou para desfolhar os cereais, perto do local de armazenamento, o sequeiro ou canastro bem ventilado.

### 2.3. Sustentabilidade

A necessidade da autorregeneração dos ecossistemas é um princípio que deve ser reposto, por forma a inverter o processo das mudanças climáticas, a complexidade da relação homem-ambiente reflete-se ao nível local e regional (Morais, 2007), sendo impreterível a aplicação de práticas positivas e formação dos intervenientes estabelecendo objetivos comuns (Tirone & Nunes, 2008).

Sustentabilidade, termo usado com frequência mas nem sempre de forma correta, nada tem de novo, nem de pacífico, criando vários conflitos e divisões no seio da sociedade. Muitas tem sido as tentativas de chegar a um consenso. Desde os finais do século passado que se tem desenvolvido iniciativas ao nível internacional no sentido de a médio e longo prazo se inverter o percurso que se tem demonstrado desastroso para a manutenção da qualidade de vida das futuras gerações.

Uma sociedade sustentável permite a satisfação das necessidades humanas a nível global sem impor a degradação do planeta através da produção concentrada de resíduos e extrações minerais da crosta terrestre (Tirone & Nunes, 2008), o paradigma da sociedade global aumenta a interdependência entre países por forças económicas através de governos preocupados em regular mercados internacionais, aumentando o consumo de recursos naturais em dez por cento nas duas últimas centenas de anos, onde se incluem a água, a terra, minerais e outros recursos da natureza, que acarretam graves problemas ambientais no sistema terrestre incluindo a biosfera (Morais, 2007). A construção na Europa é responsável pela emissão de CO<sub>2</sub> para a atmosfera superior a 1/3, somando os transportes que quase atingem a terça parte das emissões e a indústria que conta com a emissão de um valor intermédio (Tirone & Nunes, 2008), existe a necessidade de implementar o conceito de desenvolvimento sustentado, tentando minimizar os impactos negativos da globalização (Morais, 2007).

A inquietação internacional remonta aos finais do século XIX com acordos ocasionais entre governos, o pensamento ambientalista dava os primeiros passos de um longo caminho na sociedade, determinado em 1900 com a realização da Convenção para a Preservação dos Animais, Aves, e Peixes em África (*Preservation of Animals, Birds and Fish in Africa*), com o objetivo de fiscalizar o comércio de animais e suas partes, sensibilizando a comunidade internacional para a primeira organização ambientalista mais abrangente surgida em 1913 através da Comissão Consultora para a Proteção Internacional da Natureza (*1913 Consultative Commission for the International Protection of Nature*), criada para proteger as aves migratórias (Keeler & Burke, 2009).

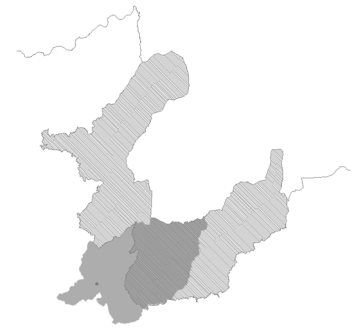
A comunidade internacional de defesa ambiental viu as suas preocupações serem discutidas ao nível político na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo em 1972, considerada a primeira grande reunião para a defesa do ambiente com o objetivo delinear estratégias, saindo do encontro os princípios a seguir e lavrados na redação de vinte e seis pontos, medidas orientadoras coordenadas através do Programa Ambiental das Nações Unidas

(UNEP), criado no intuito de supervisionar a execução dos vários planos descentralizados dos recursos naturais, normas ambientais, direitos humanos e desenvolvimento sustentável dos países, incitando a preocupação ambiental a nível global (Keeler & Burke, 2009). A iniciativa foi motivadora da realização de posteriores conferências e comissões, originando atitudes positivas no combate à defesa ambiental, na preocupação do bem estar da população, os desafios urbanos, a alimentação, segurança e saúde das espécies, e as energias, preocupações destacadas na Comissão de Brundtland em Genebra em 1984, ou o Protocolo de Montreal em 1987, onde se alerta para a emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono (Keeler & Burke, 2009), culminando na reunião do Rio de Janeiro (Eco-92) como um marco de viragem e maior preocupação com os direitos do homem, as mulheres e o desenvolvimento social, a questão das populações e o ambiente sustentável, originando a redação de relatórios e linhas de orientação de princípios no transportes de resíduos tóxicos, e implementação detalhada para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável do ambiente, a “Agenda 21”. A sustentabilidade das florestas ao nível mundial com a Declaração do Princípio das Florestas, é deixada ao critério dos vários países a sua aplicação, e a defesa da biodiversidade através da Convenção da Diversidade Biológica, esta com caráter impositivo (Keeler & Burke, 2009), é transposta para o quadro legislativo nacional por decreto-lei, juntamente com as diretivas da emitidas pela União Europeia (DL 140/1999), o último relatório designado a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas com imposição de lei, servindo de trampolim e base de discussão para a reunião de Quioto em 1997 (Keeler & Burke, 2009).

A Europa, no processo da sua constituição depara-se com necessidades idênticas de preservar as espécies e elabora em 1979 um documento de mera orientação, direcionado para um pequeno número de espécies com realce para as espécies migratórias, batizado como “diretiva aves”, relativa à conservação e proteção das aves que vivem em estado selvagem no território europeu estabelecendo as ZPE, sem carácter impositivo, ficando a sua aplicação ao critério dos estados membros (D 79/409/CEE), prevendo medidas de conservação das espécies a nível nacional e após a adesão à comunidade, foi transposta para a legislação portuguesa pelo articulado (DL 75/1991).

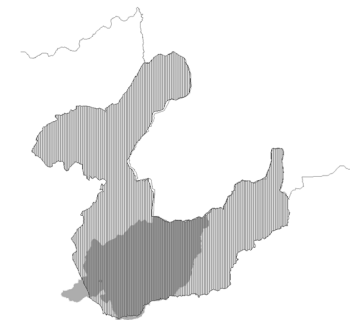
### **2.3.1. Sustentável?**

A questão impõe-se, que Europa? Sustentada pela ideologia democrática de contornos dúbios, apoiada na negociação entre o indivíduo e o estado. A participação não é nem pode ser pacífica, quando estão em causa os interesses das comunidades, levantando questões de legitimidade da classe política, perante a oposição das comunidades indagadas sobre o apoio e concordância na criação da União Europeia. A Europa como um trunfo e obstáculo simultaneamente (Miessen, 2007). A eficácia do desenvolvimento de uma sociedade sustentável funciona se houver um conjunto de regras e normas que sejam entendidas por todos os intervenientes, exige linhas de orientação ao nível local que apoie a participação democrática e garanta resultados transparentes. Será necessário enveredar por um conjunto de ações favoráveis à participação coletiva da população, refletindo-se no desenvolvimento local articulado entre eleitores, técnicos e eleitos com mesmo objetivo comum (Guerra, 2010).



*Figura 37: Área do PNPG (Direção Geral do Território [DGT], 2015) e (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], 2015)*

Uma sociedade alicerçada num sistema de produção industrial centralizado nas grandes cidades com um desenvolvimento acrescido para as atuais megacidades, impulsionado pela expansão do sistema de produção cria acentuadas diferenças entre as classes sociais (Carmo, 2011), não sendo os concelhos rurais isentos destas consequências, e Terras de Bouro é exemplo como se verificou, através da necessidade de implementar medidas específicas de apoio à formação das populações do Vale do Cávado (P 190/2005), agrega-se à situação a extensa área de proteção ambiental em Terras de Bouro através do Parque Nacional da Peneda Gerês (RCM 11-A/2011), a Albufeira da Caniçada (RCM 92/2002), o Sítio de Interesse Comunitário (P 829/2007) e Zona de Proteção Especial (DL 384-B/1999) abrangendo a grande parte da área do território concelhio, criando um pensamento negativo em relação à proteção ambiental, ideia depreendida na ratificação do Plano Diretor Municipal em vigor onde consta na introdução do articulado a correção a impossibilitar a prevalência deste plano sobre os planos de ordenamento da Albufeira da Caniçada e do Parque Nacional da Peneda Gerês (RCM 24/1996 Introdução, Ponto 1).



*Figura 38: Área do SIC (DGT, 2015) e (ICNF, 2015)*

Existindo um sentimento de identificação da comunidade para com os espaços e as edificações, aumenta o interesse das pessoas que habitam ou trabalham nestes territórios

(Tirone & Nunes, 2008, p. 28), como referido, os habitantes deste concelho tradicionalmente subsistem através de uma economia ligada à agricultura, pastorícia ou exploração florestal, as imposições legislativas de proteção ambiental não confinam com a organização da vida material, do trabalho ou das memórias do espaço, muitas vezes dispares no âmbito cultural e social com a ecologia, aumentando a desigualdade social na relação entre impactos e danos ambientais causados nas suas atividades de subsistência (Allegretti, Barca, & Centemeri, 2013). A relação entre a economia e o ambiente, a falta de conhecimento das práticas, dificultam o processo de apropriação sustentada na ecologia ambiental, aumentando os entraves com a falta de coerência na mensagem política (Tirone & Nunes, 2008), não existindo consenso quanto às implicações políticas e sociais da ecologia, é restringida a disputas ao campo alegórico e material, ausente de questões sociais e culturais (Allegretti *et al.*, 2013). Os benefícios alcançados pela produção de energia limpa são inegáveis, a independência energética do país reduziu a importação e traduz-se em benefícios económicos, com consequências na área da saúde, turismo e o impacto nas espécies naturais, referindo-se os autores aos parques eólicos (Delicado *et al.*, 2013), a transformação do espaço “lugar” é desconsiderado em prol da natureza e do ambiente, sendo apenas recursos, excluindo do diálogo o meio identificável pelo homem através das suas relações sociais, materiais e laborais, onde se envolve, aprende a conhecer e apropria (Allegretti *et al.*, 2013). Países como o Reino Unido, França, Alemanha, Holanda ou Grécia, têm negado a instalação de parques eólicos devido ao impacto negativo na saúde, na poluição sonora e o impacto na fauna, essencialmente nas aves e morcegos (Delicado *et al.*, 2013).

O espaço de um povo é constituído pelas suas memórias coletivas, regras de interdependência e utilização definidas, é um lugar com limites e consciência valorizada na relação com o ambiente, é o local onde se projetam as incógnitas sociais, a justiça socio-espaciais (Allegretti *et al.*, 2013). A negação de alternativas à propriedade e utilidade económica, induz injustiças nos custos do desenvolvimento pluralizado da sua distribuição, recaindo na comunidade, com maior incidência nas já subcarregadas, enquanto os benefícios são por norma privatizados. O contexto de crise ambiental coloca em causa a justiça e transforma-se em crise sociopolítica à escala global, coloca em causa o significado do desenvolvimento sustentável, quando os apoios de produção de energia limpa ignoram a relação do homem com o território, a cultura e o lugar (Allegretti *et al.*, 2013).

O ambiente é objeto de troca comercial, o designado “mercado de carbono” que segue regras de produção e consumo reguladas pelos estados, seguindo os acordos internacionais sobre o clima mas menos rigorosos utilizando os meios correntes de comércio, como o petróleo, o carvão avaliando as suas reservas, inicialmente, e seguindo o princípio do tratado de Quioto, o “desenvolvimento limpo”, propunha um conjunto de medidas de modo a gerir as emissões de carbono por meio de transações, impondo medidas de compensatórias, relatórios das atividades e sua divulgação, sistemas de comércio que fomentam o amago do capitalismo climático, atribuindo o direito de emissões qualquer gás de efeito de estufa (GEE), posteriormente é distribuído o direito às entidades com necessidades poluidoras, com a possibilidade de serem negociados (Vossole, 2013), o autor apresenta o exemplo da necessidade de determinada entidade ultrapassar os limites a que tem direito, é obrigada a adquirir mais direitos de emissão no mercado, se em contra partida ficar aquém dos direitos detidos, pode vendê-los no comércio de poluição, permitindo a gestão de emissões consoante as necessidades empresariais, permitindo a redução de emissões de forma eficiente e mais económica.

O mercado compensatório de carbono coordenado pelas Nações Unidas, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), permite a compra de créditos pelos países industriais a serem aplicados em projetos de “desenvolvimento limpo” no designado “sul global”, permitindo a compensação em energias verdes das suas emissões (Vossole, 2013), seguindo esta premissa, investidores financeiros criaram mecanismos de mercado voluntário, através de consultoria surgiram empresas responsáveis pela aplicação dos créditos de emissão dos seus clientes permitindo o aumento de poluição consoante a necessidade, sendo sempre compensada através de projetos de desenvolvimento limpo em países emergentes ou subdesenvolvidos. Esta comercialização iniciada em finais do século passado, foi a resposta do capitalismo neoliberal à preocupação climática da comunidade científica (Vossole, 2013).

A intensão dos países industrializados não é reduzir os efeitos dos gases de estufa o mais breve possível, embora os projetos sejam apresentados nos relatórios como positivos, pretendem manter os interesses dos países dependentes das energias fósseis e o tecido empresarial multinacional, nomeadamente a indústria pesada, de energia e de combustíveis fósseis, a promoção das políticas de privatização do ambiente e a sua cedência de direitos de propriedade privada, promove o poder dos países dominantes acentuando as desigualdades (Vossole, 2013), afirmando que a maioria dos projetos de “desenvolvimento limpo” são mais negócios com o objetivo de lucro, desenvolvendo oportunidades e infraestruturas existentes

para o investimento ambiental destrutivo como as barragens, apontando a MDL como um meio de subsidiar e legitimar a poluição. Como mercado de ações, aposta na inércia dos países sobre os problemas ambientais, verificando a diferença entre 2008 e 2013 período onde se verifica a queda das ações do carbono de €33 para €3, provocando o aumento de críticas do meio científico em relação ao mercado, surgindo a necessidade de eliminar o mercado de carbono como meio de resolver os problema climáticos, por ser um produto não passível de regulação (Vossole, 2013).

### Capítulo 3 - A Reabilitação

Pretende-se com este trabalho criar uma estratégia que possa contribuir para a reabilitação do património popular num zona assolada pela desertificação humana por deslocamento à procura de melhores condições de vida, seja para o litoral onde a vida proporciona acesso a melhores condições, seja numa mudança mais radical abandonando o país para o centro e norte da europa, situação que se observa na sua grande maioria.

Esta proposta pretende fornecer ferramentas que melhorem as condições de vida de um modo sustentável ao nível económico e criem atrativos sociais para que as populações não sejam obrigadas a se deslocarem na procura de melhores condições de vida. Para que tal seja possível há que criar incentivos sociais e económicos para que se justifique que as populações permaneçam ou regressem aos seus habitats ancestrais, aproveitando o legado deixado por uma cultura rica na sua relação com a terra e o meio ambiente.

Pensa-se que num tempo onde a globalização se apoderou do modo de vida das pessoas e na sua interação com o meio envolvente, seja social ou económico, não criando flexibilidade para a existência de uma relação local ou mesmo regional, um dos caminhos a percorrer talvez seja o regresso a uma economia onde prevaleça a interação de uma população que assim construiu e evoluiu ao longo dos tempos.

Num pensamento sustentável, considerou-se nesta remodelação a utilização de materiais reciclados ou recicláveis e reutilizáveis, nesse sentido, privilegia-se a utilização da madeira nos acabamentos, por ser um elemento natural e conter uma inércia térmica aceitável, adotado para a construção dos pavimentos assoalhados em substituição dos existentes de vigas pré esforçadas, retiradas pela necessidade de nivelar o piso de habitação, com exceção das zonas húmidas como a instalações sanitárias e cozinha, aproveitando o material removido. A preocupação de pela salubridade e saúde dos que visitam ou habitam as instalações, considerou-se a execução de uma caixa de ar de ventilação para gases prejudiciais como o Radão, resultado da dessegregação do granito. Nos tetos optou-se pelo mesmo material nos acabamentos, por se considerar ter características acolhedoras, a cobertura em telha cerâmica como é de imposição do P.D.M. e tradição regional.

O revestimento das paredes dos espaços, considerou-se a aplicação da madeira em contra placado, enquanto que nas de instalações sanitárias e cozinha, se prevê a utilização de azulejos, pela sua resistência às humidades.

Sendo um hábito a abertura dos vãos durante a noite, com o intuito de renovar o ar interior, melhorando deste modo a qualidade do ambiente no interior das habitações, no inverno é uma solução aplicada durante a noite enquanto decorre o período de sono e no verão devido ao clima, é prática a permanência das janelas e portas abertas como o mesmo objetivo de renovação do ar interior (Tirone & Nunes, 2008), seguindo a razão assertiva, como se considera desta prática, e seguindo o facto de a abertura de dois vãos em orientações solares diferentes proporciona a uma ventilação natural eficaz (Tirone & Nunes, 2008).

A energia do sol poderá ser aproveitada neste processo de renovação atmosférica no interior das habitações através de um processo experimentado por Anvar Trombe Michele no “*Centre International de la Recherche Scientifique*” com a patente efetuada em 1956, procedendo ao registo de novas patentes na década de setenta (Lazardeur, s/d). O processo construtivo conhecido como “*parede de Trombe*” consiste na aplicação de um vidro de três folhas sobre uma parede exterior maciça de trinta a quarenta centímetros de espessura pintada de preto, deixando um afastamento entre os dois elementos entre 5 a 15cm de modo a delimitar uma caixa de ar, este involucrio é alimentado por furações, reguláveis ou não, na alvenaria junto à base e no seu topo no sentido de permitir a circulação de ar. Deste modo, a incidência dos raios solares através do vidro sobre a parede pintada vão efetuar o aquecimento desta aumentando a temperatura do ar contido na caixa delimitada pelo vidro, as aberturas na alvenaria permitem a entrada do ar vindo do interior da habitação e o seu aquecimento na estufa entre o vidro e a parede, retornando através dos orifícios superiores ao interior da habitação onde irá arrefecer, fechando o ciclo de transferências de calor, permitindo este processo a climatização durante a noite devido à ao calor adquirido pela massa térmica da parede e lentamente libertado (Lazardeur, s/d).

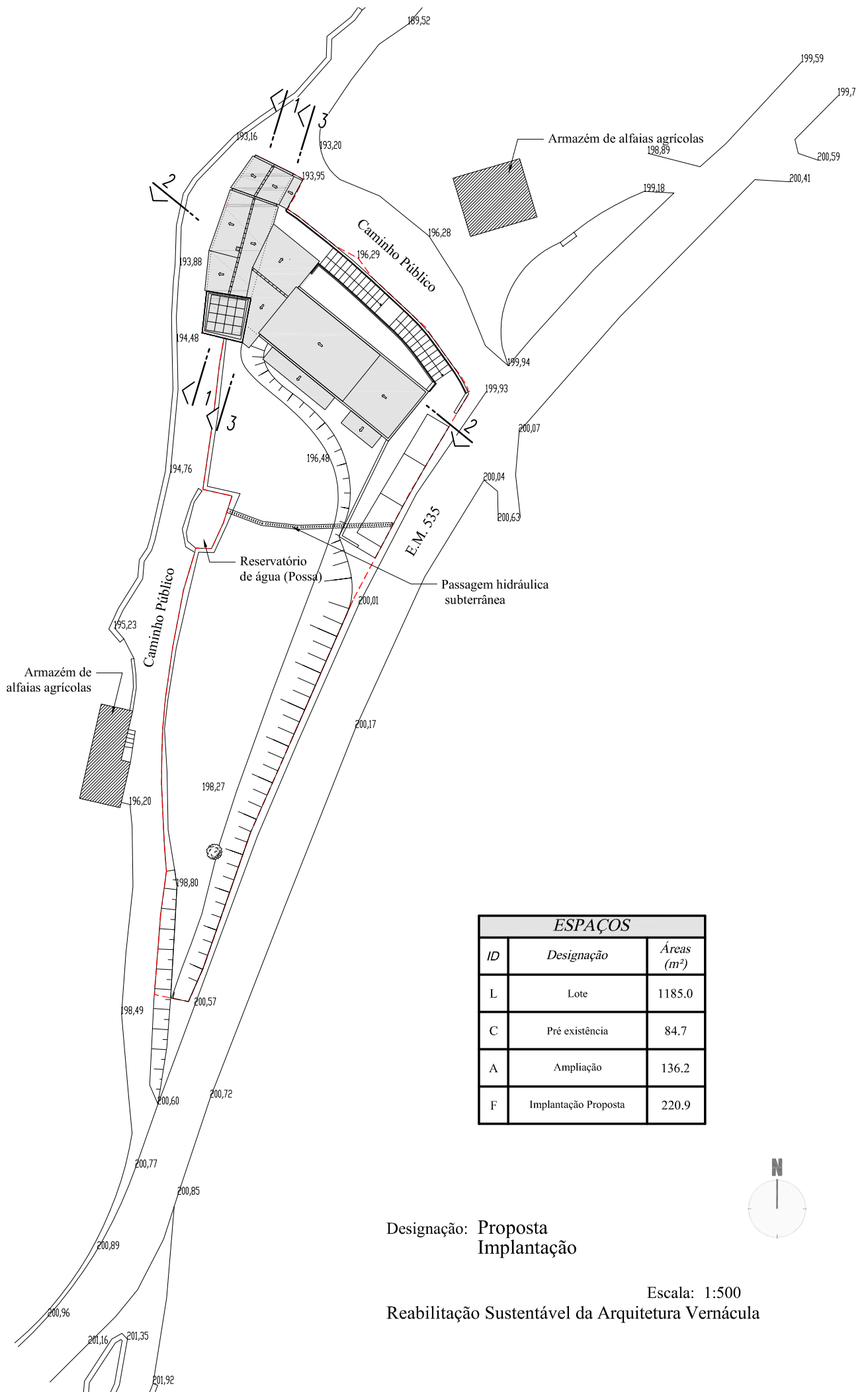
Pretende-se como oportuna a introdução de um sistema de ventilação no interior do espaço aproveitando os vãos exteriores, não descartando o mesmo, após as devidas adaptações necessárias nos vãos interiores, com a função de possibilitar a ventilação do ar interior em paralelo com o a regulação térmica por meio do fluxo da massa de ar ascendente e descendente, seja uma massa de ar quente ou uma massa de ar frio, aplicando o principio utilizado no funcionamento da “*parede de Trombe*” de Anvar Trombe Michele, com a utilização de uma

estufa para aquecimento do ar circulante, sendo o vão um espaço aberto nas paredes para permitir a entrada de ar e de luz (Villar, 2011, p. 2353), substituindo a alvenaria por um vidro duplo, fica o vão preenchido por duas janelas, delimitando a caixa de ar como acontece na parede de Trombe, aplicada no sistema de janela, a funcionar num único elemento ladeado por duas folhas duplas de vidro, a funcionar do exterior para o interior com uma folha de seis milímetros, uma caixa de ar de doze e uma folha de quatro milímetros, a caixa de ar entre as janelas de oito centímetros e novo conjunto de folhas e caixa de ar como descrito.

O vento é outro potencial gerador de energia que pode ser aproveitado no intuito de reduzir o consumo na rede, na ordem dos vinte por cento (Tirone & Nunes, 2008), aplicável na presente investigação para acionar os pequenos geradores instalados nas janelas de duas folhas duplas, aproveitando deste modo a circulação das massas de ar ascendente ou descendente consoante a utilização.

Aproveitando a energia eólica existente com a transferência das massas de ar através da habitação. O aproveitamento desta deslocação de ar poderá ser efetuado através de pequenos dínamos de pás aplicados no interior da caixilharia, no intuito de recuperar a energia daí resultante. Nos vãos com janelas de batente, estes deverão ser aplicados entre os caixilhos portantes dos panos envidraçados de modo a intersetarem a deslocação da massa de ar consequente da deslocação ascendente ou descendente.

A remodelação do conjunto edificado com o objetivo de funcionar como um espaço virado para o agroturismo, e ao mesmo tempo sem perder as características do existente. Pretende-se manter a cozinha como centro, local de circulação e usufruto, como tradicionalmente acontece nesta região. Para assegurar um bom resultado de gestão e manutenção da casa de turismo que prevê o acolhimento em ambiente familiar, reservou-se a ala norte para os residentes com o quarto e respetiva instalação sanitária, e no enfiamento a cozinha, com acesso do exterior exclusivo. Como referido, o compartimento mais importante da casa serve de charneira para a restante edificação, compartimentada a meia altura de modo a perlongar-se pela sala até ao topo sul da construção, abrindo assim o campo visual do espaço e interação com as zonas de convívio, aproveitando deste modo todo o piso da habitação existente, incluindo a parcela de terreno no exterior, com a possibilidade apreciar o sossego e a paisagem ou em alternativa, usufruir dos talhões agrícolas colocados à disponibilidade dos hóspedes.

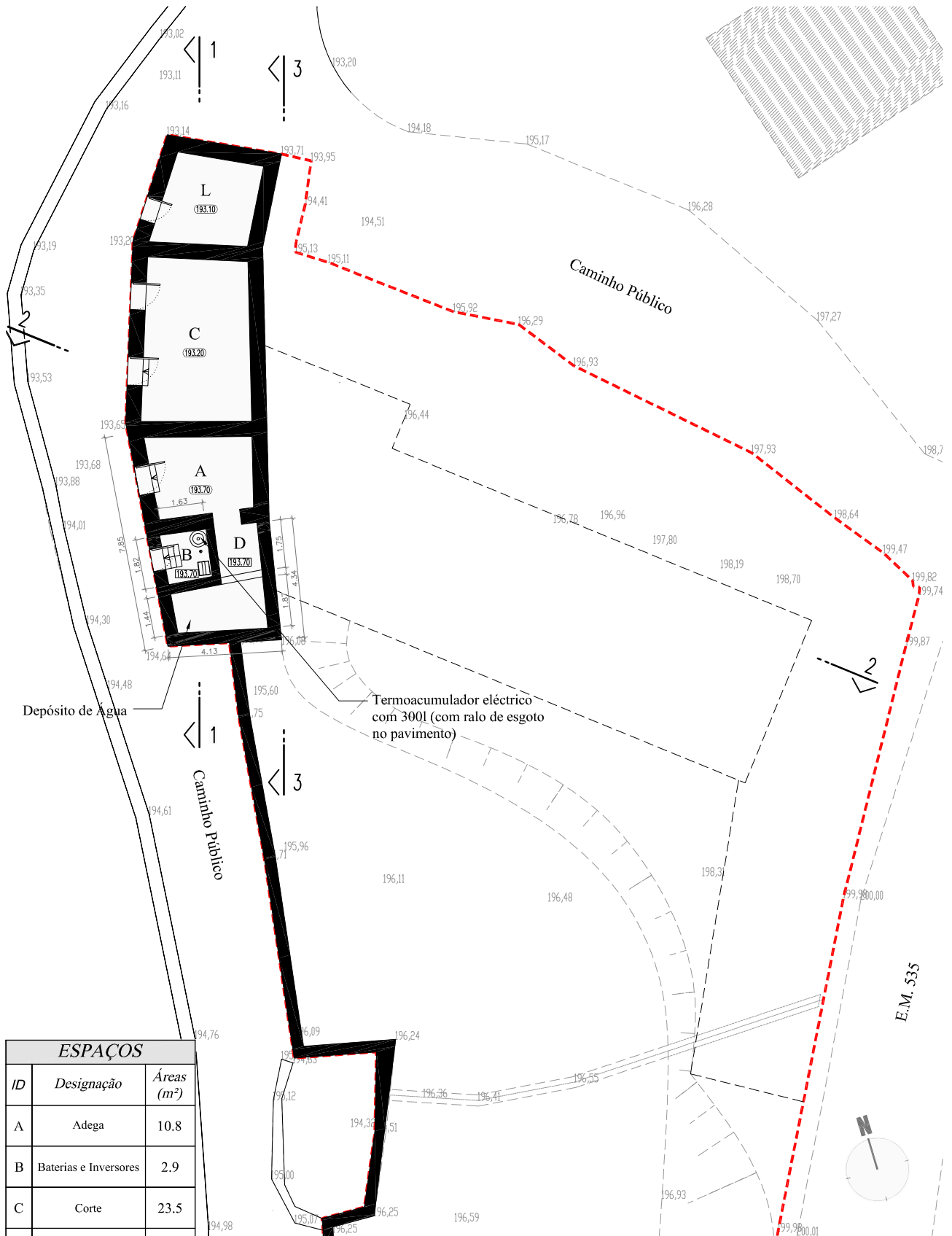


ESPAÇOS		
ID	Designação	Áreas (m <sup>2</sup> )
L	Lote	1185.0
C	Pré existência	84.7
A	Ampliação	136.2
F	Implantação Proposta	220.9

Designação: Proposta  
Implantação



Escala: 1:500  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



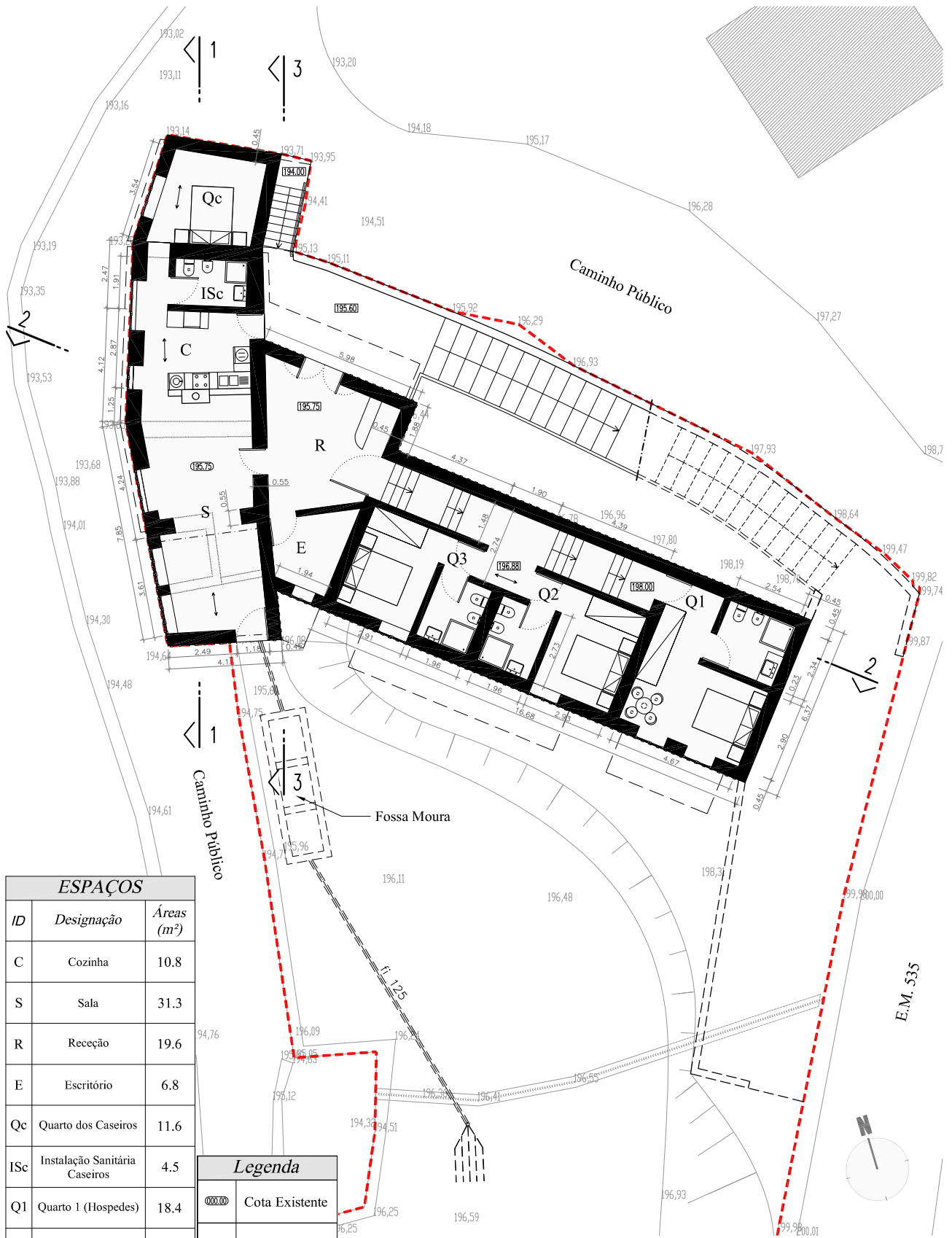
ESPAÇOS		
ID	Designação	Áreas (m <sup>2</sup> )
A	Adega	10.8
B	Baterias e Inversores	2.9
C	Corte	23.5
D	Depósito de Água	8.6
L	Lagar de Vinho	11.0
Total Piso 0		56.8

Legenda	
	Cota Existente
	Cota Proposta

Designação: Proposta  
Planta do Piso 0

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



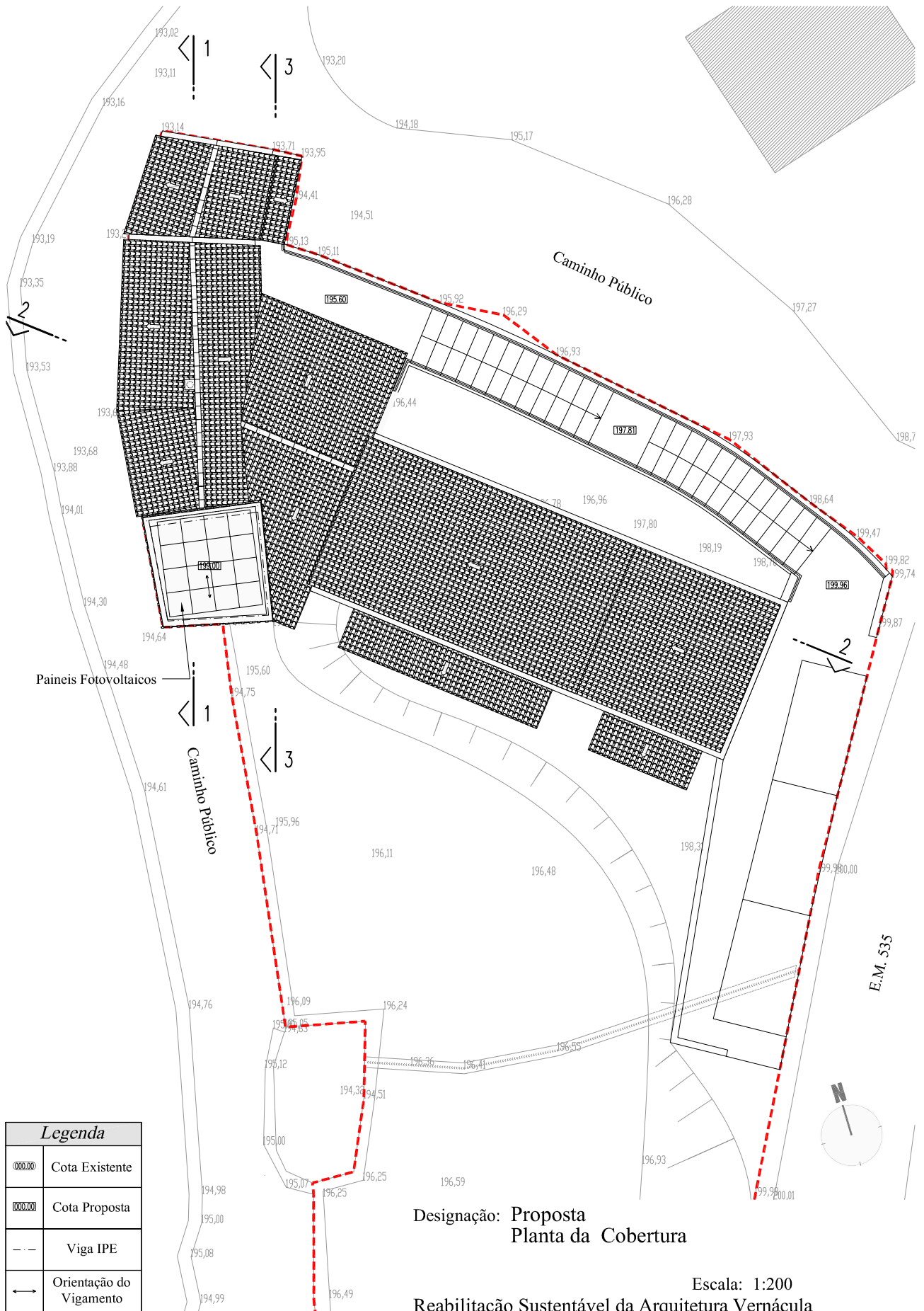
ESPAÇOS		
ID	Designação	Áreas (m <sup>2</sup> )
C	Cozinha	10.8
S	Sala	31.3
R	Receção	19.6
E	Escritório	6.8
Qc	Quarto dos Caseiros	11.6
ISc	Instalação Sanitária Caseiros	4.5
Q1	Quarto 1 (Hospedes)	18.4
Q2	Quarto 2 (Hospedes)	12.2
Q3	Quarto 3 (Hospedes)	12.2
Total Piso 1		127.4

Legenda	
—	Cota Existente
—	Cota Proposta
- - -	Viga IPE
→	Orientação do Vigamento

Designação: Proposta  
Reabilitação - Piso 1

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

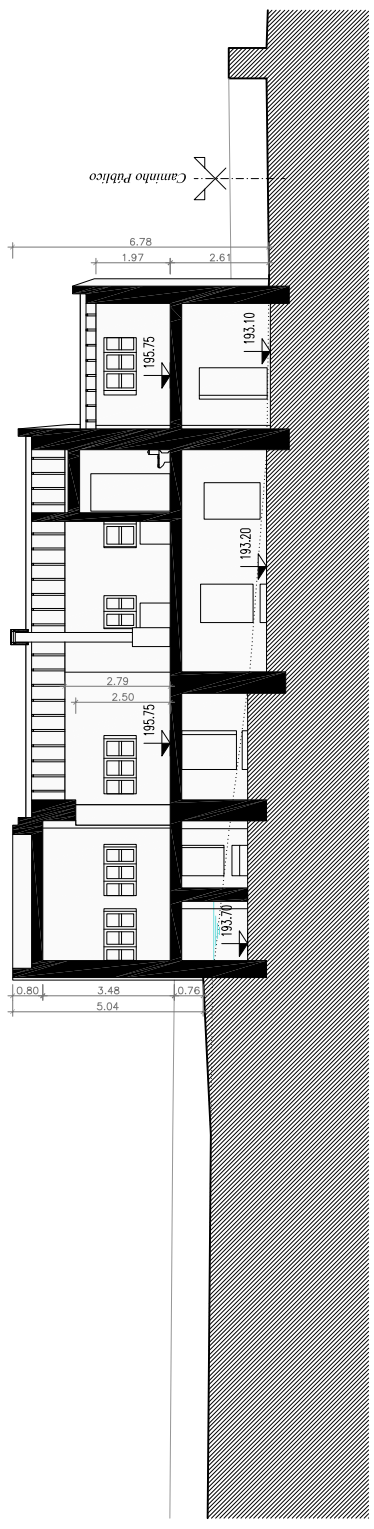
E.M. 535



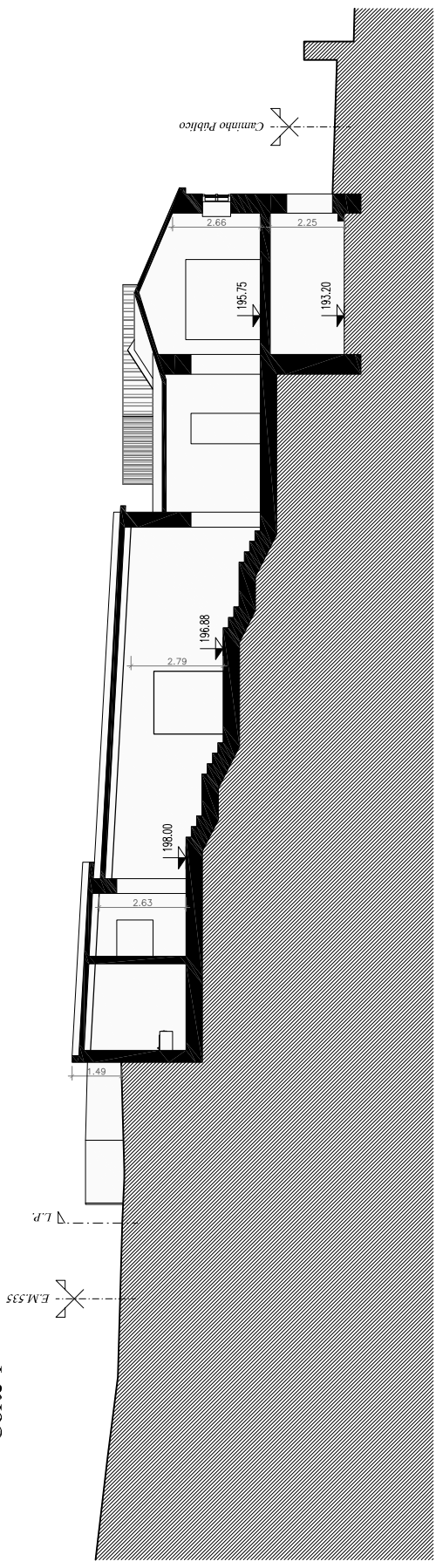
Legenda	
	Cota Existente
	Cota Proposta
	Viga IPE
	Orientação do Vigamento

Designação: Proposta  
Planta da Cobertura

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



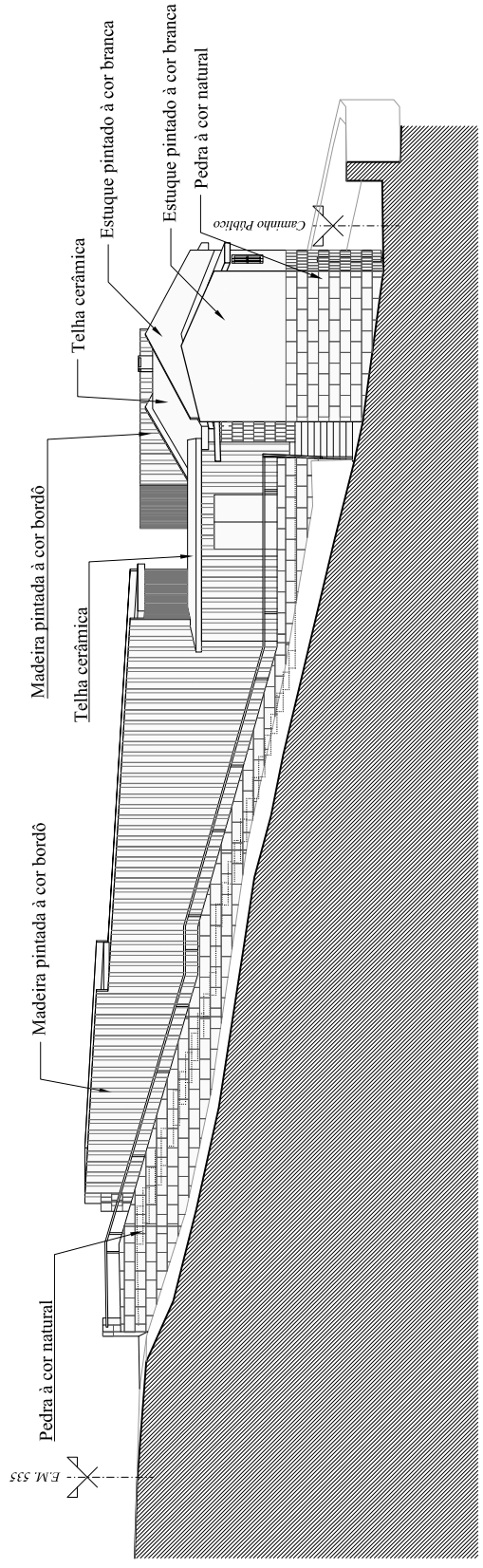
Corte 1



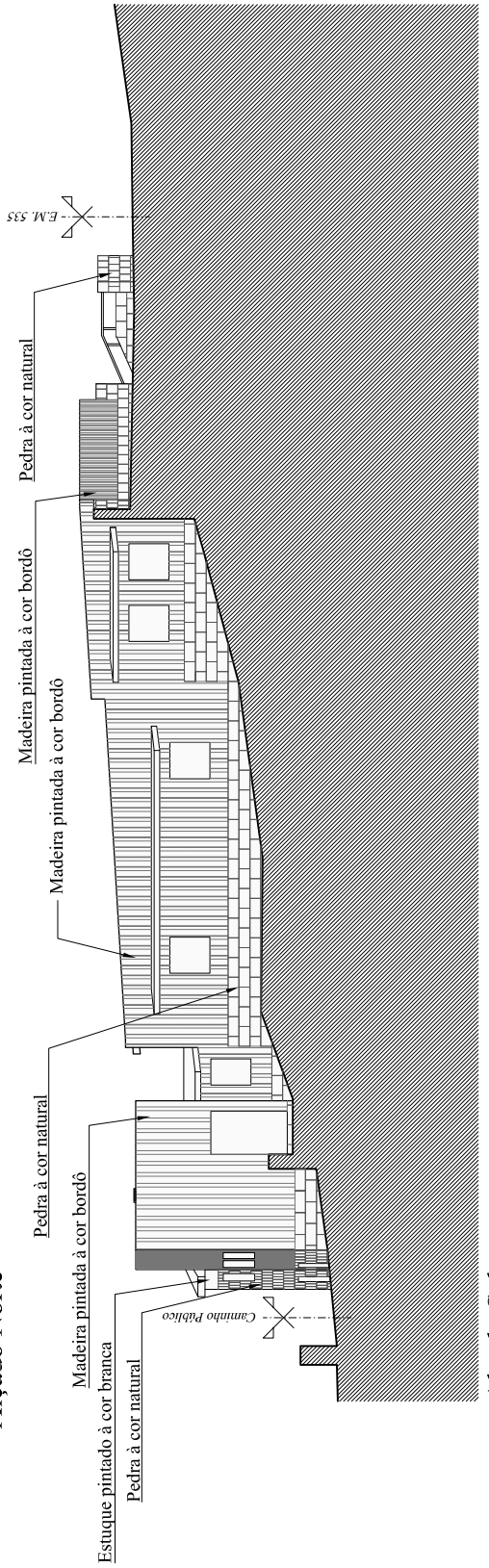
Corte 2

Designação: Proposta  
 Corte 1  
 Corte 2

Escala: 1:200  
 Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



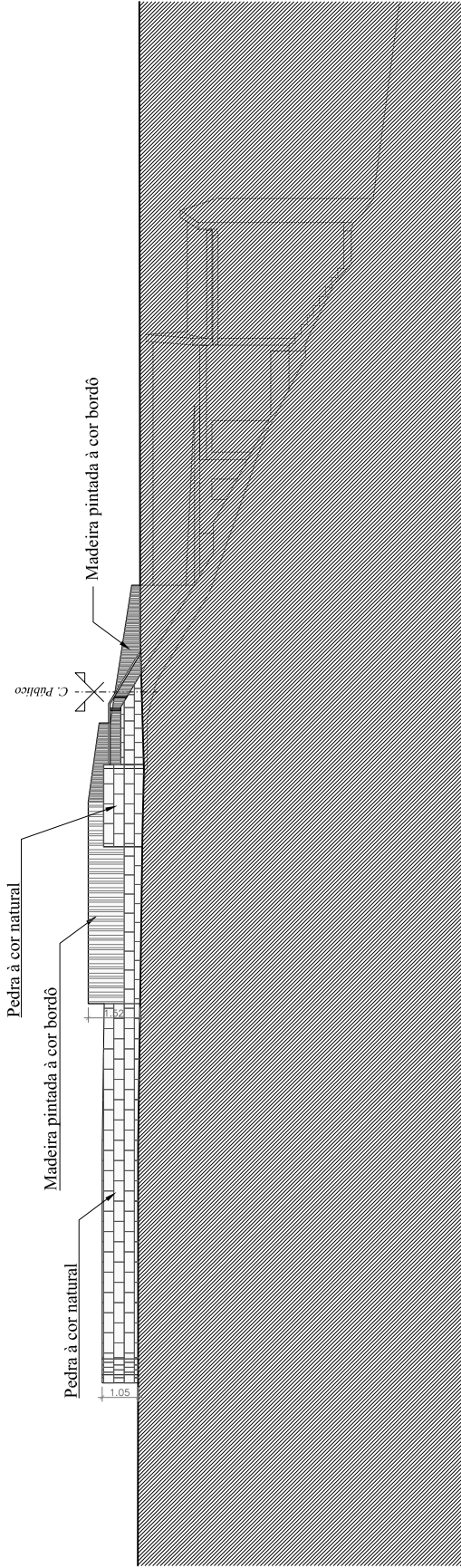
Alçado Norte



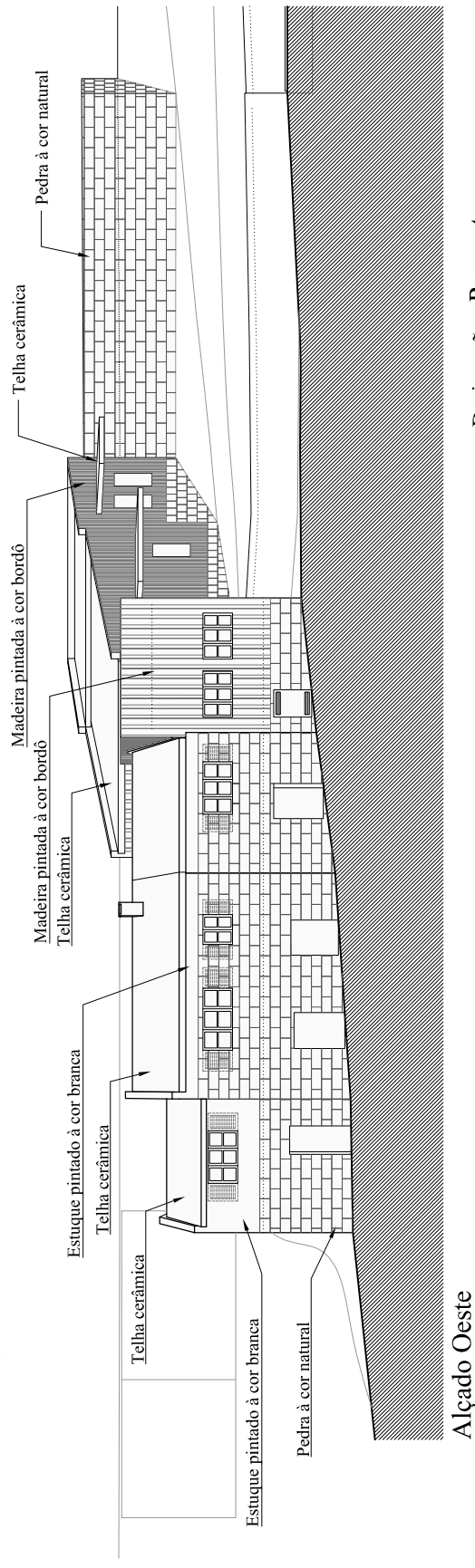
Alçado Sul

Designação: Proposta  
Alçado Norte  
Alçado Sul

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



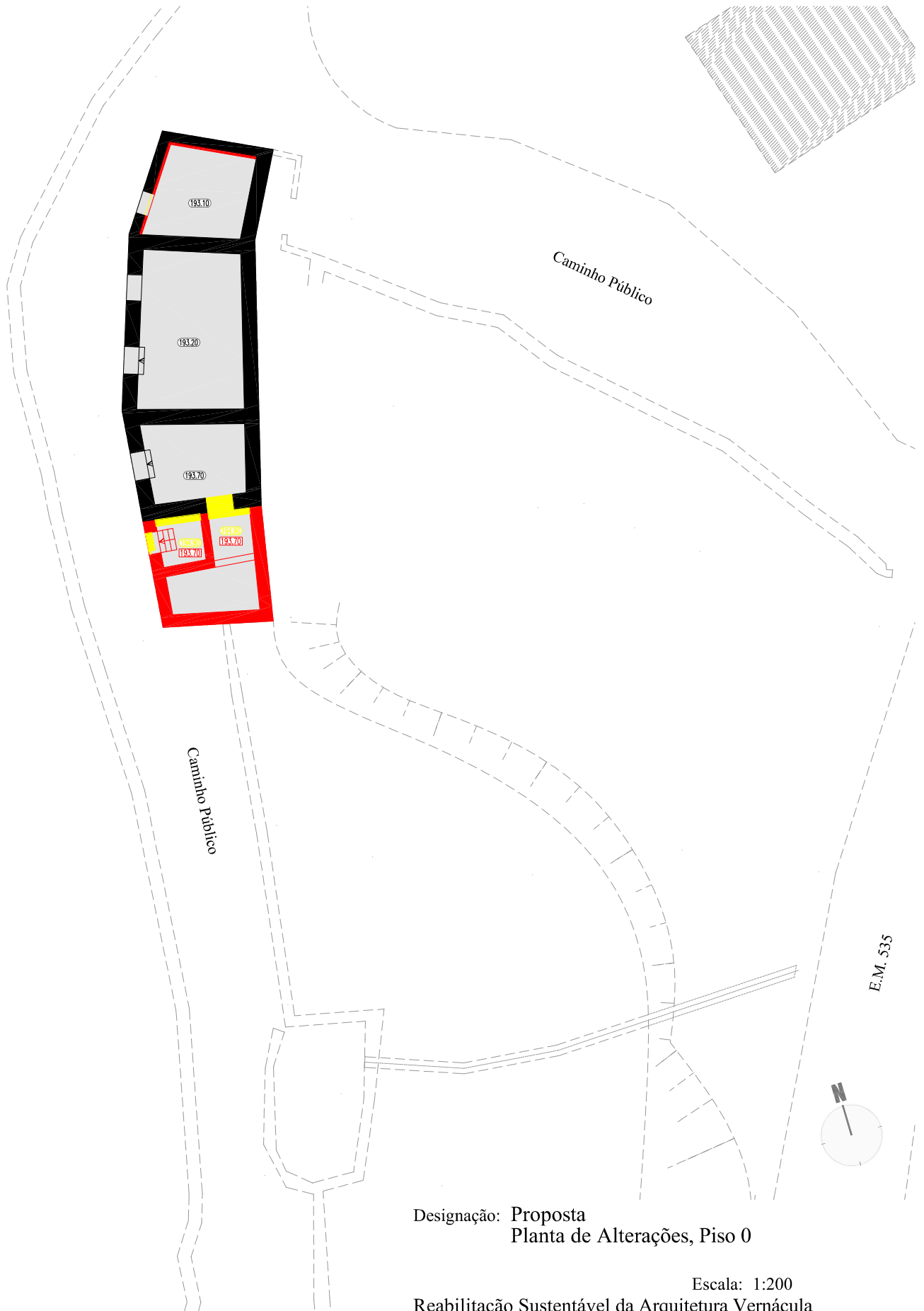
Alçado Este (E.M.535)



Alçado Oeste

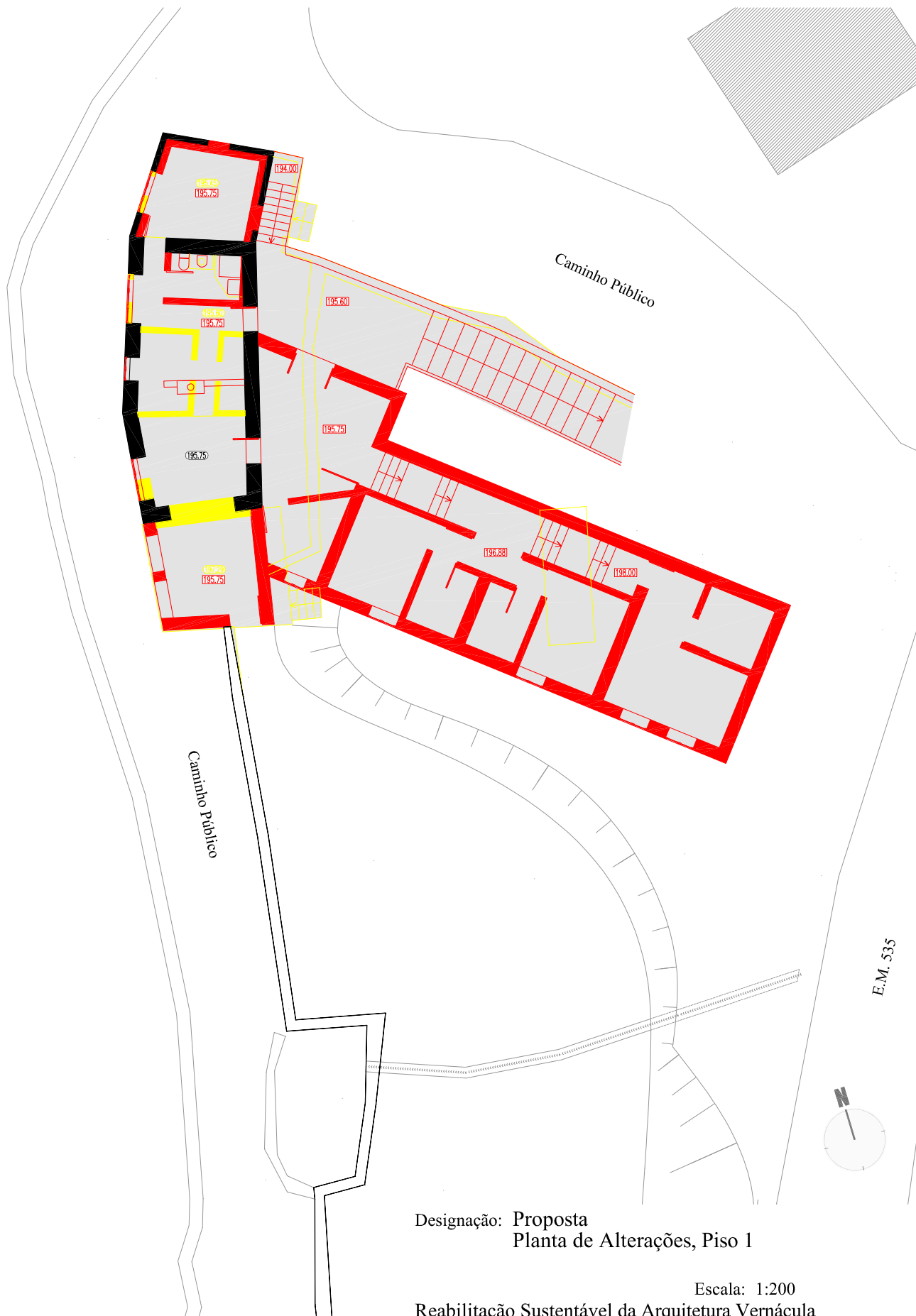
Designação: Proposta  
 Alçado Este (E.M.535)  
 Alçado Oeste

Escala: 1:200  
 Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



Designação: Proposta  
Planta de Alterações, Piso 0

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



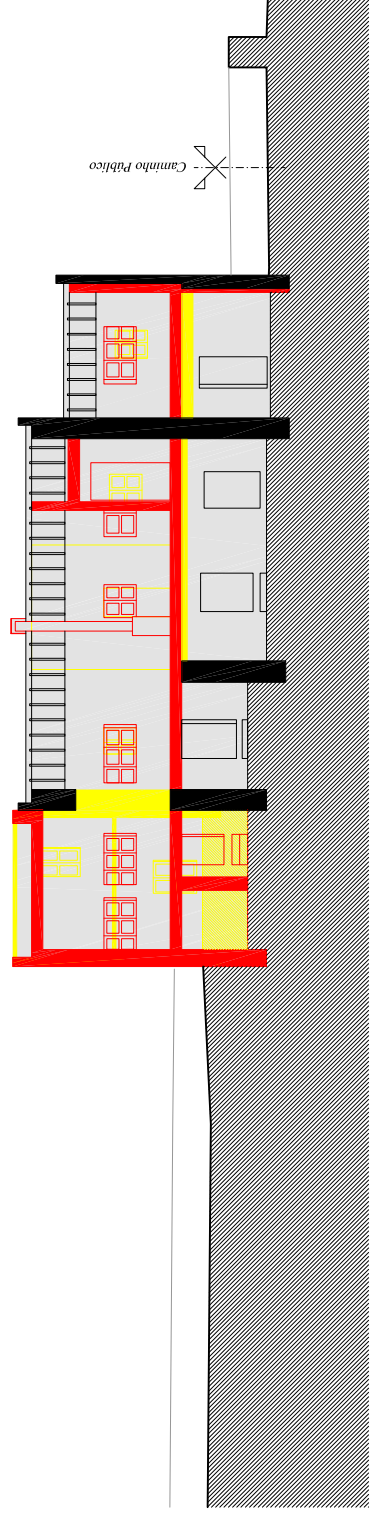
Designação: Proposta  
Planta de Alterações, Piso 1

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

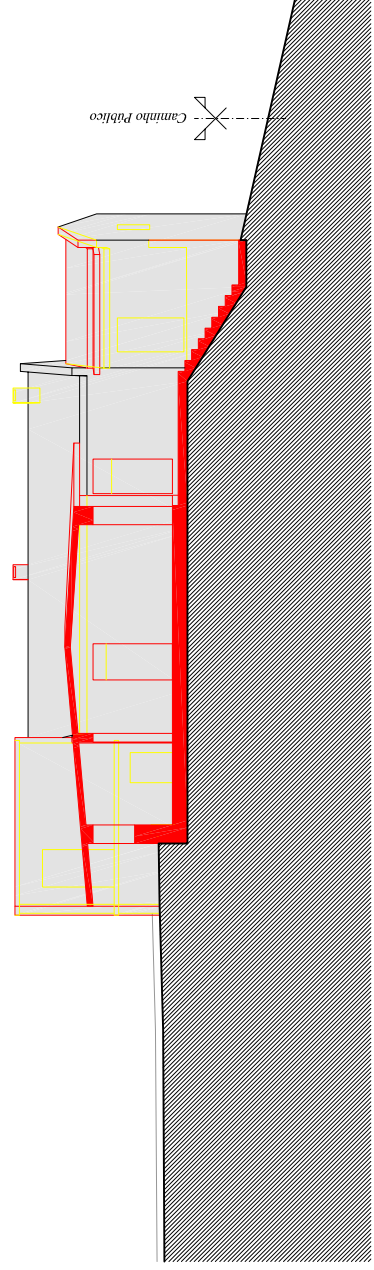


Designação: Proposta  
Planta de Alterações, Cobertura

Escala: 1:200  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



Corte 1, Alterações

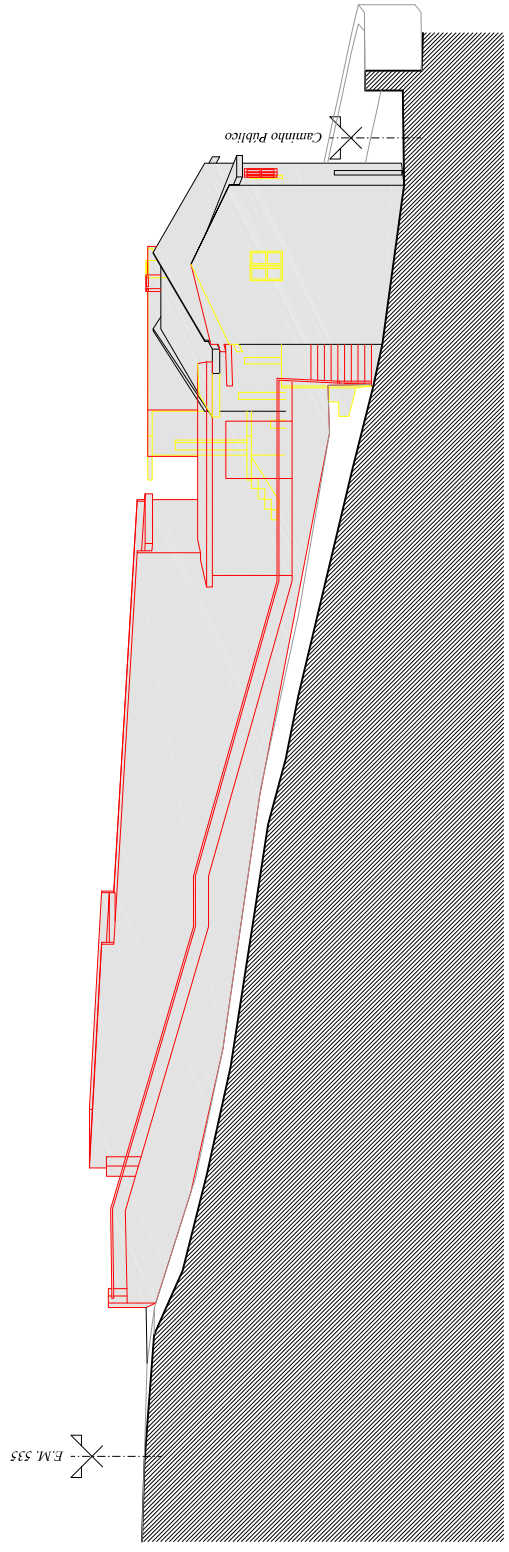


Corte Alçado 3, Alterações

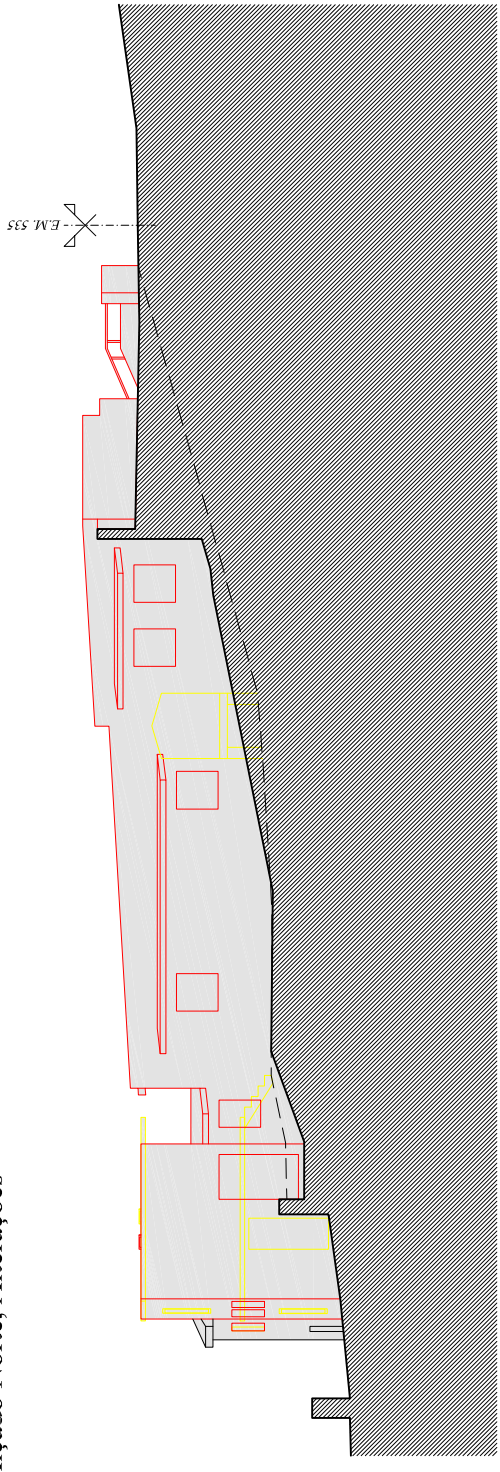
Designação: Proposta  
Corte 1, Alterações  
Corte Alçado 3, Alterações

Escala: 1:200

Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



Alçado Norte, Alterações



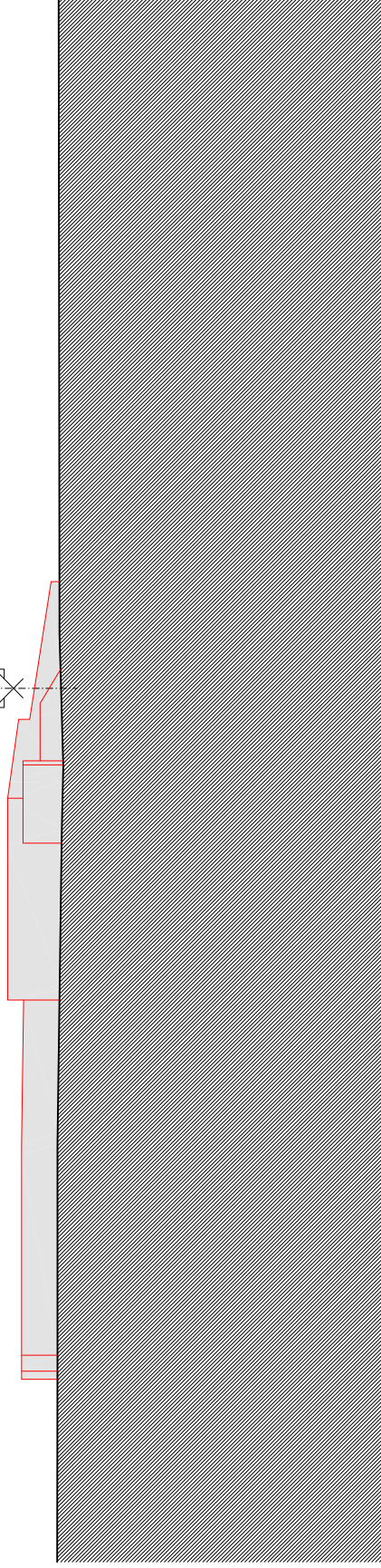
Alçado Sul, Alterações

Designação: Proposta  
Alçado Norte, Alterações  
Alçado Sul, Alterações

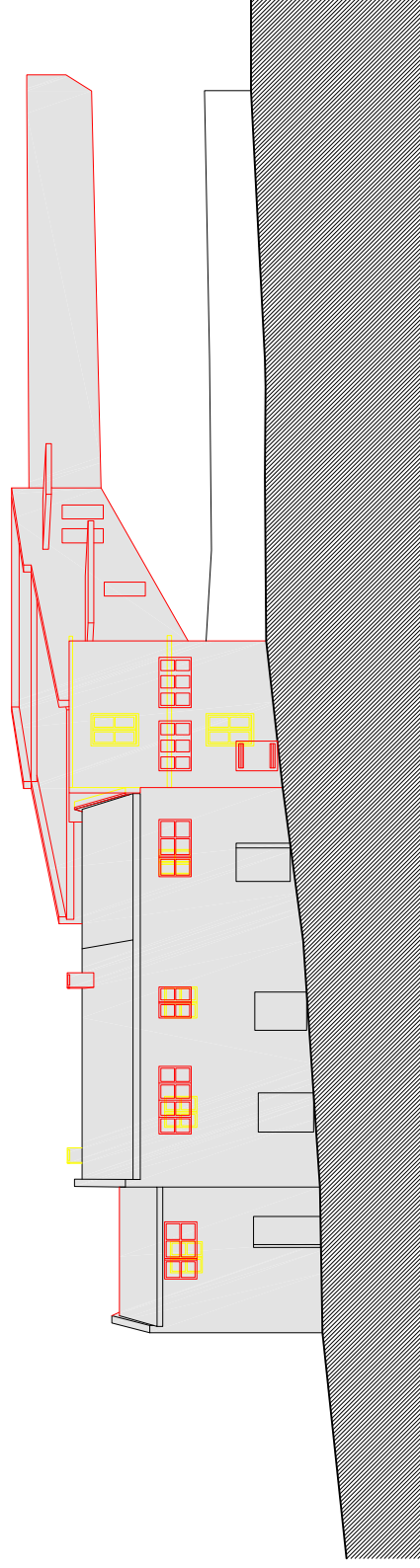
Escala: 1:200

Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

C. Público



Alçado Este (E.M.535), Alterações

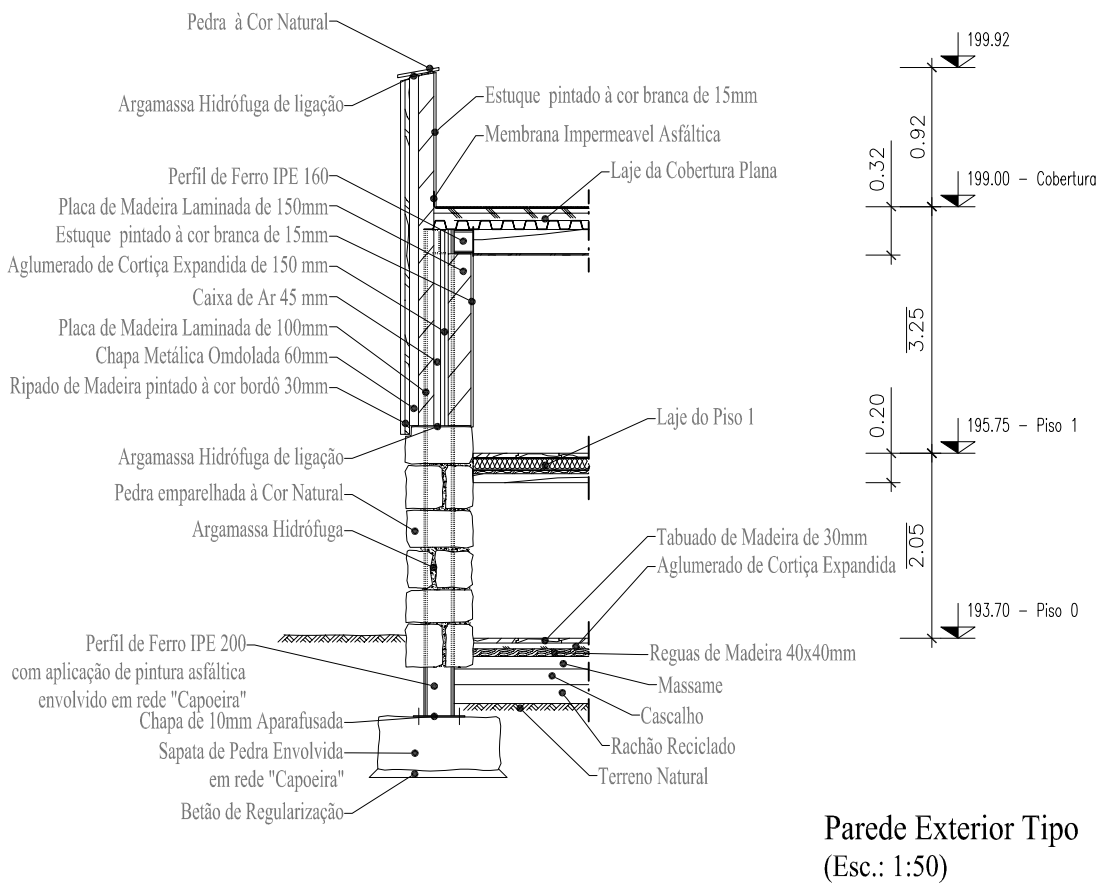
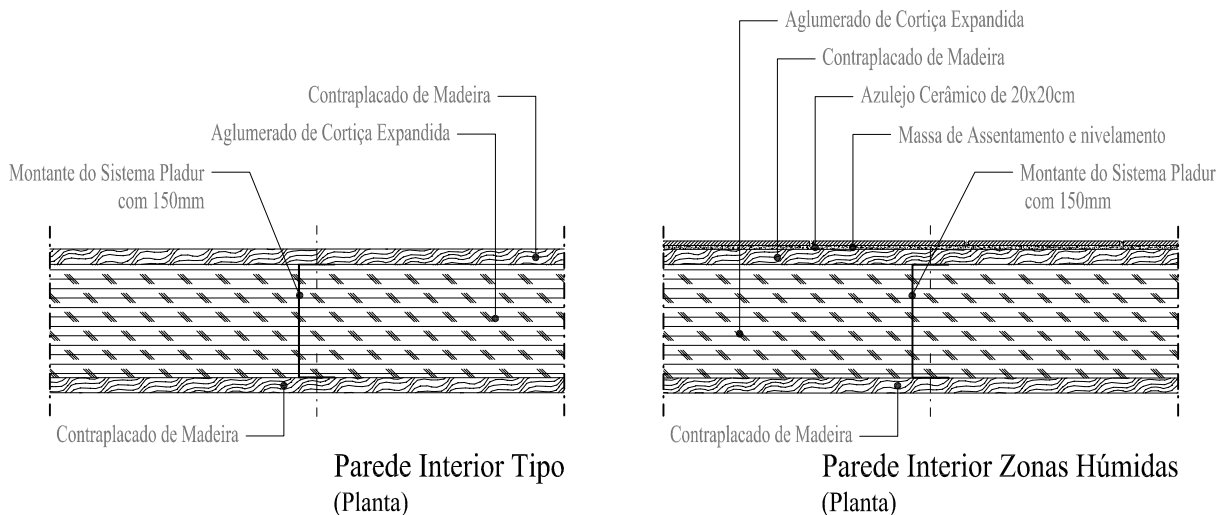


Alçado Oeste, Alterações

Designação: Proposta  
Alçado Este (E.M.535), Alterações  
Alçado Oeste, Alterações

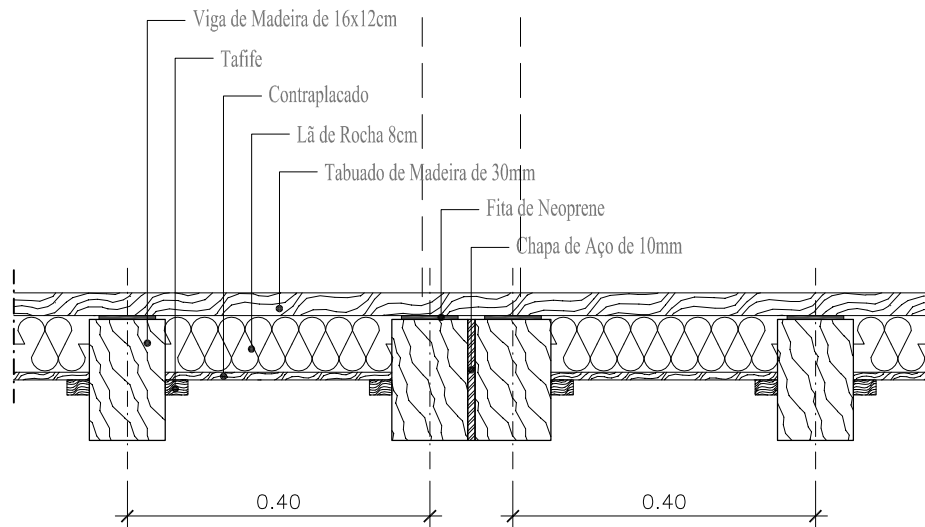
Escala: 1:200

Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

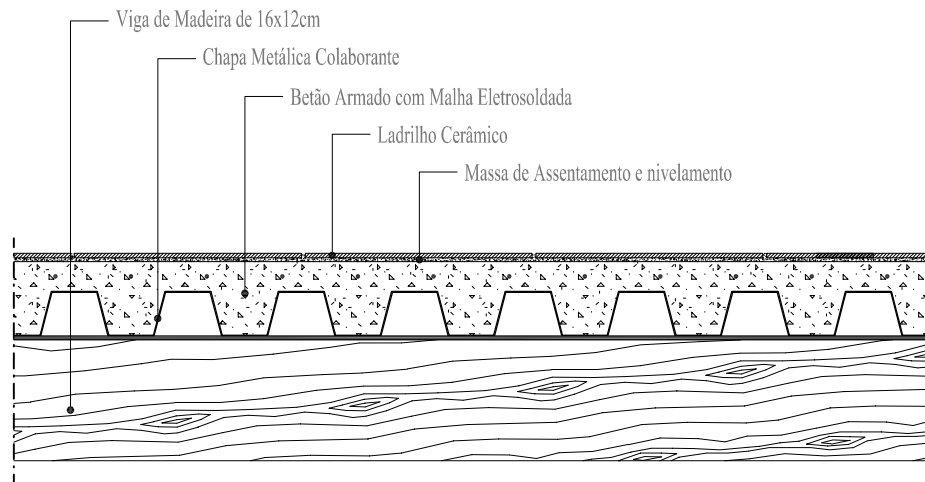


Designação: Proposta  
Pormenores, Paredes

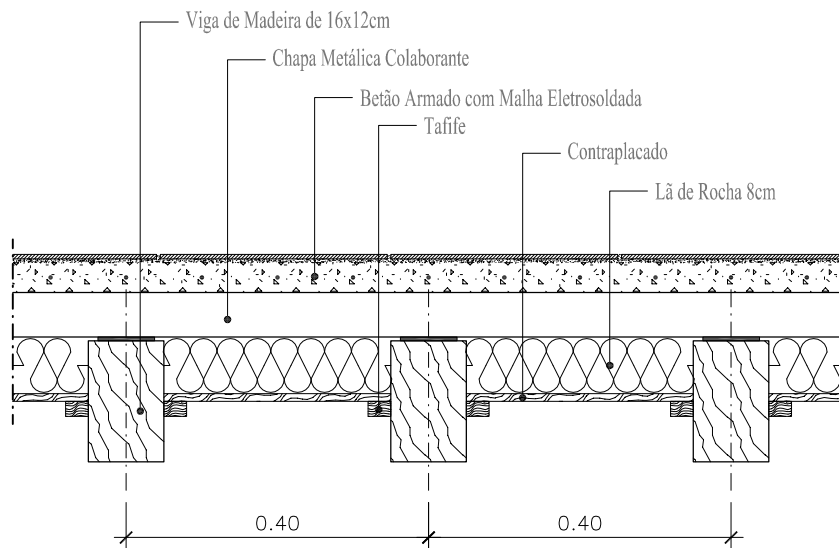
Escala: 1:10 1:50  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



Laje do Piso 1 (Corrente)

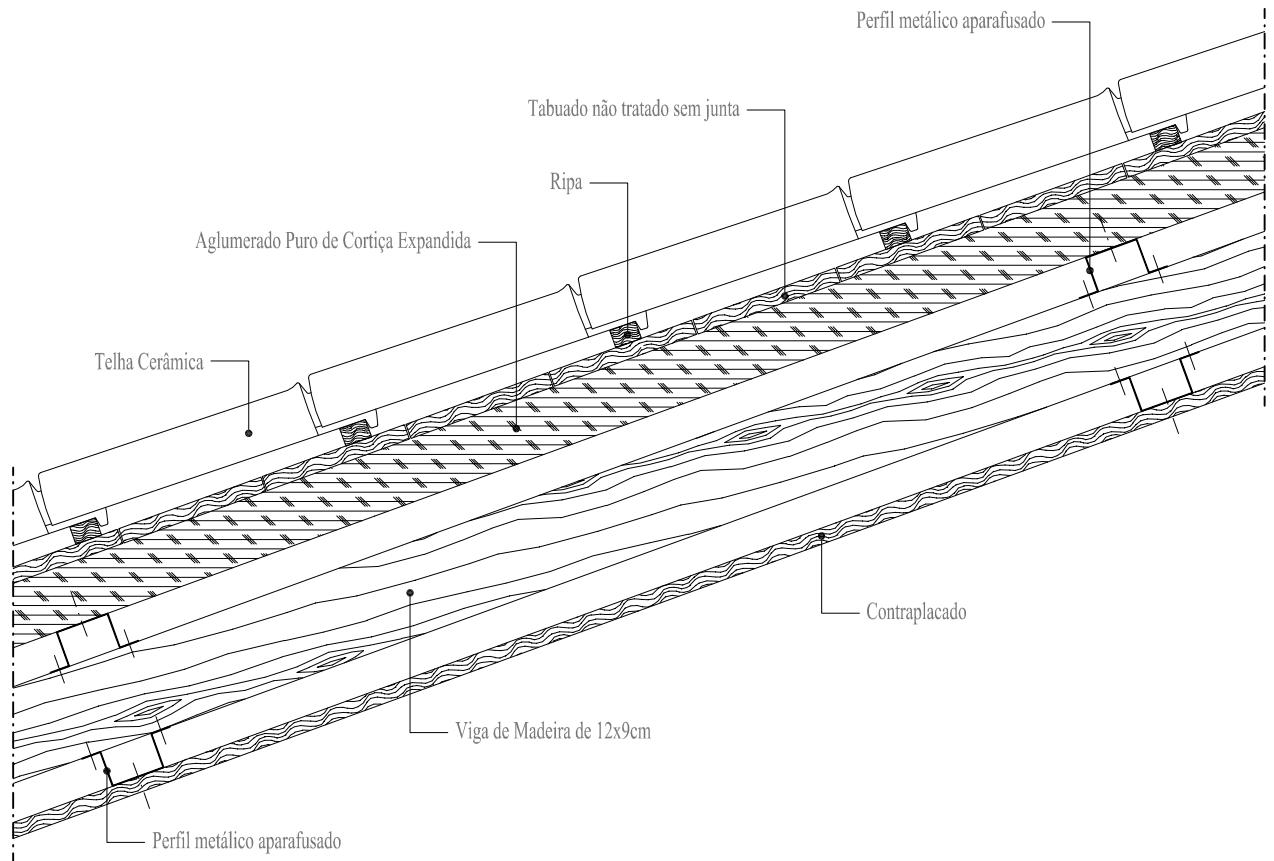


Laje do Piso 1, Zonas Húmidas (Cozinha e Instalações Sanitárias), Corte Longitudinal

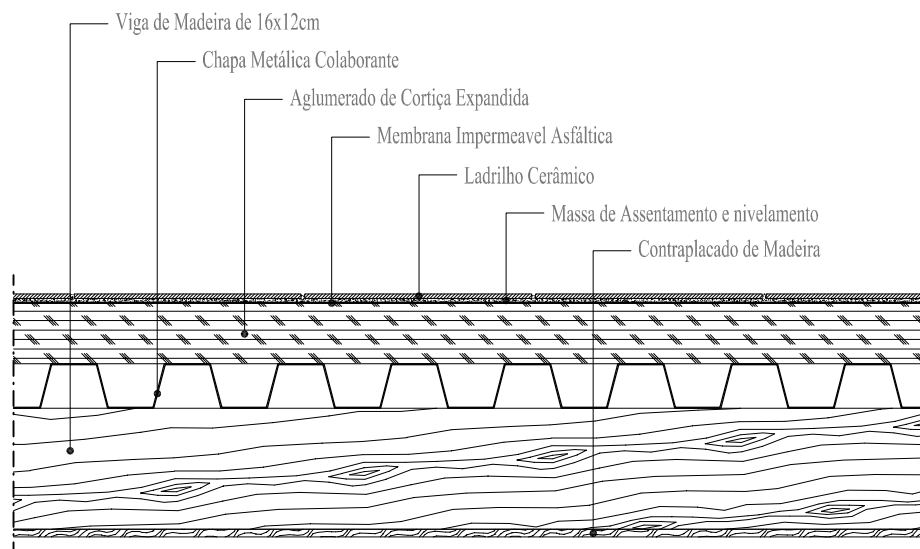


Laje do Piso 1, Zonas Húmidas (Cozinha e Instalações Sanitárias), Corte Transversal

Proposta  
Pormenores  
Escala: 1:10



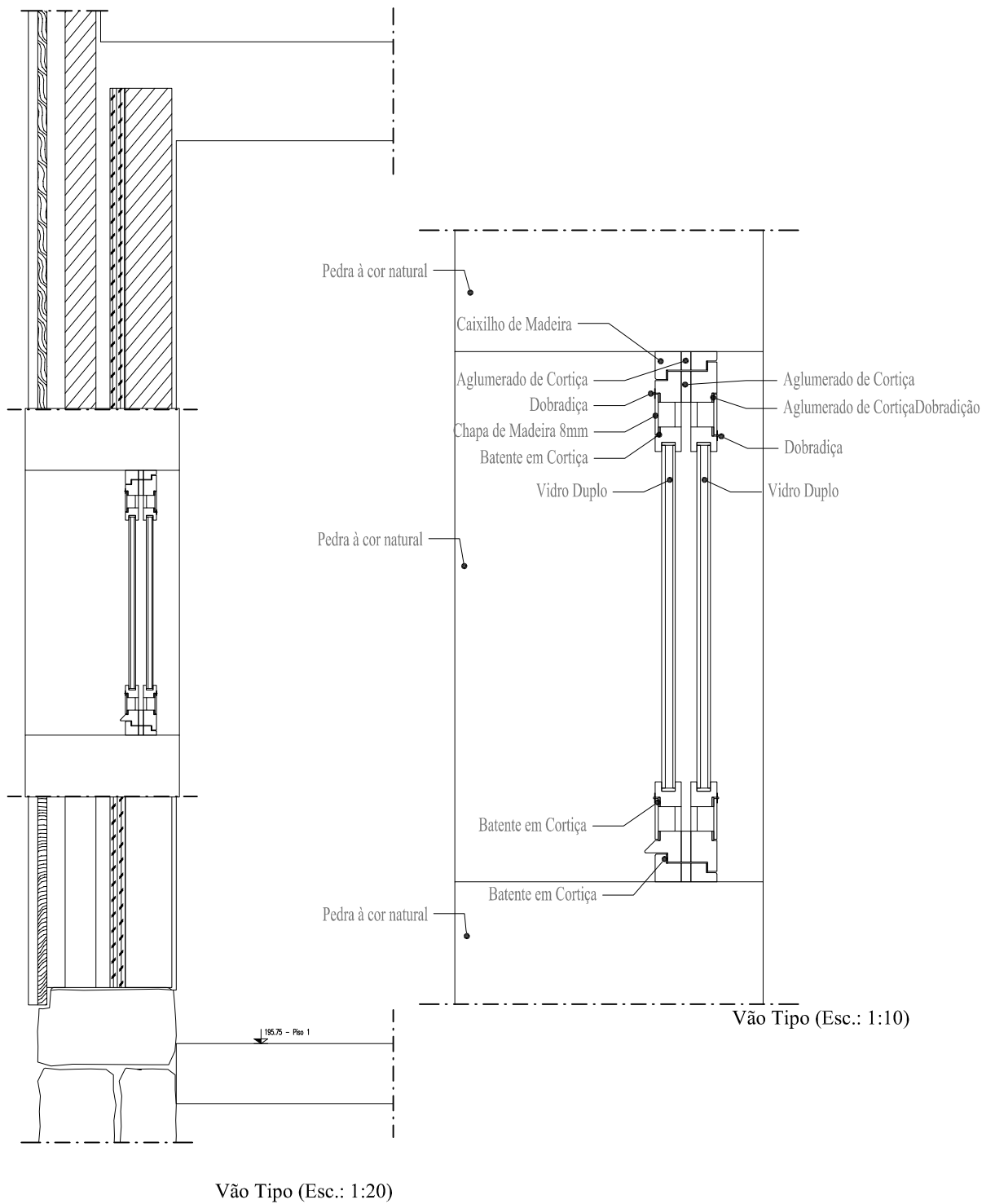
Cobertura Inclinada



Laje de Cobertura Plana

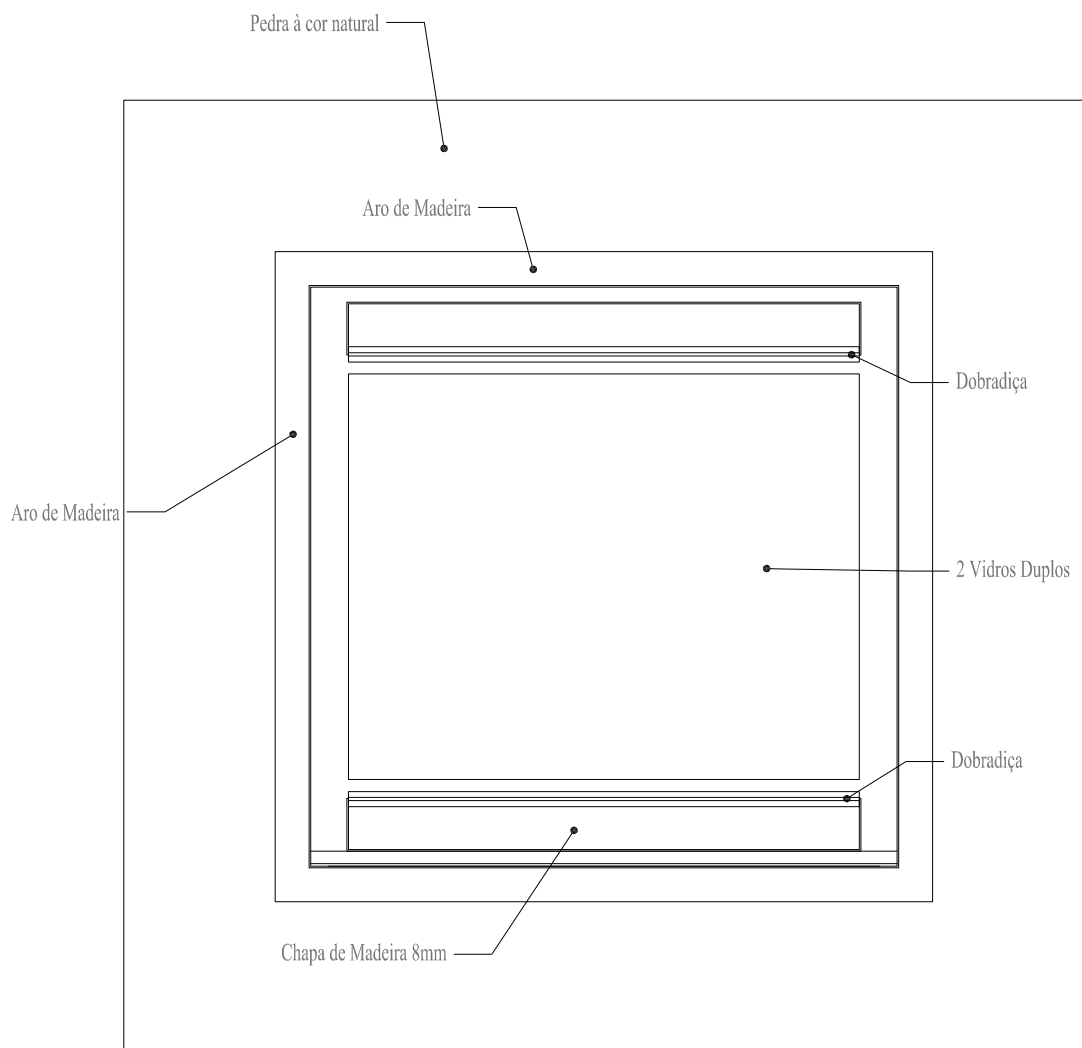
Designação: Proposta  
Pormenores, Coberturas

Escala: 1:10  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



Designação: Proposta  
 Pormenores, Caixilharia, Vão Tipo  
 Cortes

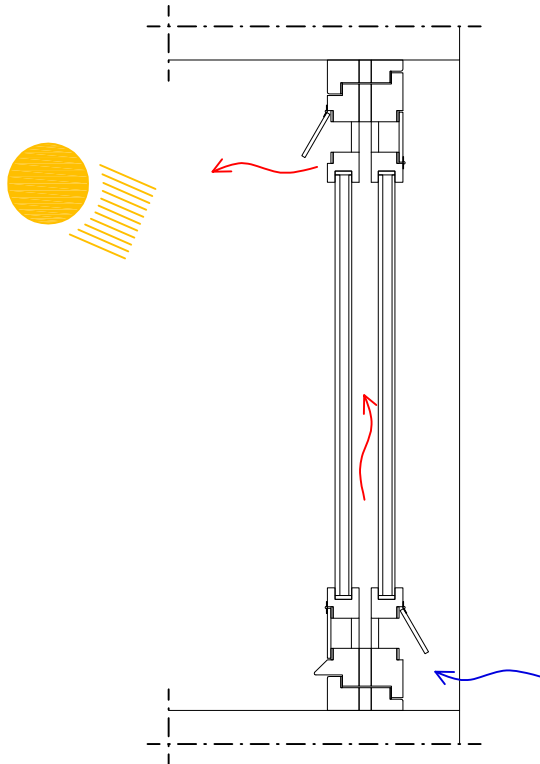
Escala: 1:10 1:20  
 Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



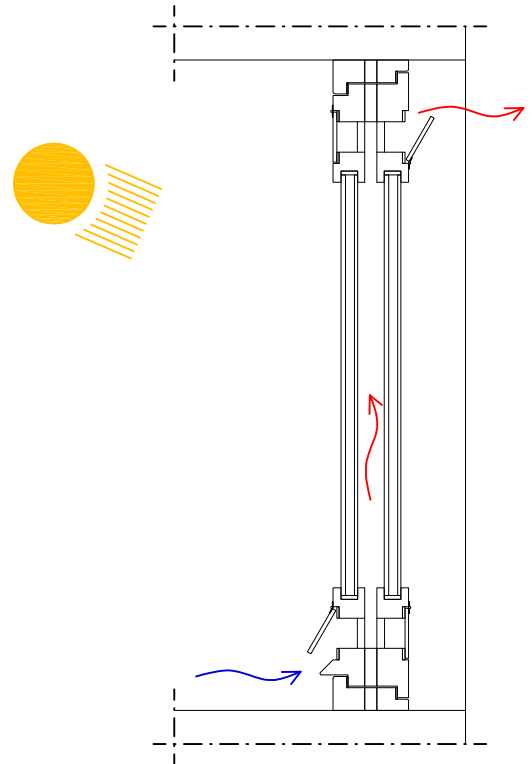
Alçado, Vão Tipo

Designação: Proposta  
Pormenores, Caixilharia, Vão Tipo  
Alçado

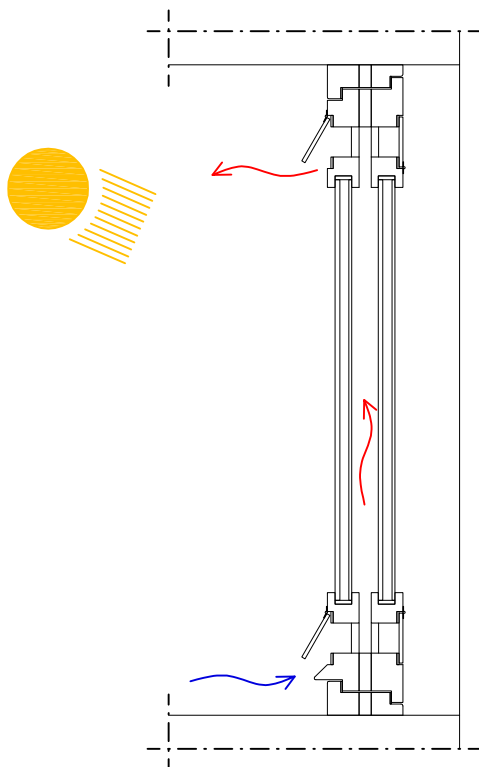
Escala: 1:10  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



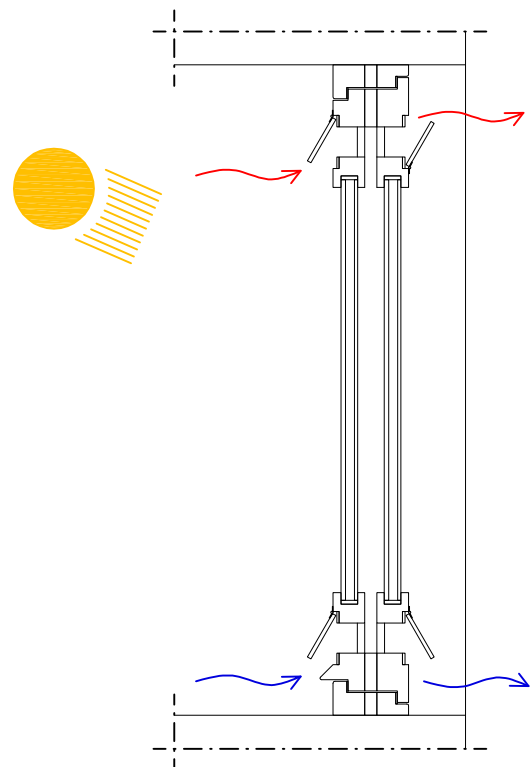
Arrefecimento do Interior



Aquecimento do Interior



Controlo Térmico



Ventilação

Designação: Proposta  
Caixilharias, Ventilação  
Controlo Climatérico

Escala: 1:10

Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula



Designação: Proposta  
Caixilharias  
Fotografias da Maqueta do sistema proposto  
Escala: n.a.  
Reabilitação Sustentável da Arquitetura Vernácula

O acesso dos visitantes, faz-se por um espaço transitório entre os quartos, edificação erguida a este da existente, e o consolidado, zona de transição entre os quartos o exterior e a zona comum, com a receção e um escritório de apoio à gestão do espaço comercial, permitindo a separação entre duas vivências distintas, a pública e a privada, no acesso aos três quartos de hóspedes que se desenvolvem no sentido da serra, elevando-se do piso da restante edificação através alguns degraus, acedendo-se aos dois primeiros quartos de características e dimensões idênticas, expostos a sul sobre a leira. Acima destes, subindo a serra, através de uma pequena escada, o terceiro quarto, mais amplo e com características mais cuidadas, permitindo uma ocupação mais perlongada, à semelhança dos restantes, tem instalação sanitária incluída e está exposto sobre o campo de cultivo.

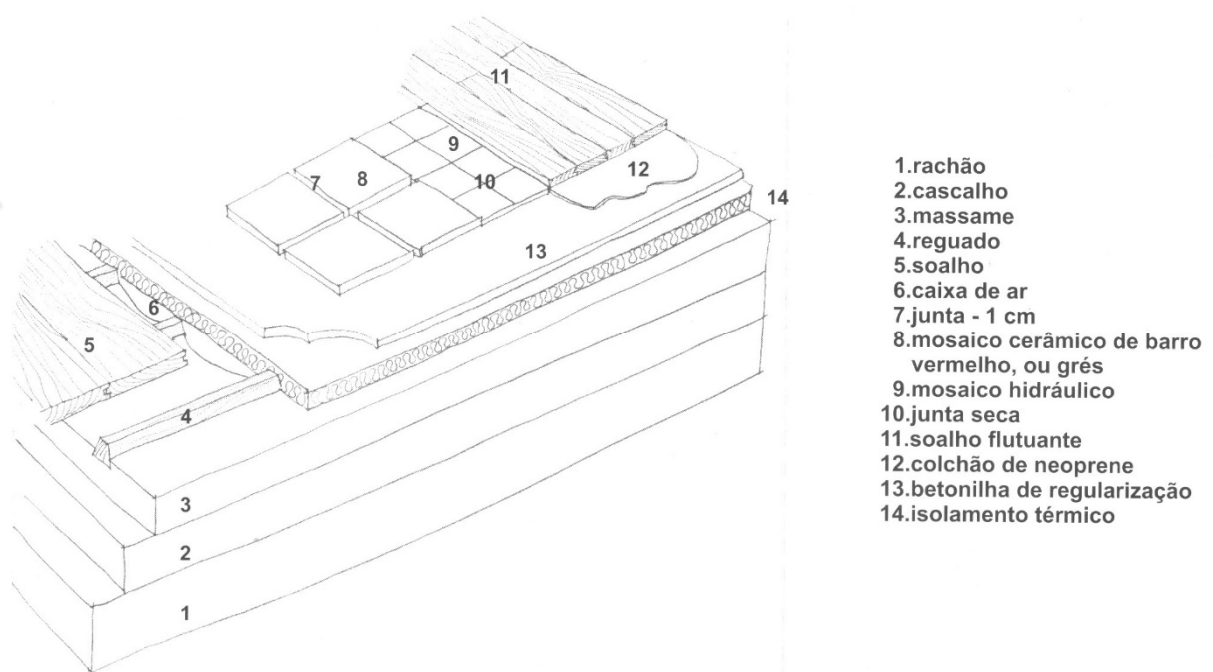


Figura 59: Proposta da estrutura do piso térreo, mantendo as características tradicionais. (Pimenta et al., 1999, p. 95)

Optou-se por colocar as zonas técnicas e armazenamento, nos espaços anteriormente utilizados para a recolha de gado e a adega, sendo esta destinada à recolha de águas pluviais para utilização nas instalações sanitárias, através de um tanque instalado para o efeito e a necessária bomba de serviço, juntamente com o termoacumulador elétrico de trezentos litros, com o necessário ralo de escoamento no piso. Na anterior ferramentaria, que na fase de remodelação foi rebaixada, de modo a permitir o nivelamento do piso superior, ficando com um pé direito reduzido, serão instaladas as baterias de apoio e o inversor, por condicionantes de salubridade tem de ficar isoladas em local ventilado, o que é assegurado por uma porta de grelha. A corte servirá de adega e armazenamento dos víveres necessários ao perfeito

funcionamento da instância hoteleira, por fim o lagar de vinho, servirá como até então para a produção vinícola, resultado da produção dos terrenos adjacentes à edificação, com o apoio dos hóspedes.

A sequeira, foi objeto de profundas alterações, faz parte da continuidade espacial da casa existente e zona de convívio, mantendo-se no topo da construção o terraço com as devidas alterações formais e funcionais, para a instalação de painéis fotovoltaicos.

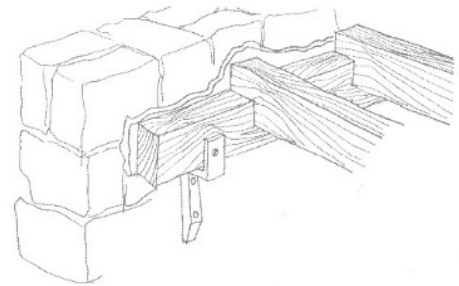


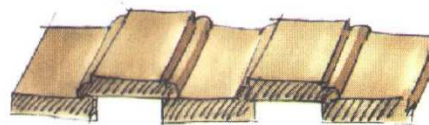
Figura 60: Processo tradicional de suporte das vigas de pavimento. (Pimenta et al., 1999, p. 93)

O acesso dos visitantes ao espaço agroturístico faz-se pela E.M.535, com estacionamento para três veículos e uma escada a acompanhar o edifício dos hóspedes, descendo a serra até à receção, ou em alternativa, subindo a serra vindo da Geira ou pelo caminho público, o acesso é meramente pedonal e é disponibilizada uma pequena escada junto ao quarto dos residentes para o efeito.

As soluções propostas pretendem contribuir para o aproveitamento climático usufruindo das condições existentes da radiação solar, hidráulica e correntes térmicas através



capa e camisa



com mata-juntas

de técnicas passivas de moderação térmica da qualidade do ar interno e ativas para produção de energia das instalações.

Figura 61: Técnicas construtivas em madeira tradicionais. (Pimenta, Pimentel, Rey, Oliveira, & Viana, 1999, p. 36)

O aproveitamento do canastro existente, evita a demolição e recolha de novos materiais de construção, constitui um fator sustentável, quando os existentes são recuperáveis e reutilizáveis.

A janela constituída com duas folhas duplas, composta por um caixilho repartido em três peças na constituição da moldura, duas partes em madeira, uma no interior e outra no exterior, ligadas por uma de material diferente como a cortiça, funciona como um elemento passivo e simultaneamente como um elemento ativo.

Devido às características espaciais do local, entende-se como a melhor solução o aproveitamento da geometria dos corpos existentes na sua projeção com o terreno, por

imposição legal não ser possível o reordenamento no território e a alteração perimetral. No intuito de proporcionar melhores condições de vivência da edificação, optou-se pela elevação do piso térreo confinante com a via pública e de acesso pela mesma de modo a resolver problemas relacionados com os níveis freáticos existentes e mais acentuados no inverno. Deste modo é possível fazer usufruto do espaço das cortes para instalação de equipamento técnico.

Entende-se que a edificação deve manter as características tradicionais, pedra de granito no seu revestimento exterior no alçado norte e poente, por serem ambas frentes confinantes com a via pública.

A caixilharia exterior, será de madeira por imposição do P.D.M., que refere a utilização de materiais naturais como o ferro e a madeira, optando-se pela madeira. Na cobertura, por imposição do mesmo documento, aplica-se telha cerâmica tipo lusa, cumprindo as exigências.

Os problemas profundos sócio económicos devido à dependência laboral na indústria, em particular a têxtil e o vestuário, prevalecendo níveis de instrução reduzidos e de baixa produtividade (P 190/2005), conduzem à importância em elaborar estratégias de inversão.

Como exposto, é um local com uma grande amplitude térmica, atingindo os 45,6°C entre os extremos da menor mínima temperatura e da maior máxima registada no período compreendido entre o ano de 1971 e 2000, a variação média das normais climatológicas da temperatura, média mínima e média máxima resultam no valor médio anual de 10,98°C, sendo observável a menor variação térmica média de 8,6°C em dezembro e a maior variação média anotada de 13,8°C em agosto. Registando em média de vinte a quarenta dias com um temperatura igual ou inferior a 0°C com principal incidência no inverno, a temperatura mínima superior

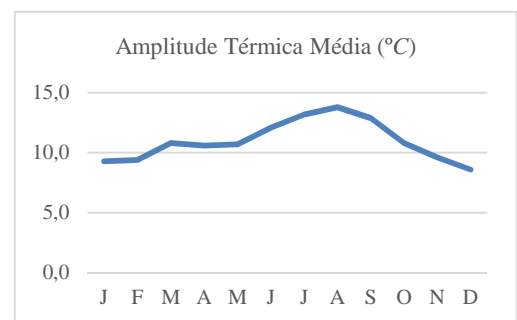


Tabela 1 - Amplitude Térmica média anual - 1971/2000

ou igual a 20°C não vai além de cinco dias em média por ano, com principal incidência no verão, estação em que o número de dias com uma temperatura superior a 25°C é mais relevante não ultrapassando anualmente a média de cento e dez dias (Barceló & Nunes, 2011).

Constata-se que os maiores valores médios de precipitação são em dezembro, o maior volume ocorre no noroeste de Portugal e sudoeste da Galiza com mais de 300mm onde se inclui

estações da rede meteorológica de precipitação não identificadas anteriormente, e o mês de julho apresenta os menores valores de precipitação. O número médio de dias em que ocorre uma precipitação igual ou superior a 10mm é de setenta e cinco dias por ano, registrando o inverno uma média de trinta dias, a primavera com um valor até vinte dias e o verão com cinco dias, no outono a precipitação de vinte dias em média (Barceló & Nunes, 2011).

## Conclusão

Perante os vários condicionalismos e restrições encontrados, e simultaneamente o interesse camarário em projetos dinamizadores da região, consideram-se respeitados os aspetos impostos pela câmara através do Plano Diretor Municipal de três metros e meio de afastamentos à via pública e a uma cêrcea não superior a nove metros a considerar do ponto mais baixo da edificação, os acabamentos em pedra e estuque pintado de branco, vai ao encontro da exigência de utilização no limite de duas cores diferentes, uma na vedação e outra no edificado, e da preferência na utilização de elementos naturais como a pedra à sua cor natural e a madeira envernizada ou pintada à cor *bordô*. O enquadramento paisagístico considera-se como oportuno pelo acompanhamento da edificação ao terreno existente, não intersetando o plano de vistas da Estrada Municipal 535 com características de interesse paisagístico como referido.

O ambiente foi preservado através da utilização de materiais recicláveis e de impacto negativo nos ecossistemas reduzido, o depósito de recolha de águas pluviais para abastecimento sanitário, reduz o desperdício significativamente, assim como a geração de energia através dos painéis de captação de radiação solar, utilizada para o fornecimento de energia à edificação e o aquecimento de água. Devido à morfologia do terreno, considerou-se a implantação de tubagem subterrânea para a captação de energia geotérmica, a partir da charca existente, somatório de intervenções que se consideram como positivos na independência energética da edificação.

A solução proposta integra-se na perfeição no local e na região, utilizando os materiais tradicionalmente característicos desta província. A adaptação de um pequeno núcleo rural como um exemplo de agroturismo, é relevante como fator de sustentabilidade, tanto para a região como para o turismo, bem como a proteção da natureza e preservação da cultura.

A utilização do sistema de ventilação e controlo térmico, reduz o consumo energético e melhora a qualidade do ar interior, prevenindo problemas característicos das zonas graníticas e sua conseqüente libertação de gás Radão.

A aplicação necessária de uma fossa, apresenta-se como vantajosa no sistema de fossa moura e o aproveitamento dos resíduos para fertilizar as terras de produção.

A utilização de novos métodos de aquecimento de águas e de geração de energia elétrica nos meios rurais, parece-nos um bom exemplo a seguir, devido aos excelentes resultados obtidos, minimizando qualquer impacto negativo.

A utilização de sistemas de recolha de águas pluviais para as instalações sanitárias através de um sistema sobre pressor, é também altamente sustentável para esta região, onde a água canalizada é escassa.

O aquecimento base da zona de estar é a lenha, abundante na região e muito utilizada no local.

Esta proposta integra-se na conservação dos usos e costumes da região.

## Bibliografia

- Allegretti, G., Barca, S., & Centemeri, L. (2013). Crise ecológica e novos desafios para a democracia [Versão electrónica]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 100, 5-10. Acedido em 8 de Fevereiro de 2015 em <http://rccs.revues.org/5195>
- Alvares, F., Alonso, P., Sierra, P., & Petrucci-Fonseca, F. (2000). Os Fojos dos Lobos na Península Ibérica. Sua inventariação, caracterização e conservação. In *Galemys, Spanish Journal of Mammalogy* (Vol. 12, pág. 57-77) Sociedad Española para la Conservación y Estudio de los Mamíferos. Retirado: agosto, 5, 2015, de <http://www.secem.es/wp-content/uploads/2013/03/G-12-NE-06-Alvares-et-al-57-77.pdf>
- Alves, P. C., Barroso, I., Beja, P., Fernandes, M., Freitas, L., Mathias, M. L., *et al.* (2011). Mamíferos (Fichas) In M. J. Cabral (Coord.), *O Livro Vermelho* (Instituto da Cosnervação da Natureza e das Florestas. Retirado: junho, 16, 2015, de <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur/lvv/list-mam>
- Appleton, J. (2011). *Reabilitação de Edifícios Antigos, patologias e tecnologias de intervenção*. (2ª ed.). Amadora: Orion.
- Barceló, A. M., & Nunes, L. F. (2011). *Atlas Climático Ibérico - Iberian Climate Atlas*. Agencia Estatal de Meteorología e Instituto de Meteorologia de Portugal, M. Á. G. Couto (Coord.). Retirado: junho, 5, 2015, de <http://www.ipma.pt/pt/publicacoes/clima/index.jsp?page=atlas.clima.xml>
- Barroca, M. J. (2003a). Organização territorial e recrutamento militar. In J. Mattoso (Coord.), *Nova história militar de Portugal* (Vol. 1-4). Lisboa: Circulo de Leitores e Autores.
- Barroca, M. J. (2003b). Arquitectura Militar. In J. Mattoso (Coord.), *Nova história militar de Portugal* (Vol. 1-4). Lisboa: Circulo de Leitores e Autores.
- Bergstrom, M., & Neves, R. (1996). *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*. (29ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.

- Capela, J. V. (2000). Os povos da serra do Gerês em luta contra a mata e os serviços florestais (1888-1910). In A. Afonso (Coord.), *Terras de Bouro: Passado com História* (pág. 27-38). Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.
- Carmo, R. M. (2011). Até onde vão os mercados? Contornos de uma sociologia da periferia [Versão electrónica]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95, 105-118. Acedido em 8 de Fevereiro de 2015 em <http://rccs.revues.org/4406>
- Caufriez, A. (2000). Uma Estada em S. João do Campo. (R. F. L. Silva, Trad.). In A. Afonso (Coord.), *Terras de Bouro: Passado com História* (pág. 51-57). Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.
- Cunha, A. R. (2000). Santa Isabel do Monte. In A. Afonso (Coord.), *Terras de Bouro: Passado com História* (pág. 59-67). Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.
- Delicado, A., Silva, L., Junqueira, L., Horta, A., Fonseca, S., & Truninger, M. (2013). Ambiente, paisagem, património e economia: Os conflitos em torno de parques eólicos em Portugal [Versão electrónica]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 100, 11-36. Acedido em 8 de Fevereiro de 2015 em <http://rccs.revues.org/5198>
- Dias, J. (1983). *Vilarinho da Furna - Aldeia Comunitária* (3th ed.). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. (Original publicado em 1948).
- Domingues, Á. (2007). Região Norte, Entre Douro e Minho. In F. Jorge (Coord.), *Portugal Visto do Céu* (pág. 14-53). Lisboa: Argumentum.
- Domingues, Á. (2011). *Vida no Campo*. Porto: Dafne.
- Fernandes, M. A. (1975). *Psicoterapia de Sonho Acordado*. Porto: Livraria Científico-Médica.
- Franklin, F. N. (1825). *Memória para servir de indice dos Foraes das terras do Reino de Portugal e seus domínios*. Retirado: janeiro, 7, 2015, de [http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2013/05/Memoria\\_para\\_servir\\_de\\_indice\\_dos\\_foraes-1825.pdf](http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2013/05/Memoria_para_servir_de_indice_dos_foraes-1825.pdf)
- Guerra, I. (2010). Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos [Versão electrónica]. *Revista Crítica de*

*Ciências Sociais*, 91, 121-134. Acedido em 8 de Fevereiro de 2015 em <http://rccs.revues.org/4182>

Jorge, V. F. (2005). *Cultura e Património*. Lisboa: Colibri.

Keeler, M., & Burke, B. (2009). *Fundamentos de Projeto de Edificações Sustentáveis*. São Paulo: Artmed Editora.

Lazardeur, B. (s/d). *A Face Oculta do Sol, arquitectura e energia solar*. Lisboa: Via Editora.

Loução, P. A. (2011). *Lugares Inesquecíveis de Portugal, viagens com alma*. Lisboa: Eranus.

Miessen, M. (2007). *The Violence of Participation*. Berlin: Sternberg Press.

Morais, J. M. F. (2007). O Antropoceno: desafios da "Mudança Global". In F. S. Neves (Coord.), *Introdução ao Pensamento Contemporâneo* (pág. 55-72). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Moura, A. (2001). *Vila do Gerês*. Terras de Bouro: Calidum.

Oliveira, A. L. (1971). *Terras de Bouro e o seu Concelho*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.

Pereira, P. (2004). *Enigmas Lugares Mágicos de Portugal, Montes Sagrados, Altos Lugares e Santuários*. (Vol. 6-6). Lisboa: Circulo de Leitores e Autor.

Pereira, P. (2011). *Arte Portuguesa - História Essencial*. Lisboa: Autor, Circulo de Leitores e Temas e Debates.

Pereira, P. (2014). *Artes Antigas, Decifrar a Arte em Portugal*. (Vol. 1-6). Lisboa: Circulo de Leitores e Autor.

Pimenta, C., Pimentel, J., Rey, J., Oliveira, P., & Viana, P. (1999). *Território, Povoamento, Construção - Manual*. Lisboa: Adere Peneda Gerês.

Silva, A. C. F., & Gomes, M. V. (1998). *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Silva, D. M. (1984). *A Fronteira da Portela do Homem e os Previlégios de Terras de Bouro*. Braga: n. e.
- Távora, F., Pimentel, R., & Menéres, A. (2004). Zona 1, Minho. In J. Afonso, F. Martins & C. Meneses (Coord.), *Arquitectura Popular em Portugal* (4ª ed., Vol. 1-2, pág. 1-112). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos.
- Tirone, L., & Nunes, K. (2008). *Construção Sustentável, soluções eficientes hoje, a nossa riqueza de amanhã*. (2ª ed.). Sintra: Autores.
- Vilar, H. V. (2005). D. Afonso II. In Carneiro, Roberto (Coord.), *Reis de Portugal* (Vol. III-XXXIV, pág. 184 e 268). Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Villar, M. d. S. (Coord.) (2011) *Houais* (Vols. 2-2, Lisboa: Circulo de Leitores e Sociedade Houaiss - Edições Culturais.
- Vossole, J. V. (2013). A crise de legitimidade da governança climática global. Combinação de uma perspetiva marxista e polanyiana [Versão electrónica]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 100, 153-176. Acedido em 8 de Fevereiro de 2015 <http://rccs.revues.org/5275>

### **Legislação e outras referências**

- Aviso nº 2744/2015 de 12 de março. Abertura do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro.
- Decisão 2004/813/CE da Comissão de 7 de Dezembro.
- Decreto nº 187/1971 de 8 de Maio. *Revogado*. Cria o Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- Decreto nº 5/2013 de 6 de maio. Ampliação da área classificada dos 35 marcos miliários da Via Romana XVIII, classificados como monumentos nacionais pelo Decreto de 16 de junho de 1910, passando a abranger a totalidade da via e todas as estruturas arqueológicas a elas associadas.
- Decreto-Lei nº 75/1991 de 14 de Fevereiro. *Revogado*. Transpõe a Directiva nº 79/409/CEE do Conselho de 8 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens.

Decreto-Lei n° 140/1999 de 24 de Abril. Transpõe para o direito interno as directivas comunitárias: 79/409/CEE do Conselho (directiva aves), alterada pelas 91/244/CEE da Comissão, 94/24/CE, do Conselho e 97/49/CE, da Comissão, 92/43/CEE, do Conselho (directiva habitats), com as alterações que lhe foram introduzidas pela 97/62/CE, do Conselho.

Decreto-Lei n° 384-B/1999 de 23 de Setembro. Cria as Zonas de Protecção Especial (ZPE) da Serra do Gerês entre outras.

Decreto-Lei n° 54/2002 de 11 de março. Turismo no espaço rural

Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho. Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

Diretiva 79/409/CEE do Conselho de 2 de Abril. *Revogado*. Relativa à conservação das aves selvagens.

Directiva 92/43/CEE do Conselho de 21 de Maio. *Revogado*. Relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.

Directiva 97/62/CE do Conselho de 27 de Outubro. Relativa à adaptação ao progresso científico e técnico da Directiva 92/43/CEE, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.

Lei n° 31/2005 de 28 de Janeiro. Altera a denominação de Vila de Covas.

Lei n° 11-A/2013 de 28 de janeiro. Reorganização administrativa do território das freguesias.

Portaria n° 190/2005 de 17 de Fevereiro. Ampliação do Plano de Intervenção para o Vale do Ave (PIAVE), que integra medidas gerais de emprego e formação profissional executadas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP).

Portaria n° 829/2007 de 1 de Agosto. Lista dos sítios de importância comunitária (SIC) situados em território nacional e pertencentes à região biogeográfica atlântica.

Portaria n° 122/2014 de 16 de junho. Determina as regras relativas à cobrança e ao pagamento das taxas devidas pelo acesso e visita às áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) do Estado.

Resolução do Conselho de Ministros nº 24/1996 de 21 de Março. Ratifica o Plano Director Municipal de Terras de Bouro.

Resolução do Conselho de Ministros nº 142/1997 de 28 de Agosto. Aprova a lista nacional de sítios (1ª fase).

Resolução do Conselho de Ministros nº 92/2002 de 7 de Maio. Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada.

Resolução do Conselho de Ministros nº 11-A/2011 de 4 de Fevereiro. Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Câmara Municipal de Terras de Bouro [CMTB], (2015a). *Proposta de Revisão do Plano Director Municipal (PDM)*. [www.cm-terrasdebouro.pt/index.php/2015-02-03-11-24-56/revisao-do-pdm](http://www.cm-terrasdebouro.pt/index.php/2015-02-03-11-24-56/revisao-do-pdm). Acedido em 9 de Abril, 2015 de CMTB em [www.cm-terrasdebouro.pt](http://www.cm-terrasdebouro.pt).

Câmara Municipal de Terras de Bouro [CMTB], (2015b). *Casa de turismo em espaço rural*. <http://www.cm-terrasdebouro.pt/index.php/2014-09-18-15-01-10/2014-09-19-07-54-15/casa-dos-bernardos>. Acedido em 3 de fevereiro, 2015 de CMTB em [www.cm-terrasdebouro.pt](http://www.cm-terrasdebouro.pt).

Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas [DGLAB], (1940). <http://digital.arquivos.pt/viewer?id=4643948> (pt-sibvo-sibvo-006-0006\_m0098.tiff). Acedido em 6 de Junho, 2015 de DGLAB em <http://tombo.pt>.

Direção Geral do Território [DGT], (2015). *Carta Administrativa Oficial de Portugal - Versão 2015*. [www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/carta\\_administrativa\\_oficial\\_de\\_portugal\\_\\_caop\\_/caop\\_\\_download\\_/carta\\_administrativa\\_oficial\\_de\\_portugal\\_\\_versao\\_2015/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop_/caop__download_/carta_administrativa_oficial_de_portugal__versao_2015/). Acedido em 29 de Julho, 2015 de DGT em [www.dgterritorio.pt](http://www.dgterritorio.pt).

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], (2015). *Áreas Protegidas, Rede Natura e Sítios Ramsar - Portugal continental*. [www.icnf.pt/portal/naturaclas/cart](http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/cart). Acedido em 8 de Abril, 2015 de ICNF em [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt).

International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], (1999b). *Carta Internacional Sobre Turismo Cultural*. <http://www.international.icomos.org/en/charters-and-other-doctrinal-texts>. Acedido em 3 de março, 2014 de ICOMOS em [www.international.icomos.org/en/](http://www.international.icomos.org/en/).

Hotel Quinta do Bárrio (2014). *Hotel em espaço rural*. <http://aff.bstatic.com/images/hotel/max500/196/19665570.jpg>. Acedido em 20 de julho, 2014 de em [www.rumbo.pt](http://www.rumbo.pt).

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO], (2014). *ITH-14-9.COM-Decisions (Eleição do Cante Alentejano a Património Imaterial da Humanidades)*. [www.unesco.org/culture/ich/doc/src/ITH-14-9.COM-Decisions-EN.doc](http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/ITH-14-9.COM-Decisions-EN.doc). Acedido em 12 de fevereiro, 2015 de UNESCO em [www.unesco.org](http://www.unesco.org).